

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História**

“UM SÓ POVO, UMA SÓ NAÇÃO”

O discurso do Estado para a construção do *homem novo* em Angola (1975-1979)

Kelly Cristina Oliveira de Araujo

**Dissertação de Mestrado apresentada à Área
de História Social do Departamento de
História Social do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo**

21200050259

ORIENTADORA: PROFa DRa LEILA LEITE HERNANDEZ

São Paulo, 2005

KELLY CRISTINA OLIVEIRA DE ARAUJO

“UM SÓ POVO, UMA SÓ NAÇÃO”

O discurso do Estado para a construção do *homem novo* em Angola (1975-1979)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2005

Ao Fabio Betioli Contel,
por acreditar em mim, por acreditar na minha vida.

À Heloisa Oliveira de Araujo,
por sempre apostar que seria possível.

Agradecimentos

À Professora Doutora Leila Leite Hernandez, pela coragem de assumir o desafio de estudar História da África, a despeito das dificuldades que o tema impõe. Pela orientação paciente, mesmo quando à distância de um oceano, muito obrigada.

À CAPES, pelo financiamento que possibilitou a nossa dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, por incentivar os estudos em História da África.

À Rosa Cruz e Silva, diretora do Arquivo Histórico Nacional de Angola, pelo apoio imprescindível na busca por documentos para a realização desta pesquisa. Também do Arquivo Histórico de Angola, agradeço a acolhida de Francisco Alexandre, Sr. Mateus, Dona Joana e Carolina.

Ao meu amigo Ruy Duarte de Carvalho, pelas longas conversas que tanto enriqueceram este trabalho, e não só. À sua disposição em ouvir meus lamentos, aos cafés na Maianga, à indignação, muito obrigada.

Ao José Eduardo Agualusa, pela amizade, presteza, generosidade e incentivo, desde 2001.

À brilhante historiadora angolana São Neto, pela generosidade em relação à informações e documentos, aos quais jamais teria acesso sem seu auxílio, e também pelo carinho nas horas mais difíceis.

À Regina Célia Claro, por me acolher na volta ao Brasil e suportar comigo os momentos tão difíceis que antecederam o final desta dissertação.

Ao Marcelo e ao Serrano, que me forneceram, generosamente, documentos para que eu iniciasse a pesquisa.

À Daniela Moreau, minha amiga e grande incentivadora deste trabalho.

À Sérgio Guerra, também vi Angola através do seu olhar, e do seu coração.

À Mena Abrantes, por me ceder seu depoimento e pelo acervo fotográfico que me confiou.

À Natalie Roth, pelo carinho e apoio fundamental na organização dos cadernos de imagens.

À Etelvina e Kela, pela atenção e carinho, sem elas eu não teria conseguido.

À Imira, Maria, Valéria, João e Jussara, pela amizade e pela graça que trouxeram à minha vida.

À Iracema Naiberg, pelo carinho, amizade, paciência e confiança.

À Lorenza Longhi, todo o meu amor pela sua amizade e companhia, desde o 13º andar na Rainha Jinga... Eka, café, tosta, cigarro, Ilha, Mussulo, tornou nossa vivência tão boa em Luanda.

Ao Sr. David, Zé e Sr. Feijó, da agência A Foto, pela confiança que depositaram em mim.

Ao meu amigo Sá, do Arquivo Histórico Nacional de Angola, pela companhia agradável nos cafés da pastelaria Nilo, por me apresentar o “Meu amor da rua onze” e o Sr. Barradas.

Ao Jacques dos Santos, Bito Pacheco, Jean-Michel Tali, Sr. Songa, Bella Malaquias, Jaka Jamba, Virgílio Coelho, Afonso António, Dario de Mello, José Luis de Matos, Tona da UNAP, Paulo Capela, pelo tempo que gastaram comigo e paciência em me fornecer detalhes sobre o período que escolhi estudar.

Aos meus amigos, Noelma Abreu, Eliza Almeida, Flávia Grimm, Marina Berthet, Roquinaldo e Julie, Denise Barros, Milton Guran, Andréa Slemian, João Paulo, Flávio Campos, Lucilene Reginaldo, Carol de Luanda, Débora David, Suzana Ventura, Dinaura, Andréa Prezotto, Patrícia Galiano, Rita Chaves e Zé Luis Cabaço, que me acompanharam durante esses últimos anos.

RESUMO

O trabalho de pesquisa se concentra sobre a análise do discurso do Estado angolano, instituído após a proclamação da independência de Angola, a 11 de novembro de 1975, naquilo que concerne à ação política para a construção do homem novo angolano, e deste enquanto projeto ideológico para a criação da identidade nacional.

ABSTRACT

This research is about Angolan State Speech, since november 15th 1975, as concern political actions to the construction of the *new angolan men*, and this whilw ideological project to creation of the national identity.

Abreviaturas

AHNA - Arquivo Histórico Nacional de Angola

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa – BNL

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

FLN – Front de Libération National (Argélia)

FLNA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FMS - Fundação Mario Soares

FRAIN – Frente Revolucionária Africana pela Independência Nacional dos Povos sob Domínio Colonial Português

FRELIMO – Frente para a Libertação de Moçambique

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

LNA – Liga Nacional Africana

MAC – Movimento Anti-Colonial

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

OMA – Organização da Mulher Angolana

OPA – Organização dos Pioneiros de Angola

OUA – Organização da Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para as Independências da Guiné e Cabo Verde

PCA – Partido Comunista Angolano

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNTA – União dos Trabalhadores Angolanos

UPA – União das Populações de Angola

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	5
I. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE UM TEMPO ANTERIOR: COLONIALISMO PORTUGUÊS E REAÇÕES AFRICANAS	
1. Um caminho do colonialismo português em África – do soerguimento à perda do Império Africano	20
2. 1950 – 1975: a África reage	36
II. GUERRA COLONIAL E GUERRA CIVIL: QUAL INDEPENDÊNCIA PARA ANGOLA?	
1. A luta armada pela independência: o <i>front</i> dividido	45
2. Crises internas ao MPLA	50
3. Governo de Transição: o Acordo de Alvor e outros acordos para a independência	61
III. O HOMEM NOVO COMO PROJETO DE NAÇÃO	
1. A construção do sentimento de <i>ser angolano</i>	66
2. Política Cultural e <i>Nacionalidade</i>	72
3. O Homem Novo: por uma <i>adequação</i> da diversidade	77
4. Organizações de Massa	83
IV. O PODER DAS IMAGENS, AS IMAGENS DO PODER: OS USOS DA FOTOTGRAFIA PELO PARTIDO-ESTADO	
1. Fontes imagéticas: as possibilidades de investigação e análise	87
2. Produção e utilização de imagens pelo Partido-Estado	96
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
VI. BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

“Naquele ano a chuva choveu tanto que a memória perdeu todo o sentido. As gargantas entupiram-se de limos e as testas que os velhos pousavam nas mãos fundiam-se aos dedos e os braços às pernas e os gestos de graça fundiam os corpos e as jovens crianças ficavam coladas ao peito das mães. Só as bocas teimavam em manterem-se abertas e quando mais tarde a chuva parou, das bocas saíram grossas aves negras que abalaram logo daquelas paragens. E a seca voltou e o mundo secou. A carne antiga a dar-se agora em terra, os fósseis em pedra e as ramas em húmus. E os passos poliram pouco a pouco as formas.

*Naquele ano a chuva choveu tanto
Que a memória nunca mais teve sentido”*

(Ruy Duarte de Carvalho. *Sinais misteriosos ... já se vê...* Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1979).

O presente estudo concentra-se na análise do discurso do Estado¹ instituído após a independência em Angola, proclamada a 11 de novembro de 1975, naquilo que concerne à política² levada a cabo para a consecução do *homem novo angolano*³, e deste enquanto projeto ideológico para a criação da identidade nacional, aceita aqui como fenômeno cultural coletivo e o centro de onde emana o poder político e a atração do nacionalismo⁴.

¹ Para uma definição de Estado, partimos de WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos de Sociologia Compreensiva*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1999. Volume 2. p. 521 – “Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o território, faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer a coação física na medida em que o Estado permita”.

² Política está entendida aqui como a natureza, funções e divisões do Estado. IN: WEBER, Max. *Op.Cit.*

³ Cabe aqui ressaltar que a proposta de criação de um “homem novo” não foi uma particularidade angolana, mas ocorreu também, e de modo muito semelhante, em outros países africanos que adotaram os princípios marxista-leninistas. Sobre este assunto ver: CABAÇO, José Luís. “O homem novo (breve itinerário de um projecto)”. In: SOPA, António (coord.). *Samora, homem do povo*. Maputo, Maguezo Ed., 2001.

⁴ SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997.

Neste sentido, colocou-se a tarefa de compreender a identidade nacional enquanto agente para a criação do sentimento nacional e do nacionalismo, e entendê-la enquanto um conceito multidimensional que inclui, ou pretende incluir, sentimentos, simbolismos e linguagens específicas, ou seja, não tomá-los simplesmente como elementos de uma determinada ideologia⁵ ou política de organização e mobilização, mas sim analisar o nacionalismo nos seus aspectos culturais, identitários, bem como o seu impacto político.

Foi estabelecido como baliza cronológica o período de governação de Agostinho Neto, que se estende da independência de Angola, a 11 de novembro de 1975, até o ano de 1979, quando da sua morte, ocorrida a 10 de setembro, em Moscou.

Este período se diferencia do subsequente pela particularidade do alinhamento oficial com o bloco socialista, e pela opção por uma articulação entre Estado e sociedade segundo o modelo que sucede a Revolução Russa de 1917, o que significa dizer que o Partido estava acima do Estado no que concernia às decisões políticas e econômicas, e a nação estava fundada no engajamento político e na participação das massas.

Angola tornou-se independente de Portugal a 11 de novembro de 1975, em meio a disputas internas das quais os principais atores eram: o Movimento Popular para a Libertação de Angola - MPLA, liderado por Agostinho Neto; a Frente Nacional para a Libertação de Angola - FNLA, tendo a frente Holden Roberto; e a União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA,

⁵ Ideologia entendida aqui nos termos que Hannah **ARENDT** a apresenta: *“Pois a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais “ocultas”, que supostamente regem a natureza e o homem. Poucas ideologias granjearam suficiente proeminência para sobreviver à dura concorrência da persuasão racional. Somente duas sobressaíram-se e praticamente derrotaram todas as outras: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças”*. In: *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000. p.189.

dirigida por Jonas Savimbi. Apesar da tentativa para que a independência fosse conduzida com a participação dos três movimentos de libertação, por meio do *Acordo de Alvor* assinado, a 15 de janeiro de 1975, junto ao governo português - única tentativa formal e legalizada de instituir um governo tripartite - foi o MPLA quem, ao declarar unilateralmente a independência em Luanda.

Tendo assumido o controle do nascente Estado-Nação, o MPLA, a despeito dos protestos e reivindicações dos outros dois movimentos, impôs a sua vontade política e os mecanismos e instrumentos defendidos político-ideologicamente até então. Esta pode ser considerada como a primeira manifestação de *poder* do Estado independente – entendido aqui como “a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta”⁶.

Representado por Agostinho Neto, empossado como primeiro presidente de Angola, o MPLA assumiu a tarefa de erigir a nação e conduzir o seu povo, com o desafio de criar uma coesão necessária para alcançar a legitimidade⁷ do novo poder institucional, a identificação com o Estado, e a mobilização coletiva.

Como a independência se deu num momento em que ainda dominava a bipolaridade mundial, representada pelo bloco socialista, conduzido pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e pelo bloco capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos da América, o MPLA alinhou-se ao bloco de esquerda, mantendo coerência com a posição já adotada pela maioria dos intelectuais do movimento durante a luta pela independência, isto é, entre 1961 e 1975.

⁶ **WEBER**, Max. *Op. Cit.* p.175.

⁷ “um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado”. In: **BOBBIO**, Norberto; **MATTEUCCI**, Nicola; **PASQUINO**, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UNB/LGE Editora, 2004. p. 675. Vol. 2.

Esta opção político-ideológica de alinhamento condicionou a maior parte das posições propostas e assumidas pelo MPLA, e influenciam, sobretudo, as questões relacionadas à diversidade cultural, uma vez que a cultura deveria ser, acima de tudo, *“popular, científica e revolucionária”*, bem como os agentes da cultura, o povo e os intelectuais, deveriam apresentar-se como *homens a serviço da revolução social*.

A politização da identidade nacional ganhou força com a aplicação do discurso de classes sociais enquanto bases para identidades coletivas, conforme podemos constatar no trecho citado:

“A origem camponesa da maior parte dos operários não favorece o amadurecimento da sua consciência de classe; mas em contrapartida assegura-lhe uma fácil aliança com o campesinato. Este facto, e o crescimento numérico do proletariado e as suas migrações virão a ter certa influência na unificação do proletariado e na destruição de alguns reflexos tribais”⁸.

Os chamados *reflexos tribais*, que aparecem em diversos documentos do Estado como algo a ser abolido, remete mais diretamente às identidades étnico-culturais, regionais e religiosas, que muitas vezes aparecem vinculadas umas às outras numa mesma comunidade e que, já no contexto da luta pela independência, foram motivos freqüentes para a instabilidade dentro dos movimentos – MPLA, FNLA e UNITA - e entre eles, bem como eram consideradas como entraves à tomada de consciência do grupo enquanto comunidade de base política.

Tendo como hipótese que a nação não seja idêntica ao “povo de um Estado”, no que diz respeito à pertença a uma comunidade política, vale propor uma análise capaz de identificar sobre quais bases seria fundada a *“sociedade de tipo novo”* formadora do Estado-Nação recém-independente; como seria

⁸ *Teses e Resoluções do 1o Congresso do MPLA – Partido do Trabalho*. Luanda, 1977. p.12.

definido e que lugar e função ocuparia “o homem novo angolano” nesta nova ordem social.

Vale considerar que as ações políticas tendem a ser apresentadas como nacionais ao menos no plano do discurso, e que, uma vez a nação não pode ser definida na base de qualidades comuns partilhadas por aqueles que se consideram, ou são considerados, seus membros, nem há como prever a extensão da ação social resultante de sentimentos de solidariedade específicos, o Estado angolano atuou em diversas esferas de conscientização política para a criação de uma identidade nacional, na medida em que:

“(...) independentemente do que possa ser aquilo que entendemos por identidade nacional implica uma consciência de comunidade política, por mais tênue que seja. Uma comunidade política, por sua vez, subentende pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. Sugere também um espaço social claro, um território bastante bem demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem”⁹.

Uma vez conquistada a independência, o Estado angolano optou por manter as fronteiras herdadas do colonialismo¹⁰ e assegurar os limites administrativos que desde o início do século XX havia correspondido a Angola, como um espaço territorial para a interação e lealdade das populações nele incluídas. Em seguida, foi criado um corpo de leis e instituições que visavam um objetivo político específico e que regulariam e, pretensamente, dariam expressão aos sentimentos e objetivos políticos coletivos.

No entanto, ao absorver os padrões ocidentais para a construção da nação, entendida como *“uma determinada população humana que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma*

⁹ SMITH, Anthony. *Op. Cit.* p.22.

¹⁰ A manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, foi uma das importantes decisões tomadas no âmbito da conferência de criação da Organização da Unidade Africana, sediada em Adis-Abeba, entre 22 e 26 de maio de 1963.

*economia comum e direitos e deveres legais comuns*¹¹, o Estado angolano exortou a concepção pluriétnica de nação - aquela que dá ênfase a comunidade de nascimento, de origem e de ascendência comum, e sobretudo as pesquisas elaboradas desde 1990¹² não deixam dúvidas que esta característica foi uma significativa fonte de instabilidade e de crise permanente, na medida em que os limites do Estado-Nação não acolhiam as diversidades nem reconheciam o poder político dos povos de Angola.

É importante ressaltar que a partir da conversão do MPLA em Partido do Trabalho, ocorrida durante as sessões do 1º Congresso do MPLA, realizado em dezembro de 1977, o Estado assumiu oficialmente um discurso marxista-leninista¹³, que serviria de base e argumento para justificar que as diversas culturas presentes no território angolano sofressem um processo de *adequação e enquadramento*, tendo como objetivo servir a “revolução social”.

A hipótese que se apresenta neste trabalho de pesquisa é a de que o Partido-Estado¹⁴, ao pretender adequar a sociedade aos preceitos ideológicos então adotados, acabou por implementar uma política de homogeneização da

¹¹ SMITH, Anthony. *Op. Cit.* p.28.

¹² Ver: AMIN, Samir (et. alli). *A Construção da Nação em África. Os Exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.* Bissau. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. INEP. 1989; GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique.* Porto. Afrontamento. 1991; HERNANDEZ, Leila Leite. *Os Filhos da Terra do Sol. A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde.* São Paulo. Summus, 2002; SERRANO, Carlos. *Angola: Nasce uma Nação. Um Estudo sobre a construção da identidade nacional.* São Paulo. 1988. Tese de doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Depto. De Antropologia da FFLCH/USP

¹³ Como pudemos constatar através de entrevistas, algumas com autorização para serem gravadas e outras não, o marxismo-leninismo lido pelos dirigentes e intelectuais angolanos era, também, uma reunião de textos escritos por Stalin entre os anos de 1920 e 1926. (A edição a que tivemos acesso em Angola foi: STALINE. *Les bases du leninisme.* Paris, Union Générale D'Éditions, 1969).

¹⁴ Já no **Ato de Proclamação de Independência**, a 11 de novembro de 1975, lemos: “Os órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas diretrizes superiores do MPLA, mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado”. In: *Teses e Resoluções do 1º Congresso do MPLA – Partido do Trabalho.* 1977.

diversidade, fazendo com que a *identidade política* se tornasse hegemônica em relação às demais identidades – étnico-culturais e regionais. Este processo impunha um *padrão identitário* pouco ou nada reconhecido pelas populações, e como consequência afastava-se do reconhecimento das mesmas como partes integrante da nova nação.

Nessa perspectiva, o estudo recaiu em identificar, compreender e analisar como o Estado, ou o Partido-Estado, representado pelo MPLA, tratou a diversidade cultural do território angolano. A análise de documentos expressou a necessidade urgente que havia de construir um sentimento nacional, em particular por meio do projeto ideológico de construção do *homem novo*. Esse objetivo encontra-se expresso com clareza no Hino Nacional, composto em 1975:

*“Ó Pátria nunca mais esqueceremos
Os heróis do 4 de fevereiro
Ó Pátria nós cantamos os teus filhos
Tombados pela nossa Independência
Honramos no passado a nossa História
Construímos com trabalho o Homem Novo”*
1º trecho do Hino Nacional de Angola.

No período delimitado para este trabalho de pesquisa, o MPLA encontrava-se acima das estruturas do Estado, e controlando a mobilização dos angolanos por meio das referidas *organizações de massas*, como, entre outras, a Organização da Mulher Angolana (OMA), Organização dos Pioneiros de Angola (OPA), a Juventude do MPLA (JMPLA). Cada angolano era considerado um *homem político*, as populações eram militantes como conjuntos de que precisariam ser engajados e tornarem-se cada vez mais confiantes no projeto político da construção da nação angolana. Significa dizer que as organizações de massa funcionavam como estruturas associativas fomentadas pelo Estado que assegurava para si o controle de seus membros e de sua atuação de dominação e posição de poder concentrado e centralizado. Vale admitir que a partir da dinamização das organizações de massa pelo

Estado, o nacionalismo abandonou totalmente o domínio público da política para agir no domínio privado da cultura¹⁵.

É importante lembrar que no caso específico da atuação do MPLA em Luanda, foram os aparatos internos criados para organizar o apoio popular ao Movimento¹⁶ os responsáveis pela legitimidade conferida à dominação exercida pelo MPLA após a saída da FNLA e da UNITA do governo de transição (quando das suas retiradas de Luanda, em julho e agosto de 1975, após confrontos militares com o MPLA), bem como asseguraram, juntamente com o apoio militar de Cuba, que o MPLA declarasse a independência unilateralmente em Luanda.

No entanto, foram também destes aparatos que saíram alguns dos principais responsáveis pelo início de crises internas no MPLA após a independência, quando passaram a se desentender entre si, principalmente opondo-se à forma de governo exercida por este, como o fizeram líderes dos Comitês Henda e Cabral, a ponto destas organizações terem suas ações limitadas e até proibidas pelo MPLA.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo apresenta uma breve caracterização histórica da presença colonial portuguesa em Angola, desde o final do século XIX, período caracterizado por Hobsbawm de “novo imperialismo” - quando do estabelecimento das estruturas administrativas coloniais no território, das guerras empreendidas pelas populações revoltosas contra o colonialismo português e das contenções das mesmas, e da imposição do *Código do Indigenato* – até negociações políticas que conduziriam à independência, em 1975, após quatorze anos de luta anticolonial, quando os movimentos pela

¹⁵ Ver SMITH, A. *Op. Cit.*, p. 125.

¹⁶ Aparatos estes que estiveram reunidos, primeiramente, em torno de Comitês de Ação Clandestina (CAC), e, posteriormente, em Comitês Populares de Bairros, Comitê Amílcar Cabral e Comitê Henda, todos independentes do MPLA, mas que a este movimento davam apoio.

independência passaram da argumentação política às armas (primeiramente o MPLA e a FNLA, e, posteriormente, em 1966, a UNITA).

Em seguida passaremos à análise dos acontecimentos que se seguiram a Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de abril de 1974, quando se deu início ao processo de negociação política para as independências das colônias portuguesas na África¹⁷, mediado pela assinatura de cessar-fogo entre a UNITA, FNLA e MPLA e o governo português, e consumado pelo Acordo de Alvor, assinado a 15 de janeiro de 1975, que previu a constituição de um governo de transição, bem como fixou uma data para a retirada de tropas e civis portugueses e para a independência formal de Angola. Trataremos do período que antecedeu as negociações para o Acordo de Alvor, e, posteriormente, apontaremos algumas possíveis causas para falhanço do acordo e as conseqüências do mesmo.

O terceiro capítulo aborda a trajetória da ação política empreendida pelo Estado angolano concernente a criação do sentimento nacional unitário por meio da formulação do projeto do *homem novo*, que era, nas palavras de Henrique Abranches, escritor angolano, que ocupou cargos importantes nas estruturas do Estado no âmbito da cultura:

*“Afirmamos que necessitamos de um homem novo. Um homem novo implica profunda transformação no próprio sujeito da História e é aí sobretudo que intervém a supra-estrutura cultural e é daí que partirá a confirmação e a consolidação de uma nova sociedade que triunfou definitivamente sobre a reacção, sobre a tentativa sempre vã, mas muito nociva, de impedir o avanço da História”*¹⁸.

Por meio da leitura de documentos produzidos pelo Estado, bem como através da análise de material imagético, foi possível afirmar que o *homem novo*

¹⁷ Os militares que assumiram o governo provisório em Portugal após a Revolução dos Cravos resistiram por três meses em admitir a independência completa para Angola, sendo que o General Spínola chegou a propor uma opção federalista em lugar da independência, proposta imediatamente rejeitada pelos movimentos de independência de Angola.

¹⁸ **ABRANCHES**, Henrique. *Reflexões sobre Cultura Nacional*. Lisboa, Edições 70, 1980. p.15.

angolano do pós-independência deveria estar **adequado** para compor a nova sociedade que se pretendia fundar. Esse discurso pressupunha o abandono de suas características regionais ou étnico-culturais, em nome de algo maior: o projeto nacional e a construção da nação angolana.

A intenção de enquadramento da população angolana remetia diretamente à formação de uma **identidade política**, pautada pela divisão de classes, que se sobrepusesse às identidades étnico-culturais e regionais, consideradas inconciliáveis à criação da “*unidade nacional revolucionária*”, conforme aqui podemos constatar:

“Foi necessário ultrapassar barreiras nocivas à unidade nacional revolucionária, barreiras como o tribalismo, o racismo e talvez até, muito particularmente, aquilo que se tem chamado o ‘complexo do colonizado’”¹⁹.

Uma vez adequados e convertidos em *homens políticos*, a almejada unidade do sentimento nacional dar-se-ia pelas vias da hegemonia da identidade política, por meio da qual, acreditavam os dinamizadores do projeto, seria possível alcançar a homogeneidade, a unidade e o reconhecimento do Estado.

Ao salientar os argumentos que mais impõem entraves ao projeto nacional, mencionam-se, mormente, as confissões religiosas e os elementos étnico-culturais. Em contrapartida, um grande argumento conciliador é o da lembrança de ser, ou pretender ser, uma comunidade de destino político comum – na qual a herança tinha por base a resistência iniciada nas revoltas do século XIX contra o colonialismo, e encerrada na luta anticolonial travada a partir de 1961 - na medida em que:

“(...) a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura de dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso a determinar, inequivocamente, sua orientação para um objetivo”²⁰.

¹⁹ ABRANCHES, Henrique. OP.CIT., p.13.

²⁰ WEBER, Max. *Op. Cit.*, p. 187.

O quarto capítulo é dedicado à análise do material imagético - fotográfico e de pintura-mural - produzido pelo Estado durante o período que se estende de 1975 a 1979. Os acervos de fotografias a que tivemos acesso, e que não estão abertos à consulta pública, mostraram-se de extrema relevância para o tema a que nos propusemos a abordar, uma vez que, em imagem congelada ou em movimento, podem estar contidas as intenções e aspirações do Estado em relação à sociedade, uma vez que aquela era a imagem que pretendiam que os angolanos tivessem de Angola e de si próprios.

A partir deste princípio, entendeu-se que as imagens podem ser corporificações do sonho do novo futuro e, ao mesmo tempo, expressar os valores do Estado, no sentido em que coloca Michel Vovelle:

“Os múltiplos sentidos do testemunho gráfico, que reflete o tempo do acontecimento como foi sentido e construído, e pode exprimir a história como foi vivida e organizada em torno de personagens vivos ou mortos”²¹.

Sendo assim, as imagens permitiram múltiplos usos ao Estado - por exemplo, enquanto meio de difusão de palavras de ordem diretrizes e padrões de comportamento -, bem como podem informar sobre quais os acontecimentos foram considerados importantes no período, e daí decorrer a intenção de deixá-los registrados para a posteridade, e quais aqueles, que pelo silêncio das imagens, foram relegados ao ocultamento e ao esquecimento.

Ainda que não tenha havido uma intenção inicial de trabalhar as imagens como fonte primária de documentação, a partir do trabalho de campo em Angola foi possível notar um importante silêncio dos documentos oficiais escritos relativos ao período estudado. Ao mesmo tempo, ocorreu a descoberta de relevantes arquivos fotográficos, pouco ou nada estudados, a que se teve acesso por meio de relações de confiança construídas ao longo de um ano de permanência em Angola.

²¹ VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a idade média até o século XX*. São Paulo, editora Ática, 1997. p.16.

Estando “*a contrapelo das fontes*”, para utilizar um termo de Peter Burke, a decisão recaiu pelo entrecruzamento de informações obtidas por meio de documentos escritos, imagéticos e orais, sempre tendo em vista analisar e interpretar as ações do Estado na construção da identidade nacional e do *homem novo* angolano.

Dessa forma, o quarto capítulo foi construído com base na recolha de material em quatro diferentes arquivos, todos eles de fontes imagéticas, que estarão mais bem pormenorizados no corpo do referido capítulo: o acervo do DIP - Departamento de Informação e Propaganda, que está alocado numa agência privada chamada A FOTO; a pintura-mural realizada por artistas cubanos e angolanos nos muros do Hospital Militar de Luanda, em 1976, e que ainda hoje ali permanecem; um conjunto de fotografias que fazem parte de uma publicação oficial, impressa em edição trilingue (inglês, francês e português), intitulada *República Popular de Angola. Ministério da Informação. Documentos Fotográficos*, com data de 1979; e fotografias produzidas pelo DIP alocadas no Centro de Imprensa Aníbal de Melo – CIAM.

É necessário salientar que a maior parte dos trabalhos até hoje realizados no âmbito da história contemporânea de Angola - considerando esta como tendo sido iniciada a partir de finais do século XIX²², com a intensificação das políticas coloniais no território determinadas pelas diretrizes saídas da Conferência de Berlim - se detiveram, principalmente, ao campo dos estudos antropológicos, à análise de obras literárias e documentos impressos em geral, com o intuito de analisar e conhecer a sociedade e a história de Angola.

²² Não há ainda uma periodização para a História de Angola que marque o início da história contemporânea do país. Assumimos esta datação conscientes dos possíveis equívocos que ela possa conter. Existe ainda uma outra hipótese de reflexão para esta periodização que pode levar em conta a data da independência do Brasil, quando Portugal passa a olhar com mais cuidado para a colonização de Angola. Momento que também coincide com o fim do tráfico de escravos e conseqüente perda de poder por parte de uma elite africana formada no corredor Luanda – Malange que havia se fundado no comércio de cativos para as Américas.

Vale salientar ainda a importância dos estudos sobre os movimentos de uma *elite local* que se manifestava, principalmente, através de periódicos, como os jornais “O Farol”, “O Tomate”²³, publicados em finais do século XIX e início do século XX, bem como o início de uma literatura que se configurará mais tarde como “romances de costumes angolenses”²⁴. É preciso chamar a atenção para a escassez de estudos sobre um período recente da história de Angola, como o abordado neste trabalho de pesquisa (1975-1979) - período este em que a escassez de documentação escrita, não raro, colocou-se como um problema a ser transposto. Excluindo os trabalhos com base na literatura e em obras biográficas que remetem a este período (ainda que também não sejam muitos, pois a maior parte dos livros publicados no pós-independência faziam ainda referência à luta anticolonial e a vida na guerrilha²⁵), há poucos estudos que se detiveram sobre o Pós-independência e a análise daquela sociedade que se rearticulava a partir de preceitos político-ideológicos, nomeadamente o marxismo-leninismo²⁶.

²³ Ver **SILVA**, Rosa Cruz e. “O Nacionalismo Angolano. Um projecto em construção no século XIX? Através de três periódicos da época: O Farol do Povo, O Tomate e O Desastre”. In: **Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola. Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação**. Edição Comissão Nacional para os descobrimentos portugueses, 1997. ; **WHEELER**, Douglas. “Origins of Nationalism in Angola: Assimilado Protest Writings, 1859-1929”. In: **CHILCOTE**, Ronald H. (edited by). *Protest and Resistance in Angola and Brazil. Comparative Studies*. Berkeley/Los Angeles/London, University of Califórnia Press, 1972.

²⁴ O expoente maior desta literatura será Assis Júnior, autor de “O Segredo da Morta”, considerado o primeiro romance angolense. Ver: **CHAVES**, Rita. *A Formação do Romance Angolano. Entre Intenções e Gestos*. São Paulo, 1999. Coleção Via Atlântica No. 1; **OLIVEIRA**, Mario Antonio Fernandes. *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1997.

²⁵ Principalmente sobre as obras do escritor Pepetela, que figuram na bibliografia deste trabalho.

²⁶ Sobre o período pós-independência em Angola, ver: **SERRANO**, Carlos. *Angola: Nasce uma Nação. Um Estudo sobre a construção da identidade nacional*. São Paulo. 1988. Tese de doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Depto. De Antropologia da FFLCH/USP ; **TALI**, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. 2 volumes.

No que respeita ao enfoque principal deste trabalho de pesquisa, qual seja, o de identificar as ações do Estado em relação à formação de um sentimento nacional, de pertença à nação angolana, um processo de constituição promovido político-ideologicamente pelo Partido e pelo Estado, utilizando-se para isto do projeto do *homem novo*, também houve dificuldade com relação ao levantamento da documentação: o Arquivo Histórico Nacional de Angola, não tem em seu acervo documentos relativos ao período pós-independência; em relação aos arquivos de ministérios e secretarias de educação e cultura tivemos acesso através de particulares, e não via instituição. O atual Ministério da Cultura nos informou formalmente que os “arquivos mortos” desta instituição haviam desaparecido.

As entrevistas referidas ao longo do texto, ainda que não tenham sido realizadas com a intenção primeira de serem incorporadas ao trabalho e, portanto, de não termos realizado estudos sobre metodologias específicas aplicadas a recolha de depoimentos orais, nos deram a conhecer a dificuldade que existe, por parte dos angolanos, em falar a respeito deste período, de 1975 a 1979, o que acabou por condicionar a pesquisa histórica relativa a estes anos.

Foi possível constatar que o caminho que a pesquisa trilhou após a realização do trabalho de campo, esteve em muito condicionado ao enfrentamento de *tabus* existentes a respeito de alguns acontecimentos específicos da história de Angola, na medida em que, conforme o afirmou Marc Ferro:

“(...) a memória deles se recusava a evocar aspectos negativos desse passado mais próximo, e os pesquisadores encontravam-se diante de um muro de silêncio”²⁷.

Neste sentido, podemos concluir que as dificuldades anteriormente mencionadas, para a reunião de um *corpus documental* durante o desenvolvimento da pesquisa, se deram em paralelo à intensidade dos

²⁷ FERRO, Marc. *Os Tabus da História. A face oculta dos acontecimentos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003. p.35.

acontecimentos e de como alteraram os rumos da história, favorável ou desfavoravelmente para os que ocupavam o poder, podendo ser considerados “fatos para serem esquecidos” e limados do discurso do Estado.

A abordagem de alguns acontecimentos específicos pode gerar constrangimento mesmo quando em conversas pessoais, como o tema relativo à tentativa de Golpe de Estado ocorrida a 27 de maio de 1977, e dirigida pelo então Ministro da Administração Interna, Nito Alves, bastante referido nos jornais semanários, mas pouco discutido por aqueles que dele participaram, seja como insurgente, seja como repressor da insurgência.

Desta forma, concordando novamente com Marc Ferro que tabu é “*um fenômeno que os protagonistas, por diversas razões, escondem dos outros ou de si e do qual não há conhecimento geral*”²⁸, podemos observar que reconstituir o passado recente de Angola se mostrou, por diversas vezes, um risco para toda a história oficial de Angola, e foi exatamente esse risco que se configurou como tabu.

Durante o trabalho de campo realizado durante um ano em Luanda (set/2003 a set/2004), foi possível, por meio dos laços de confiabilidade estabelecidos com responsáveis pela salvaguarda de documentação, quase toda ela em casa de particulares e arquivos privados, acessar outros meios de investigação, como as imagens produzidas durante o período aqui abordado, para a análise e a interpretação da história de Angola.

Faz-se importante notar o fato de não termos encontrado nenhuma outra publicação que se tivesse detido sobre a construção do *homem novo* e o conteúdo do seu projeto numa perspectiva histórica, bem como no ineditismo da maior parte do material fotográfico analisado.

²⁸ FERRO, Marc. *Op. Cit.*. p.51.

I – BREVE CARACTERIZAÇÃO DE UM TEMPO ANTERIOR: COLONIALISMO PORTUGUÊS E REAÇÕES AFRICANAS



1. Um caminho do colonialismo português na África – do soerguimento à perda do Império Africano

“É do regime político ou é a essência da gente? Não vamos também culpar o salazarismo de tudo. O próprio Salazar já era tristonho, cinzento, antes de criar o seu cinzento regime. Regime de eclesiásticos e militares graves, o que convém para um povo de camponeses com pouca terra.” (Pepetela, 2000)

Ainda que a cidade de Luanda, atual capital de Angola, tenha sido fundada, por Paulo Dias de Novais, em 1576, e tenha tido seus primeiros foros urbanos em 1605, foi criada para ser um porto de trânsito e para a captação de escravos, fator que marcou sua natureza, e deixou heranças e desdobramentos específicos do colonialismo português em Angola durante os três séculos posteriores. Conforme afirma o ensaísta angolano Mario Antonio de Oliveira, *“Angola, o Reino de Angola – (...) – até meados do século XIX pouco passava de Luanda e sua zona de influência”¹*. Também Pepetela nos confirma que, durante os três primeiros séculos, Luanda foi *“o centro do poder político de uma colônia constituída por uma faixa de território litoral com duas cidades-*

¹ OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968. p.11

porto, Luanda e Benguela, e um corredor de presídios ao longo do rio Cuanza para o interior².

A baliza cronológica que corresponde a este capítulo refere-se ao “Novo Imperialismo”, que se estende de 1890, período de intensificação da política de ocupação militar e administrativa em África, até 1974, ano em que termina a guerra anticolonial e têm início as negociações políticas para a independência de Angola.

Os últimos anos do século XIX foram marcados pelo direcionamento ao expansionismo econômico, o entrecruzamento entre economia e política e o surgimento de feiras universais como aglutinantes ideológicas, nas quais se apoiou um sistema colonial fundado no medo, no exercício da violência física, no racismo e no etnocentrismo. Há de se ter em conta, no entanto, que nos anos 20 do século XX Angola era um território ainda não totalmente colonizado, se tomarmos por colonização a definição sugerida por Alfredo Bosi:

“A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo [tomar conta de]: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer. Mortos bifrontes, é bem verdade: servem de aguilhão ou de escudo nas lutas ferozes do cotidiano, mas podem intervir no teatro dos crimes com vozes doridas de censura e remorso³.”

É também necessário lembrar que desde o final dos oitocentos, Lisboa havia determinado, num “plano secreto”, que se iniciassem várias expedições ao interior do continente africano, com o projeto maior, institucionalizado logo a seguir a Conferência de Berlim (1884-1885), de se apoderar de um vasto domínio na África Central, que permitiria interligar os territórios de Angola e Moçambique. Este projeto, conhecido por “mapa cor-de-rosa”, fez parte de um

² PEPETELA. *Breve resenha do crescimento de Luanda*. Revista *Estudos Afro-Asiáticos*. No 32, Dez. 1997. Centro de Estudos Afro-asiáticos. Rio de Janeiro. p.87. (Ainda que Pepetela seja reconhecido como escritor de qualidade literária, realizou em alguns artigos e textos abordagens históricas sobre o crescimento e desenvolvimento de Luanda).

³ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. p.15

anexo de um acordo entre Portugal, França e Alemanha, assinado a 12 de maio e a 30 de dezembro de 1886. No entanto a Conferência de Berlim, além da partilha do continente africano entre as potências europeias, também tinha por objetivo regulamentar o comércio praticado no continente africano, e o plano português de anexação do território entre Angola e Moçambique coincidia com os interesses da Inglaterra naquela região.

Assim, a Inglaterra reagiu contra o projeto expansionista português e sob o pretexto de proteger a população Macololo, com a qual o explorador português Serpa Pinto havia entrado em conflito na altura do rio Chire, ordenou que Portugal se retirasse da região. Este episódio, conhecido por *Ultimatum* Inglês, e que ocorreu a 11 de janeiro de 1890, serviu como estopim para uma crise luso-britânica.

Portugal ordenou que a expedição se retirasse dali no mesmo dia, mas a ameaça inglesa gerou uma “crise de auto-estima” nos portugueses: pela soberania de Portugal ameaçada e, mais do que isso, por ter sua *vocação expansionista* ferida, sobre a qual Eduardo Lourenço reflete:

“Contudo, evitar o destino comum, isolar-se, não se sabe por que aberração ou milagre, às margens do mundo, foi um pouco aquilo que o povo português sempre tem feito. Portugal vive-se “por dentro” numa espécie de isolamento sublimado, e “por fora” como exemplo dos povos de vocação universal, indo a ponto de dispersar o seu corpo e sua alma pelo mundo inteiro. A imagem é de Camões, e todos os portugueses a conhecem de cor. Essa mitologia está inscrita na bandeira portuguesa. Portugal é o único país que colocou no centro da sua bandeira a esfera armilar, em suma, a representação do Universo. Isso não espanta ninguém e ainda menos os portugueses. Essa imagem não é apenas de ordem cosmológica – consagração do papel de Portugal como descobridor de “novas terras e novos céus” -, mas de ordem crística: a do convidado modesto sentado no lugar de honra dos eleitos”⁴.

⁴ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. p.66

Em sinal de protesto, no dia 12 de janeiro, a população saiu às ruas de Lisboa para manifestar seu descontentamento em relação à ingerência da Inglaterra em Portugal. Em decorrência, apenas em 11 de junho de 1891, foi assinado um tratado luso-britânico em que Portugal aceitava as regras impostas pela Inglaterra. Ainda que findo este projeto expansionista, a onda nacionalista que varreu Lisboa a partir do *Ultimatum* modificou a vida política e ideológica de Portugal, que de acordo com Valentim Alexandre:

“Na realidade, o sobressalto nacional de 1890 só pode ter inteira explicação no quadro da emergência em Portugal, a partir de meados da década de setenta, de uma forte vaga de nacionalismo imperial de cariz populista, que marca a política nacional dos anos seguintes”⁵.

Desde então, acelerou-se o processo para a definição das fronteiras de Angola e de Moçambique, com o intuito de estabelecer, o mais rápido possível, os territórios formadores do império, pois ainda que as ameaças internacionais sobre o domínio colonial português tenham sido minimizadas, a soberania ainda não estava totalmente garantida. Foi preciso que Lisboa, após o *Ultimatum*, traçasse planos estratégicos para reforçar o poderio português, tanto do ponto de vista econômico como do político.

Vale lembrar que em Angola, a atividade predominante, e da qual viviam as elites, era a captura de cativos e o tráfico de escravos⁶, que vinha diminuindo

⁵ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, Edições Afrontamento, 2000. p.149

⁶ Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo. Cia. das Letras. 2000. p. 325. *“Desde logo, resultam dois fluxos de troca complementares mas distintos (Brasil-Portugal e Brasil-África) que não correspondem à continuidade mercantil e marítima do comércio triangular – unindo os portos europeus à África e às colônias antilhanas e norte-americanas – característico do sistema náutico do Atlântico Norte e posto em prática por outros países negreiros do Velho Mundo. (...) Na Mina, Portugal, como as outras metrópoles negreiras europeias, permanecia ilhado em feitorias costeiras de onde fazia trato localizado com as etnias nativas. Ao inverso, em Angola Portugal ocupava um amplo território drenado por uma rede de feitorias sertanejas de compra e captura de escravos. (...) a destruição constante de Angola se apresenta como a contrapartida da construção contínua do Brasil”.*

de intensidade desde 1836, quando surgiram uma série de leis que visavam uma repressão lenta, mas gradual e cada vez mais severa da condição escrava, e que teve seu momento de maior declínio quando da assinatura da Lei Eusébio de Queiroz no Brasil, em 1850, que proibiu a importação de cativos.

Apesar de que a atividade de captura de cativos para serem enviados à América se manteve de forma ilícita até o final do século XIX, durante o seu declínio se desenvolveu uma das resoluções da Conferência de Berlim que se referia à necessidade de ocupar efetivamente o território colonial, o que obrigou Portugal a adotar um meio de fixar colonos e colonizados ao solo.

A escolha do governo português recaiu por fazê-lo em bases agrícolas, expandindo a ocupação para o *hinterland*, que visava, para além de atender às pressões externas por um efetivo “ocupar do chão”, corresponder às exigências do *nacionalismo imperial* crescente em Lisboa.

Este é um período da maior importância para a continuidade dos três séculos de presença portuguesa em Angola, voltados para o fortalecimento de medidas econômicas, do protecionismo político e mesmo pela criação de novas relações de poder. Este novo ciclo de colonização que foi posto em marcha, ainda que tenha mantido muitas das estruturas existentes, reforçou os mecanismos e instrumentos de dominação.

Considerando as análises sobre a colonização portuguesa praticada a partir da expansão capitalista, Portugal veio a reproduzir em Angola, na segunda metade do século XIX, muitas das estruturas já utilizadas em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde durante os séculos XV e XVI, período em que eram considerados *laboratórios tropicais*⁷, como as plantações de gêneros tropicais e

⁷ Ver **ALENCASTRO**, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo. Cia. das Letras. 2000. p. 68. “Evidencia-se a importância dessa primeira sociedade colonial ultramarina, que Curtin intitula “o primeiro sistema atlântico” – formada pelos enclaves ibero-africanos nas Canárias, em Cabo Verde, na Madeira, nos Açores e em São Tomé -, na adaptação prévia aos trópicos e ao escravismo de técnicas

as criações de animais. As diferenças restringiram-se, quase sempre, ao campo nominal, como quando a palavra escravo cai em desuso e dá lugar ao trabalho forçado, ou *shibalo* - com características que em alguns pontos remete ao regime de trabalho escravo, conforme podemos constatar no artigo 1º do Código do Indigenato:

“Todos os indígenas das províncias ultramarinas são sujeitos à obrigação moral e legal de procurar e adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltam, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento”⁸.

Por outro lado, é preciso ter clareza quanto às mudanças de carácter político e administrativo que se deram no período do “novo imperialismo”. Quando os portugueses passaram a considerar Angola não como uma terra de degredados, mas como uma verdadeira possibilidade de enriquecimento, encontraram em Luanda e no corredor Luanda-Malange, uma elite que havia se constituído com base no tráfico de escravos. Não podendo ignorá-la, viram-se forçados a encontrar maneiras de incorporá-las a despeito do discurso civilizatório, que considerava os diferentes como desiguais e, no caso dos africanos, inferiores.

Um instrumento fundamental para o controle do trabalho dos “indígenas” foi a implementação do Estatuto do Indigenato⁹, que tornava possível distinguir os

portuguesas e luso-africanas desenvolvidas em larga escala na América portuguesa. Plantas (cana-de-açúcar, banana, inhame, coco), métodos de cultivo, criação de gado grosso (bovino, equino e mular), gado miúdo (suíno, caprino, ovino), galinhas e patos aclimatados, tipos de moendas açucareiras, homens forros e escravos especializados no trabalho colonial e imunizados contra as doenças tropicais, métodos de tráfico negreiro, práticas curativas e alimentares, e até instituições de controle indireto, como a Irmandade do Rosário dos negros de São Tomé, estabelecida pelo alvará régio de 1526 – antes da fundação de um organismo similar na Bahia (1581) e no Rio de Janeiro (1631) –, puderam ser empregados no Brasil porque haviam sido postos em prática anteriormente nas ilhas atlânticas”.

⁸ APUD ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa, 1997. p.28.

⁹ *“um corpo de regras que levasse os chamados indígenas a entregarem-se a uma actividade progressiva, arranca-los à ociosidade, à exploração das mulheres e das crianças, a uma vida vegetativa(...)”*. Regulamento do Trabalho dos Indígenas das Colónias, decreto de 9 de novembro de 1899.

Índios dos não-Índios, de acordo com os modos e práticas culturais cotidianas que lhes eram próprias, permitindo, principalmente, que os africanos que até então haviam constituído as elites angolanas não fossem submetidos ao trabalho de contrato.

No que diz respeito a “*política indígena*”, foram poucas as modificações. Os chamados “*indígenas*”, negros nascidos nos “*territórios ultramarinos*”, deveriam provar uma satisfatória assimilação cultural do “modo de ser português” para conquistar o estatuto de “assimilado”, que passava a ter direito ao estatuto de cidadão, ficava livre do trabalho de contrato e poderia pleitear cargos menores na administração colonial.

Ficou assim justificada e legalizada as formas compulsórias de trabalho, mantidas à custa de excessiva violência institucionalizada e simbólica, e permeando as relações sociais, como confirma a afirmação do português Henrique Galvão para quem *só os mortos estavam realmente isentos do trabalho forçado*¹⁰.

Ao lado Estatuto do Indigenato também foi posta em prática a *política administrativa direta*, retirando poder de representante das chefias tradicionais africanas, que antes intermediavam a relação entre a burocracia colonial e a população, e reforçando a presença portuguesa no interior. Além disso, não poucas vezes os portugueses utilizaram-se de operações militares lentas, que progressivamente firmaram as fronteiras dos seus territórios. Norton de Matos, governador de Angola entre 1912 e 1915, e, posteriormente, entre 1921 e 1923, afirmava sobre o carácter da ocupação portuguesa no ano de 1915 :

“Não temos sabido ocupar e dominar em Angola: as nossas campanhas têm-se limitado à organização de colunas que infligem ao gentio revoltado, ou cujo território se quer ocupar, castigo mais ou menos severo, e que terminado a sua missão militar,

¹⁰ GALVÃO, Henrique. *Da Minha Luta Contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*. FAPLE. 1965.

*ganhos alguns combates, deixando aqui e além um pequeno forte, mal artilhado e pior guarnecido, que o gentio em breve considera inofensivo*¹¹.

Com a implantação do Código do Indigenato, regulamentado a 8 de novembro de 1899, iniciaram-se campanhas militares de maior vulto e de longa duração. Se anteriormente os africanos, não raras vezes, ignoravam a presença portuguesa em seu território, desde as práticas legalizadas do recrutamento de mão-de-obra para o trabalho forçado e da cobrança de impostos às populações, houve sublevações e travaram-se batalhas aguerridas, como as lideradas pelos ovimbundos do planalto sul, a primeira grande revolta do século XX, em 1902, e a de Cuanhama e Cuamato¹², em 1904.

Ainda que a ocupação efetiva do território continuasse esparsa, Portugal procurava proteger Angola da influência demasiada de capitais estrangeiros que investiam na construção de estradas de ferro e na exploração de diamantes no sul africano, restando para Portugal o pequeno comércio do interior.

Nos primeiros anos do século XX, pelo menos até a década de 1920, deu-se início a aplicação de um sistema econômico que se baseava, sobretudo, na pequena produção, sustentada pelo trabalho forçado dos africanos. A justificativa utilizada baseava-se na leitura ideológica do chamado *darwinismo social*, naturalizando e “cientificizando” a dominação da “raça superior” pela própria “inferioridade da raça negra”. Dois grandes representantes dessa perspectiva ideológica foram António Enes e Oliveira Martins.

Posto isto, estavam criadas as condições fundamentais para a fixação das fronteiras territoriais, as ocupações militares e a implantação do sistema colonial, acarretando o início da quebra do poder político e social da *elite*

¹¹ MATOS, Norton de. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, vol. IV, 1945, p.253. (2ª ed.)

¹² Para mais informações sobre as revoltas contra o colonialismo português em Angola: PELISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas (1845-1941)*. Lisboa. Editorial Estampa. 1986. (2 volumes).

luandense, e a conseqüente exclusão deste grupo dos postos hierárquicos mais elevados do aparelho colonial administrativo-jurídico. Completou esse conjunto de medidas, o crescente processo de centralização administrativa praticado por Portugal.

No entanto, o maior problema enfrentado pela administração das colônias portuguesas na África foi a condição em que se encontrava a metrópole, com uma situação econômica frágil, com poucos recursos financeiros e, por isso, vulnerável em relação às demais metrópoles européias. Esta vulnerabilidade era sentida principalmente em relação a Grã-Bretanha, como atesta o Acordo anglo-alemão, de 1899, que previa a partilha dos territórios de Angola, Moçambique e Timor entre aqueles dois países. O acordo não teve validade prática, apenas por não ter havido empenho político em validá-lo por parte da Grã-Bretanha. Porém, a hipótese dessa partilha renasceu entre os anos de 1912 e 1913, no contexto da Primeira Guerra Mundial, também não tendo sido levado a cabo uma vez que a Alemanha não cumpriu a sua parte do acordo, qual seja, renunciar ao seu programa de rearmamento mundial.

Desta maneira, a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra, em 1916, esteve condicionada à proteção do seu império, principalmente no que tangia às relações com sua principal aliada, a Grã-Bretanha. No fim da guerra, Portugal, que havia ganhado o território de Quionga, a norte de Moçambique, anteriormente apropriado pela Alemanha, viu-se obrigado a rever as estruturas político-administrativas das suas colônias na África. Durante a Conferência de Paz, em 1919, foi recomendado aos países que possuíssem territórios ultramarinos que favorecessem a estes um maior desenvolvimento interno, bem como que os concedesse um maior grau de autonomia.

Portugal respondeu às recomendações com a realização, em 1920, de uma revisão constitucional, na qual ficou instituída a nomeação do cargo de Alto-Comissário para Angola e Moçambique, com amplos poderes para a governação desses territórios coloniais.

Para Angola, seguiu como Alto-Comissário Norton de Matos, que tinha um amplo projeto de modernização para a sociedade colonial com a finalidade de reforçar a soberania portuguesa no território. Norton de Matos esforçou-se por substituir a administração até então militar pela civil, e por destruir o poder das chefias tradicionais. Uma das primeiras tentativas do Alto-Comissário foi a de levar mais portugueses para Angola, abolir o trabalho forçado e fomentar atividades produtivas, por meio da criação de maiores e melhores estruturas de comunicação entre as diversas partes do território, traduzidas num programa de construção de portos, estradas, caminhos-de-ferro, e linhas telegráficas.

Em seu segundo mandato em Angola (1921-1923), Norton de Matos assinou dois decretos, em 3 de agosto de 1921, orientados para impor o regime de trabalho contratual livre sob a fiscalização do Estado. Estes decretos foram os principais motivos para o seu afastamento, em 1923, pois contrariavam os interesses escravistas, no âmbito de uma conjuntura econômica frágil.

Já na segunda metade da década de 1920, no fim da Primeira República em Portugal, as forças que cooperavam para um desenvolvimento rápido das colônias haviam se desvanecido. O Estado não conseguiu aumentar a população portuguesa no ultramar conforme havia previsto, além de não ter conseguido atrair investimentos para aqueles territórios, uma vez que o capital, mesmo na metrópole, era escasso.

Com o fracasso dos planos de fomento para as colônias, aumentou o temor quanto ao sucesso do imperialismo português, o que reascendeu o nacionalismo das elites portuguesas, que consideravam as colônias como patrimônio inalienável e indestrutível, e que permitiram que Portugal mantivesse algum prestígio no plano internacional.

António de Oliveira Marques caracterizou este período como *“uma única época de conjunto, situada entre os períodos de grande estabilidade que foram a*

*Regeneração oitocentista e o Estado Novo novecentista*¹³. Esta “época de conjunto” teria se iniciado com os projetos de mudança introduzidos nos primeiros anos do século XX, com os ideais de “descentralização” dos republicanos vitoriosos de 1910, e se encerrou com a constituição do Estado Novo, um Estado autoritário e com estruturas de poder verticalizadas a partir de 1930. Portanto, paradoxalmente, a questão colonial sempre representou papel relevante na política, economia e sociedade portuguesas. Em outras palavras, a questão colonial foi um elemento eficiente para o crédito e descrédito da Monarquia, a proclamação da República e a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

É interessante salientar que em decorrência dos atropelos políticos da República, cresceu um movimento que se apoiava na maioria conservadora das províncias que constituíram o Integralismo Lusitano, um agrupamento que já existia desde antes de eclodir a Primeira Guerra Mundial, quando surgiu como principal defensor dos “valores tradicionais”, a saber: a religião católica, as Forças Armadas, a Nação, a família, a ordem conservadora e o amor a terra. Em torno desse conjunto de valores alguns dos principais partidos políticos tinham como objetivo principal a derrubada do Partido Democrático do poder.

A 28 de maio de 1926, uma revolução pôs fim à República Democrática em Portugal. Depois de cerca de três anos de instabilidade política, marcados por golpes de Estado, ao lado de outras tentativas de tomada do poder, o Novo Regime somente se consolidou quando da entrega, além de formal, legal a António de Oliveira Salazar, em 1932, que, na prática, exercia o poder desde 1928. Em discurso proferido no 1º Congresso da União Nacional, em 28 de maio de 1934, Salazar afirmou:

“(…). Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras, e desejávamos se compreendesse bem não termos posto de lado os erros e

¹³ **MARQUES**, António H. de Oliveira. “Da Monarquia para a República”. In.: Tengarrinha, José (org.). *História de Portugal*. SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

*vícios do falso liberalismo e da falsa democracia para abraçarmos outros que podem ser ainda maiores, mas antes para reorganizar e fortalecer o país com os princípios da autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, patrimônio da humanidade e apanágio da civilização cristã*¹⁴.

A posição política pública de Salazar e dos salazaristas influenciou enormemente nos territórios ultramarinos, sustentada pela estrutura ultramarina mantida sobre bases ideológico-culturais predominantemente fundadas na ideia do Império português, com missões expansionistas e de conversão dos “pagãos” ao catolicismo. Neste sentido, o colonialismo da fase salazarista aprofundou as mudanças impostas desde meados do século XIX, sobretudo no que dizia respeito a uma maior centralização administrativa e conseqüente enfraquecimento político, econômico e social das elites do corredor Luanda-Malange, refletindo-se no rigor da política alfandegária em busca de um equilíbrio financeiro para a metrópole.

Esta estrutura de pobreza econômico-social na metrópole fazia com que grande parte da força de trabalho fosse compelida a emigrar todos os anos segundo uma lógica do Estado que não hesitou em utilizar a violência e a repressão, características da *ditadura salazarista*, fundada no terror.

O regime era sustentado basicamente pela Igreja Católica e pelas Forças Armadas. Estes contribuíam com o desenvolvimento de uma organização paramilitar e ideológica adequada aos propósitos de um sistema autoritário. Foi este complexo metropolitano, controlado por um forte aparato militar, que condicionou o sistema colonial imposto ao domínio ultramarino português, que Perry Anderson identificou como *Ultracolonialismo*¹⁵.

¹⁴ “O Estado Novo Português na evolução política europeia”. (Discurso proferido na sessão inaugural do 1º Congresso da União Nacional, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 28 de maio de 1934). In: SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos (Coimbra)*. Coimbra Editora, v.1, pp. 334-335, 1935. *grifo meu*.

¹⁵ ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1966.

As características próprias dessa conjuntura exigiram um processo de inversão ideológica, produzido e mantido pela ideologia da Nação e do Império Português. O discurso da “*missão colonizadora*” a que se lançaram, a celebração das uniões mistas consumada no *panracialismo* português, e a tríade do salazarismo “*Um Estado, Uma Raça, Uma Civilização*”, foram alguns dos mitos criados para sublimar a violência que mantinha o império português.

Foi com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que se deu início à discussão de que o direito à autodeterminação deveria ser estendido a todos os povos. A Organização das Nações Unidas (ONU) passou a pressionar os países que possuíam territórios coloniais a preparar os territórios sob o seu domínio para a independência. Em paralelo a estes acontecimentos, cresceram e se fortaleceram os movimentos contra a colonização dentro do continente africano e fora dele, pelos africanos na diáspora.

Em Portugal, a busca pela adaptação à nova ordem internacional manifestou-se e restringiu-se mais uma vez ao campo do discurso, por exemplo, quando da opção pela substituição do termo “*colônias*” por “*províncias ultramarinas*”, pretendendo dar à comunidade internacional uma idéia de que havia de fato uma unidade nacional entre a metrópole portuguesa e seus territórios ultramarinos. No entanto, pragmaticamente, foram mantidas as práticas já existentes, como a política indígena. É bem verdade que, depois de muito discutir, os políticos portugueses, em 1951, encontraram na terminologia “*territórios ultramarinos*” um consenso quanto à nova designação para “*colônias*”, o que afastou a política indígena dos debates e alternativas de supressão das formas compulsórias de trabalho.

Apenas em 1961, com o ascenso dos movimentos de independência, o início da guerra anticolonial em Angola, e a pressão internacional, o trabalho e a vida dos africanos deixaram de ser regulamentados pelo “*Código do Indigenato*”, estendendo cidadania a todos os habitantes do Ultramar. A suspensão do Código foi uma clara tentativa de acalmar a situação e ganhar tempo para uma

contra-ofensiva, tanto nas províncias ultramarinas quanto no campo internacional.

Foi por meio desses elementos que Portugal passou a considerar-se como uma “nação pluricontinental”, voltada para a “assimilação dos autóctones” e dos territórios ultramarinos africanos, utilizando-se fundamentalmente de mecanismos denominados civilizadores e uma religião capaz de converter povos “primitivos e pagãos” em cristãos. O discurso e a prática constituíram o principal paradoxo da política portuguesa Ultramarina como o atesta o parecer da Câmara na emenda Constitucional de 1951:

“na última reforma constitucional houve a preocupação de apagar todos os vestígios (...) de uma inactual concepção “imperialista”, em que os territórios ultramarinos são ainda “colônias”, isto é, territórios e populações sob o senhorio da metrópole; prevaleceu a orientação de atribuir às de novo chamadas “províncias ultramarinas” organização político-administrativa adequada à sua situação geográfica e às condições do meio social; abriu-se a porta para maior intervenção da opinião e dos interesses provinciais na feitura da legislação local; deu-se segura margem que se possa repartir os Ministérios diversos a superintendência da metrópole em alguns sectores da administração ultramarina; estatuiu-se em termos de os governos ultramarinos, quanto a determinados serviços, poderem receber directrizes de departamentos diferentes do Ministério do Ultramar; foi-se abertamente para a concepção da unidade económica da Nação (...)”¹⁶.

Portugal foi aceito na ONU em 1955 e, em 1957 iniciaram-se ataques mais frequentes em vários pontos de Angola, ao mesmo tempo em que se foi acentuando a idéia de uma grande nação portuguesa, por meio do discurso da “pluricontinentalidade”. Com os processos de descolonizações que ocorriam por toda a África, Portugal isolou-se cada vez mais no plano internacional, enquanto nas províncias da Guiné Portuguesa, Moçambique e Angola,

¹⁶ Nova Legislação Ultramarina. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p.138. (vol. I).

formaram-se os primeiros movimentos de independência, apoiados pelos novos Estados africanos. Não é demais lembrar que 1960 é o ano de África, quando dezessete países africanos tornaram-se independentes.

Alguns acontecimentos ajudam a entender os elementos presentes desde 1960. Senão, vejamos, em 1961: em janeiro, oposicionistas lançaram o “Programa para a Democratização da República”; o português Henrique Galvão capturou o paquete Santa Maria e pretendia rumar para Luanda e declarar a independência; em 4 de fevereiro, homens do Movimento Popular pela Libertação de Angola, MPLA (fundado a 10 de dezembro de 1956), assaltaram a Casa de Reclusão Militar de Luanda, com o intuito de libertar presos políticos, iniciando assim a guerra de guerrilhas, que depois seria desencadeada também nos demais territórios africanos sob o jugo colonialista de Portugal; a 15 de março, a União pelas Populações de Angola, UPA, lançou ataques na região norte de Angola, tendo como principal alvo os cafeicultores portugueses do Dembos; a 12 de abril, fracassou uma tentativa de golpe de Estado para derrubar Salazar, liderada pelo próprio ministro da Defesa de Portugal; a 10 de novembro, um grupo de exilados políticos desviou um avião e lançou panfletos anti-salazaristas sobre Lisboa; a 4 de dezembro, diversos dirigentes do PCP evadiram-se do Forte de Caxias; a 16 de dezembro, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE, assassinou o escultor Dias Coelho, provocando grande revolta nacional; a 18 de dezembro, tropas da Índia tomaram os territórios de Goa, Damão e Diu. O ano se encerrou com a falhada revolta militar de Beja. Foi iniciado o ciclo de guerra colonial, principiado por Angola, em 1961, e imediatamente estendido à Guiné, em 1963, e a Moçambique, em 1964.

Este quadro de ascenso dos movimentos pela independência, agravou o já desestabilizado regime salazarista. Portugal respondeu com força e violência, fato que pode ser facilmente reconhecido nas palavras de Amílcar Cabral:

“As organizações africanas que lutam contra o colonialismo português acreditam na existência de meios pacíficos para a conquista da independência. No entanto, não temos ilusões, e, uma vez que

*Portugal quer utilizar a violência para defender os seus interesses, somos obrigados a responder com a violência*¹⁷.

O que se observa é que mesmo com divergências no regime português, Marcelo Caetano, à frente do Conselho desde 1968, após o afastamento de Salazar, posicionou-se contra a independência das “províncias ultramarinas”, optando apenas pela *concessão de uma “autonomia progressiva”*, que figuraram na revisão constitucional de 1971 como “*regiões autônomas*”, e tinham organizações política e administrativa próprias, admitindo-se a possibilidade de virem a tornar-se Estados, caso a complexidade de sua administração assim justificasse¹⁸.

Esta forma encontrada por Marcelo Caetano não só adiou o problema como o deixou ainda maior, uma vez que se acirraram as discussões em torno dos nacionalismos entre a vanguarda intelectual africana e, em paralelo aos debates, desenvolveu-se a luta armada. De outro lado, aumentaram as repressões nos territórios portugueses na África, bem como entre os estudantes africanos que estavam na Europa.

A situação de pressão que vivia Portugal em relação à manutenção de suas possessões coloniais – tanto no plano internacional, quanto no contexto interno – já tornava insustentável a presença portuguesa naqueles territórios. Após o “derrube” da ditadura em Portugal, a 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, os militares que assumiram o governo provisório admitiram iniciar negociações políticas para os processos de independência das colônias portuguesas em África¹⁹.

¹⁷ Em alocução proferida na Câmara dos Comuns de Londres em dezembro de 1960.

¹⁸ Apud CASTELO, Claudia. Op. Cit., p.Artigos 5º e 133º da Constituição Revisada em 1971. p.146.

¹⁹ É importante notar que houve um período de hesitação de dois a três meses após o 25 de abril quanto à independência de Angola, em que o General Spínola apresentou um projeto federativo para Angola, no lugar da independência completa.

2. 1950-1975: A África reage

A partir de 1950, em Angola desenvolveram-se os debates acerca da opressiva situação colonial. Os “filhos da terra”, organizados, trataram de tornar a situação nas colônias e suas violências temas públicos, visando sensibilizar o cenário internacional. Portugal contra-ataca com medidas administrativo-jurídicas que pretendiam sustentar o ascenso dos movimentos reivindicatórios, mas a contestação já estava em curso. Eclodiam movimentos de caráter nacionalista, comandados por aqueles que haviam decidido romper o silêncio, em busca da *restauração e resgate da dignidade africana*²⁰.

Como se sabe, desde a década de 1950, muitos estudantes aproximaram-se dos ideais e discursos nacionalistas (com alguns pontos comuns e algumas especificidades), que nesta altura se espalhavam por toda África, e, muitas vezes por meio da cultura e da literatura, homens como Ilídio Machado, Viriato da Cruz, Mario Antonio Fernandes de Oliveira, Mario Pinto de Andrade demonstraram sua preocupação com o resgate de uma cultura angolana.

Em Angola, formou-se um clima de efervescência que teve como marco importante o início da publicação da Revista *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, conhecido mais tarde por *Movimento Mensagem*. O “Sumário” do primeiro número da Revista registra nomes representativos das elites culturais angolanas como Viriato da Cruz, Mario Pinto de Andrade, Maurício Gomes, Manuel José Jeremias, Antero de Abreu, A. Leston Martins, Lilia da Fonseca, Agostinho Neto e Óscar Ribas²¹. Além disso, o *Movimento Mensagem* deu o primeiro passo cultural em direção à ação política, na medida em que propôs resgatar as culturas tradicionais de Angola, e rediscutir o papel do colonizado frente ao colonizador²².

²⁰ Preceitos muito difundidos pelo movimento panafricanista iniciado, principalmente, por “afro-descendentes” norte-americanos desde o início do século XX. Entre os principais difusores dos ideais pan-africanos estão Garvin e Du Bois.

²¹ *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, Julho de 1951.

²² MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador* (1957). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989. (3ª ed.).

Havia duas frentes em que estavam sendo desenvolvidas as lutas contra o colonialismo português: uma a partir de Luanda e outra no exílio. Sendo que esta última se desenvolvia, sobretudo, em Lisboa, por meio dos jovens vindos das províncias ultramarinas portuguesas com o objetivo de concluir seus estudos, e que ficavam reunidos na Casa dos Estudantes do Império²³.

Foi também em Lisboa que o movimento cultural desdobrou-se em movimento político. O núcleo desta nova geração de intelectuais e militantes, formado por homens como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mario Pinto de Andrade, entre tantos outros, estando concentrados na Casa dos Estudantes do Império, deram início a um grupo que, num primeiro momento, se uniu e se tornou coeso tratando, entre outros, do tema da cultura, para, num momento posterior, as discussões voltaram-se para a política e se configuraram como um “*grupo de pensamento*”, preocupado com a formação de uma “*consciência coletiva*” em torno do resgate da “*dignidade africana*”²⁴.

É interessante registrar que a Casa dos Estudantes do Império constituiu-se num paradoxo da política salazarista. Tendo sido uma tentativa do governo português de controlar os estudantes africanos, acabou por converter-se em espaço privilegiado de ampliação do esforço para divulgar a valorização e o resgate das culturas que remetiam ao continente africano. Somem-se a estes temas, os relativos aos desmandos coloniais e por qual independência deveriam lutar.

Vista a CEI como centro recrutador de indivíduos dispostos a rebelar-se contra o jugo colonialista, após uma série de intervenções a Casa foi fechada em 1965. Entretanto, a CEI já havia cumprido o seu papel na formação político-ideológica de quadros que lutariam pela independência de seus países.

²³ A Casa dos Estudantes do Império foi criada em 1944, primeiramente em Lisboa, com o intuito de receber e alojar em um mesmo lugar todos os estudantes que vinham das colônias de Portugal; no mesmo ano é aberta uma em Coimbra, e em 1959, no Porto.

²⁴ Organizaram, juntamente com outros elementos desta vanguarda, inúmeras atividades culturais voltadas para o que chamavam de “*redescoberta de África*”, tendo fundado, em 1951, o Centro de Estudos Africanos de Lisboa.

Uma rápida reconstrução desde os anos 1950, possibilita compreendermos de forma mais adequada o processo da luta anticolonial, em particular em Angola.

A partir da segunda metade da década de 1950, devido ao aumento da repressão política, que se traduziu em prisões, muitos estudantes deixaram Lisboa e se fixaram em outras capitais europeias ou retornaram à África. Este momento foi marcado pelo aumento significativo da publicação de textos combativos e de denúncia das ações praticadas pelo colonialismo português na África.

Neste âmbito ocorreram inúmeras reuniões, congressos e encontros. A 19 de setembro de 1956, em Paris, *O Congresso de Escritores e Artistas Negros*, expressou a necessidade dos homens de cultura do “*mundo negro*” de refletirem e debaterem sobre a importância de identificar as suas manifestações culturais, e que lugar ocupavam no âmbito da cultura “universal”. Ainda que não parecesse ser o propósito inicial do Congresso, houve calorosa discussão sobre a situação colonial, uma vez que, como expressou Aimé Césaire em sua comunicação, não seria possível desenvolver uma cultura sob domínio colonial²⁵.

Já em novembro de 1957, também em Paris, realizou-se uma “*Reunião de Consulta e Estudo para o Desenvolvimento da Luta nas Colônias Portuguesas*”, da qual participaram Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Mario Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo. Nessa reunião decidiu-se por criar uma organização, o *Movimento Anticolonialista – MAC*, capaz de unir os objetivos independentistas de todas as colônias portuguesas.

Em particular no que se refere a Angola, cabe frisar que Viriato da Cruz foi o responsável pela criação das mais importantes organizações que surgiram em Angola como, por exemplo, o Partido Comunista Angolano, em 1955, e o MPLA, fundado oficialmente a 10 de dezembro de 1956, do qual participou

²⁵ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Edições 70, 1972.

desde a redação do primeiro estatuto e da formação do primeiro Comitê Diretor.

Em 1958, Mario Pinto de Andrade e Viriato da Cruz estiveram no *Primeiro Congresso de Escritores Afro-Asiáticos*, realizado em Tachkent, uma república soviética na Ásia. No encerramento do evento, foram convidados a irem a Moscou, onde se encontraram com Nikita Krutchev, e de lá partiram para Pequim, em pleno período de efervescência política e cultural. Lá tiveram o seu primeiro contato com a *Revolução*, numa conjuntura internacional cada vez mais dividido pela bipolaridade política, opondo *socialistas* e *capitalistas* ou *liberais*. No que se refere aos movimentos de independência das colônias, buscavam encontrar elementos capazes de constituir – ainda que no plano do discurso - uma identidade cultural e uma unificação política.

Em 1959, realizou-se o *2º Congresso de Escritores e Artistas Negros*, em Roma. Foi durante este congresso que angolanos como Mario Pinto de Andrade e Joaquim Pinto de Andrade, tiveram contato com Frantz Fanon, que lhes falou na disposição da Frente de Libertação Nacional da Argélia, *FLN*, em auxiliar na formação político-militar de quadros de Angola e Moçambique. Por sua vez, a década de 1960 se inicia com a participação de Viriato da Cruz, Lucio Lara e Hugo de Menezes na *2ª Conferência dos Povos Africanos*, realizada em Tunis, da qual também participaram os dirigentes da UPA.

Em maio de 1960, Conakry, independente em 1958, passou a sediar o PAIGC e o MPLA.

Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Lucio Lara e Hugo de Menezes haviam criado, em janeiro de 1960, em Tunis, a *Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional dos Povos sob Domínio Colonial Português - FRAIN*, em substituição ao MAC, que embora de curta duração, encerrando suas atividades em 1961, teve como objetivo coordenar as lutas das províncias africanas.

De toda forma, os revolucionários continuaram a propor reuniões para negociar as independências com o governo português. A 13 de junho de 1960, Mario Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Lucio Lara, enviaram a Salazar um *memorandum* no qual solicitavam uma reunião, cuja pauta seria o acesso pacífico de Angola à independência. Porém, a esta altura, o governo salazarista recusava-se a assumir a questão das independências das colônias sequer como problema concreto.

Abriu-se então o início de um período de grande movimentação política, com pronunciamentos de líderes políticos africanos em diversas conferências internacionais, com o intuito de denunciar o que se passava nas colônias portuguesas. Ainda em Conakry, o MPLA e o PAIGC afirmaram seu alinhamento com o bloco socialista, dirigindo-se às Embaixadas da China e da Rússia, para solicitar auxílio financeiro e material para fortalecerem os seus movimentos de independência.

Foi junto a Embaixada chinesa que conseguiram maior apoio, e acordaram a ida de uma delegação de cada um dos dois movimentos à China. Esta viagem consolidou a opção que se fez pela luta armada, com a formação dos quadros dirigentes em táticas de guerrilha e formação político-militar de alguns elementos de base também. Foi a China o primeiro país a fornecer auxílio logístico, financeiro e material ao MPLA, ainda que após o conflito sino-soviético, em 1969, o Movimento Popular de Libertação de Angola tenha-se alinhado com a União Soviética.

Em dezembro de 1960, dirigentes dos movimentos de independência das colônias portuguesas em África, como Amílcar Cabral e Viriato da Cruz, proferem alocução na Câmara dos Comuns de Londres, na qual expuseram a insustentabilidade da manutenção do controle português sobre os territórios africanos. Dois meses depois, como já nos referimos, a 4 de fevereiro de 1961, iniciou-se a luta armada em Angola. Ainda que o MPLA reivindique para si a organização da ação, é sabido que a mesma escapou ao controle do movimento, tendo ocorrido sem o seu prévio conhecimento.

Sobre o início da luta armada em Angola, no dia 4 de fevereiro, a esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), a Cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão, foram tomadas de assalto na tentativa de libertar presos políticos que haviam sido detidos durante os anos de 1959 e 1960 - dado o caráter essencialmente "militar" da ação, o MPLA reivindica o ocorrido como sendo de sua organização.

Em março do mesmo ano, mais precisamente no dia 15, a situação tornou-se dramática no Norte de Angola, com ataques realizados às plantações de café, onde são contabilizadas as mortes de centenas de colonos portugueses, mestiços, assimilados, bem como de inúmeros trabalhadores das fazendas, na sua maioria *ovimbundos* trazidos do planalto central para ali trabalhar. Tendo sido considerada esta ação como de caráter "civil", a União dos Povos de Angola (UPA), em nome de Holden Roberto, levou mais tempo para assumir a organização dos ataques²⁶.

Diante desses acontecimentos, surgiu a necessidade de criar de uma organização que sustentasse, política e militarmente, a guerra colonial. Nesse âmbito ocorre, em abril de 1961, a *Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas* (CONCP), realizada em Casablanca. Nesta conferência unificaram-se o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, orientando suas ações contra Portugal, considerado o agressor comum. A CONCP manteve-se, enquanto movimento organizado, até meados de 1975. Sediada em Rabat, recebia do governo marroquino armas, auxílio financeiro e material, que colocava à disposição dos movimentos de independência das colônias portuguesas.

Desde 1961, a ação política absorveu totalmente aqueles que estavam envolvidos com a independência das colônias na África, e o empenho passou a concentrar-se em obter o reconhecimento da luta pela comunidade internacional. Nesse mesmo ano, o comitê diretor do MPLA muda-se de

²⁶ A repressão da polícia portuguesa a esses ataques foram extremamente violentas – chega-se a estimar que 20 mil angolanos foram assassinados no norte do país na ação contra-ofensiva de Portugal.

Conakry para Léopoldville, ficando mais próximos da fronteira angolana. Seguem para lá Eduardo dos Santos, Américo Boavida, Viriato da Cruz, Hugo de Menezes e Mario Pinto de Andrade.

Em julho de 1962, Agostinho Neto é libertado e retorna para ser o próximo presidente do MPLA, eleito em Conferência Nacional prevista para ocorrer dentro de poucos meses. Antes mesmo da Conferência acontecer, deu-se uma crise interna entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz, levando à cisão do MPLA. A direção do Movimento, com a aprovação dos seus membros, decidiu por manter Agostinho Neto e expurgar Viriato da Cruz do Movimento. No mesmo ano, dois militantes do MPLA que haviam apoiado Viriato da Cruz, Matias Miguéis e José Miguel, que se encontravam em Brazzaville, foram brutalmente assassinados por militares daquele país com a anuência da direção do MPLA. Em 1963, Agostinho Neto tornou-se o presidente do MPLA.

Por sua vez, Viriato da Cruz migrou para a FNLA, onde não permaneceu por muito tempo e, depois de passagens por outros países africanos, decidiu por aceitar ir à China desempenhar uma função no âmbito da corrente chinesa da organização dos Escritores Afro-Asiáticos, pois *“os chineses entendiam que Viriato da Cruz poderia facilitar a penetração ideológica do socialismo maoísta no continente africano, e que, possivelmente, poderia vir a recuperar as posições perdidas na direcção do único movimento progressista angolano”*²⁷. Viriato da Cruz faleceu em Pequim, em 1973, vítima de doença pulmonar.

Três anos mais tarde, ocorreu na Argélia, em outubro de 1965, a 2ª Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas, de início programada para junho de 1965 e adiada devido o Golpe de Estado de Boumèdiene.

Ressalte-se que as cisões internas marcaram a trajetória do MPLA e foram determinantes no que concerne às decisões tomadas pela classe dirigente que

²⁷ ROCHA, Edmundo. “Prefácio”. In: LABAN, Michel (coord.). *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*. Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2004. p.16.

permaneceu, em particular, no que diz respeito ao *endurecimento* no trato das questões do Movimento, nomearemos apenas algumas, aquelas que nos auxiliam a melhor compreender o tema tratado nesta pesquisa.

Em 1973, Daniel Chipenda, à frente da Região Militar Leste do MPLA, conduziu um movimento que agregou altas patentes e bases militares contra a direção do MPLA. Agostinho Neto e Daniel Chipenda encontraram-se na Zâmbia para negociações, mas não se chegou a um acordo entre as partes, sendo que Daniel Chipenda passou a responder por um MPLA – Facção Chipenda e, mais tarde, aliou-se à FNLA.

Em 1974, instalados em Brazzaville, Gentil Viana, Mario Pinto de Andrade, Joaquim Pinto de Andrade, entre outros, assumiram-se como dirigentes de uma forte corrente de nacionalistas, em sua maioria intelectuais, que se opuseram à liderança de Agostinho Neto no MPLA. Este movimento de oposição, que ficou conhecido pelo nome de *Revolta Activa*, provocou um outro “racha”, que teve como consequência direta a repressão, a anulação e o consequente afastamento das forças políticas da vanguarda intelectual do movimento do primeiro governo da Angola independente.

Em 1974, o MPLA vivia um quadro desalentador em todas as regiões da luta de independência nacional que já havia controlado militarmente. Os soldados passavam fome, não tinham munições ou roupas adequadas e os militantes civis debandavam em número cada vez maior enquanto as cisões internas aumentavam as desconfianças no seio do Movimento. Ademais, os embates mais constantes com a UNITA e FNLA, intensificaram a guerra interna, que era travada simultaneamente à guerra contra o colonizador português.

Em um quadro de guerra intensa entre os movimentos e contra as tropas portuguesas, e de dissensões ideológicas no âmbito do MPLA, ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de abril de 1974, derrubando as estruturas do regime criado por Salazar e mantido por Marcelo Caetano. O novo poder instaurado em Lisboa anunciou – ainda que depois de três meses de indecisão, e da proposta inicialmente apresentada pelo General Spínola de

uma alternativa federalista em lugar da independência completa para Angola - que não tinha pretensões de manter a política imperialista, e que começariam logo as negociações políticas para conduzir os territórios coloniais portugueses à independência.

A UNITA foi o primeiro dos movimentos a assinar o cessar-fogo com Portugal, em 14 de junho de 1974, garantindo sua presença nas negociações que levariam a independência. Foi seguida pela FNLA, que assina o acordo em 12 de outubro de 1974. E, por último, o MPLA, assina o cessar-fogo em 21 de outubro de 1974, pondo fim à guerra colonial.

A 15 de janeiro de 1975 foi assinado o Acordo de Alvor, que legalizou um governo de transição com a participação dos três movimentos de libertação, o MPLA, a FNLA e a UNITA, juntamente com representantes do governo português. A data da independência foi marcada para o dia 11 de novembro de 1975, quando um governo tripartite constituído pelos representantes dos movimentos angolanos assumiria o poder, cabendo à Portugal deixar o país com seus homens e tropas às 18h00 do dia 10 de novembro de 1975.

II. GUERRA COLONIAL E GUERRA CIVIL: QUAL INDEPENDÊNCIA PARA ANGOLA?

1. A luta armada pela independência: o *front* dividido

Quando da opção pela luta armada em Angola surgem, primeiramente, no ano de 1956, dois movimentos emancipatórios diferentes, que se transformam em três a partir de 1966. De alguma forma, cada um deles está mais fortemente ligado a um grupo étnico-cultural ou a uma classe social específica, que constituíam a maioria da base social de apoio de cada um dos movimentos.

O **MPLA** – *Movimento Popular para Libertação de Angola*, fundado no ano de 1956, surge no seio de uma elite intelectual, formada a partir de Luanda. Tinham em comum o fato de “*pertencerem à pequena burguesia urbana que prosperou entre o corredor Luanda-Malange, com uma longa tradição de mestiçagem cultural e biológica*”¹. Ainda que o MPLA tenha assumido ser um movimento plurirracial e pluriétnico, no qual as diferenças físicas seriam diluídas na ideologia mais abrangente do Movimento Popular, hoje sabemos que a par das convicções assumidas, existiam outras que naquela altura permaneciam difusas ou mesmo obscuras, como mostra a correspondência trocada entre Mario Pinto de Andrade e Agostinho Neto. A 31 de outubro de 1969, Mario de Andrade escreve a Neto:

“(...) Joaquim pede-me que te submeta o caso de um jovem seu amigo íntimo – José Joaquim Ferreira Fernandes. Escreve a seu respeito o seguinte: “Ideologicamente é um tipo absolutamente fixe. A única objeção é o facto de ele ser branco. Julgo, porém, que esse “handicap” poderá ser superado, tanto mais que ele se identifica totalmente com a causa angolana e os princípios do Movimento e se considera angolano e não português”.

Agostinho Neto, em 4 de dezembro de 1969, responde a esta carta nos seguintes termos:

¹ **AGUALUSA**, José Eduardo. *Tentativa de Explicação de Angola*. Portugal, Revista Política Internacional, No 6, 1993. P. 73 a 181.

“Oxalá consigas melhorar bastante a tua saúde. E..não estejas apreensivo quanto a ordem de serviço. FÁ-la-ei com o fogo verde dado por ti. Mas certamente não desprezes a necessidade de disciplina numa organização e como os “casos especiais” nos dificultam a vida... Isso mesmo poderia dizer-te em relação ao candidato branco. Tomo em consideração a recomendação do Joaquim. Mas, dado o número já elevado de candidatos, precisamos de tomar decisões que ultrapassem a Conferência Nacional de 1963. E, nesse aspecto, a coragem dos que devem apoiar não é grande. São grandes sim, os receios.

No entanto, eu não esquecerei este problema. O candidato terá de se munir de paciência e esperar algum tempo, que não posso delimitar.”²

Por meio destas correspondências, podemos avaliar em que medida o fato de não ser negro era determinante para a inclusão de um membro num Movimento. O próprio MPLA, já havia tido problemas quando a Argélia, perante a Organização da Unidade Africana (OUA), decidiu apoiar a organização dirigida por Holden Roberto, a União das Populações de Angola (UPA), e não o MPLA, por considerar que a UPA era mais fiel na defesa dos interesses dos povos angolanos, principalmente os camponeses, enquanto o MPLA representaria o interesse da “classe” mestiça e urbana. Apresentando um discurso plurirracial e pluriétnico, o MPLA agia estrategicamente, visando obter apoio para o reconhecimento do Movimento tanto no interior do continente africano como fora dele. Como Marcelo Bittencourt chama a atenção:

“Era difícil separar a luta anticolonialista da luta de caráter racial. Sem dúvida, esse problema foi enfrentado com maior cuidado pelo MPLA, dada a condição da sua criação e elevado número de mestiços e, em menor escala, de brancos nas suas fileiras, se comparado aos demais movimentos angolanos”³.

² As correspondências são parte do espólio de Mario Pinto de Andrade, locado na Fundação Mario Soares.

³ PINTO, Marcelo Bittencourt. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense. 2001. p.20

Merece ser mantida a hipótese, já levantada por outros pesquisadores, de que tendo assumido Agostinho Neto a liderança do movimento, soluciona-se, ainda que em parte, este impasse. Agostinho Neto era negro, filho de protestantes e de origem rural, o que poderia gerar uma maior identificação das populações rurais com o MPLA e, por conseguinte, uma maior adesão a sua causa, bem como ter a sua legitimidade reconhecida, contrariando as acusações feitas por Holden Roberto e pela Organização da Unidade Africana, utilizando como principal a afirmação de que o MPLA era um movimento de brancos e mestiços que não representava os anseios da totalidade da população angolana, mas sim de uma elite⁴.

No entanto, a **FNLA** – *Frente Nacional para Libertação de Angola* – que surgiu como UPNA (União das Populações do Norte de Angola) tinha como principal ideal a restauração do reino do Congo e, portanto, encontrava-se vinculada à etnia bacongo. Tendo a frente Holden Roberto, a UPNA passou a chamar-se UPA (União dos Povos de Angola) com a intenção de extinguir de seu nome o vínculo direto com o apelo regional e, conseqüentemente, “étnico”. Mais uma vez, pretendendo que seu apelo abrangesse toda a população de Angola, aliou-se a outros movimentos, principalmente de exilados angolanos no Zaire, transformando-se em FNLA.

Por sua vez, um grupo dissidente da FNLA, liderado por Jonas Savimbi, que havia atuado até então como “Ministro dos Negócios Estrangeiros” do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), acusou-a de *não conseguir ultrapassar seu espírito tribalista*. Tendo deixado a FNLA, criou, em 1966, a **UNITA** – *União Nacional pela Libertação Total de Angola*. O quadro formador desta nova frente era composto por membros de diversos grupos étnico-

⁴“De facto, já se pressentia em Agostinho Neto, que fora designado “Presidente de Honra do Movimento” pelo Comitê Director, a personalidade negra de que o MPLA necessitava para enfrentar Holden Roberto, e de tal modo que Mário de Andrade considerava apenas transitório o seu papel como presidente do MPLA: não mostrava particular apego a esse posto”. In: TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. (1º Volume. 1962-1974). P. 82.

culturais angolanos, apesar da maioria ser de ovimbundos, originários do planalto central e que se apresentava como o mais numeroso grupo étnico-cultural de Angola. Uma expressiva maioria possuía em comum o fato de ser, sobretudo, rural, e de ter sido educada em missões protestantes, conforme o explicitou Marcelo Bittencourt:

“O documento [IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Malange, NT 7370, documento 16] apresenta os protestantes como peça fundamental na arregimentação de apoio da população à UNITA. Por fim, alerta para o “cuidado” que as autoridades coloniais deveram ter com os pastores e para a necessidade de vigia-los e sugere o aliciamento de um deles como informante. (...). A favor da UNITA pesaria também o fato de Jonas Savimbi ser originário do planalto Central; nascido na localidade de Munhango, na divisa entre os distritos do Bié e do Moxico, região bem próxima a que seria futuramente alvo de ação da UNITA. Seu pai, funcionário dos Caminhos de Ferro de Benguela, era um homem muito conhecido na região e atuante nas missões protestantes existentes no planalto”⁵.

⁵ PINTO, Marcelo Bittencourt. *Op. Cit.* p.499.

Mapa dos Grupos Etnolinguísticos de Angola*



Os três movimentos de independência, criados, todos eles, com o intuito de combater o colonialismo português por meio de ações políticas e militares, iniciaram, entre si, uma conturbada guerra civil na disputa pela influência sobre a maioria do território. Além disso, os movimentos sofreram desestabilizações freqüentes por desentendimentos e conseqüentes “rachas” no interior dos mesmos. O MPLA, movimento que assumirá o poder após a independência, foi o mais atingidos por crises internas. Se já haviam ficado para trás os problemas decorrentes da saída de Viriato da Cruz e dos membros que o apoiaram em 1963, outras questões permaneciam alimentando, mesmo que sub-repticiamente, as hostilidades no interior do MPLA.

2. Crises internas ao MPLA

MPLA: Problemas na Frente Leste

Diante da necessidade de exercer sua influência na imensa fronteira leste de Angola, o MPLA realizou inúmeras tentativas de penetração a partir do território da Zâmbia, então colônia inglesa, dando ensejo a prisões de membros do MPLA pela polícia britânica. A incursão ao leste de Angola somente se iniciou quando a Tanzânia aceitou que o MPLA abrisse um primeiro escritório em Dar-es-Salam para, posteriormente, negociar, em 1966, quando da independência da Zâmbia, sua instalação em Lusaka, de onde tinham acesso à fronteira leste de Angola.

Em 1966, iniciaram guerras de guerrilha para a abertura da Frente Leste, com centro no Moxico, que se estendiam pelo vasto território que compreendia também o Kuando Kubango, as Lundas Norte e Sul, o Malanje, Bié, Huambo, Benguela e Kwanza Sul.

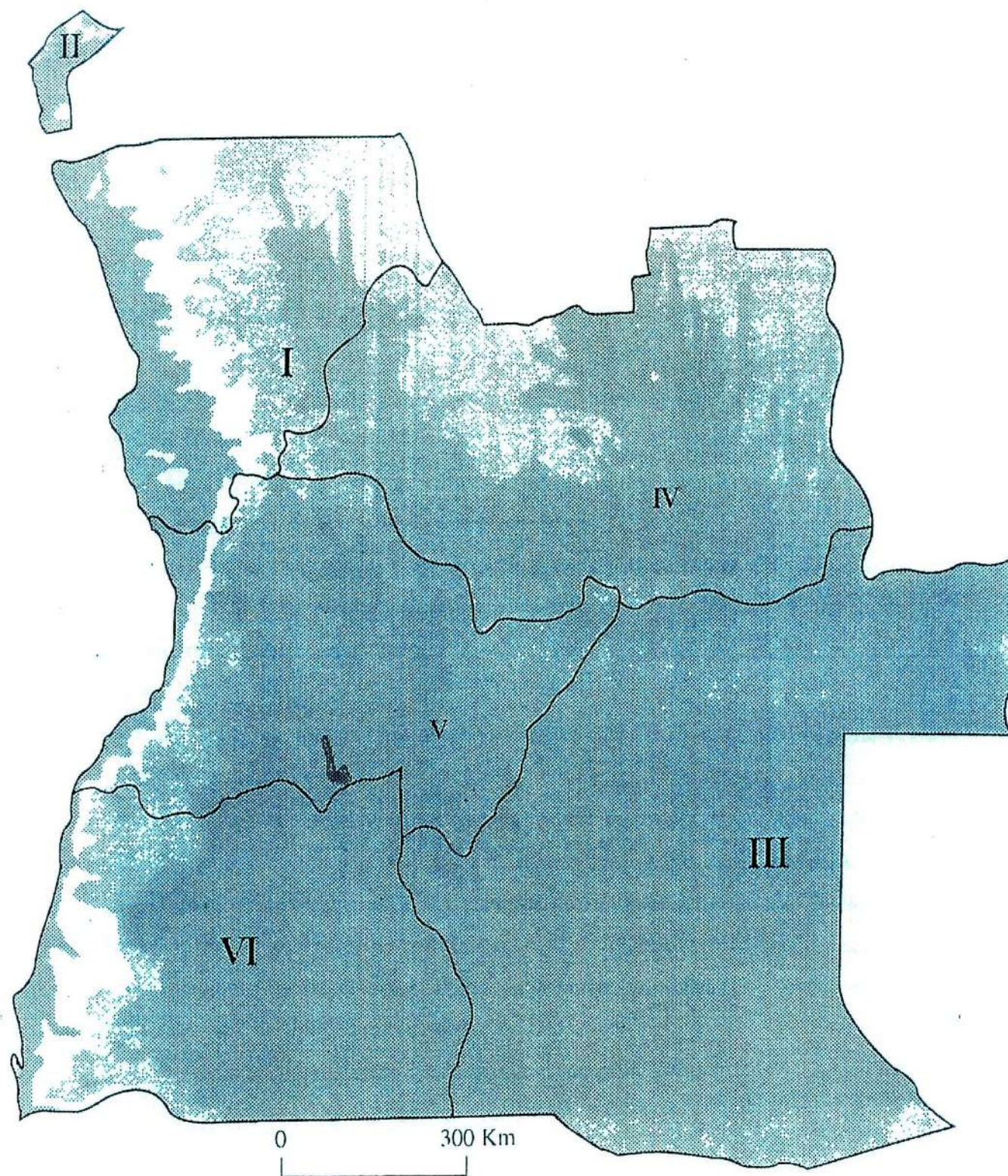
Tiveram o desafio de transpor a dificuldade da falta de saída para o mar, o que demandava o cumprimento de um percurso de cerca de 3000 quilômetros, desde o porto de Dar-es-Salam, para que os homens e as armas pudessem chegar o seu destino.

A parte isto, houve também a chegada da recém-criada UNITA à região, que viria a se configurar como um entrave ao desenvolvimento da influência e controle do MPLA no Leste, além de se constituir em barreira ao acesso que levava ao planalto central⁷.

⁷ Faz-se aqui importante notar que a região do planalto central era das mais importantes em termos geoestratégicos, uma vez que era a região mais povoada do país e também a maior produtora de alimentos. O fato do MPLA não ter conseguido controlar esta região durante o processo de luta pela libertação teve importantes conseqüências no tocante à sua consolidação política no pós-independência.

Mapa das regiões político militares do MPLA

(Fonte: MPLA/DIP, 1985)



Legenda:

- I Região P.M. (aberta em 1961)
- II Região P.M. (aberta em 1964)
- III Região P.M. (aberta em 1966)
- IV Região P.M. (aberta em 1969)
- V Região P.M. (aberta em 1970)
- VI Região P.M.

Até 1969, a Frente Leste conheceu um rápido desenvolvimento, quando então os portugueses iniciaram uma ofensiva àquela região com a intenção de conter a influência do MPLA sobre a população e o avanço da guerra de guerrilha que expandiu as chamadas “zonas libertadas”⁸. Por seu turno, a ofensiva portuguesa teve caráter violento, tendo utilizado inclusive desfolhantes⁹ em seus ataques. Em decorrência, houve uma migração massiva de civis para Zâmbia e Namíbia, que fugiam da guerra e da fome, e que contribuiu decisivamente para que os militares do MPLA ficassem em uma situação precária.

Da tensão instalada na região, seguiram-se desmandos por parte dos chefes militares que alegando qualquer “erro” (inclusive as acusações de feitiçaria) cometido por militantes das bases ordenavam que fossem sumariamente executadas. Nesse contexto, eclodiu a primeira revolta da Frente Leste contra a direção do MPLA, instigada pelo Comandante “Jibóia”, que acusava a direção política do Movimento de privilegiar as regiões do Norte e deixar a região Leste em situação de penúria, com armas obsoletas, tornando os militantes fáceis alvos para assassinatos. Quanto a esta primeira revolta, nenhuma de suas reivindicações foi atendida, havendo uma importante debandada de militantes, decorrente da perda de confiança em relação à direção do MPLA. De resto, Jibóia ficou preso na fronteira com a Zâmbia e foi rebaixado ao cargo de militante subalterno.

Sufocada esta rebelião, surgiu uma outra voz dissonante na Frente Leste, e desta vez a de um alto dirigente político do MPLA: Daniel Chipenda, representante do Movimento em Lusaka, que ao encontrar-se com os revoltosos de Jibóia, leu o seu caderno de reivindicações e assumiu para si a

⁸ As chamadas “zonas libertadas” eram aquelas que estavam sob maior controle do Movimento do que do governo português, mas é preciso salientar que em verdade elas estavam sob o mando dos chefes militares locais que nem sempre se utilizavam de meios pacíficos em relação à população para ali permanecer.

⁹ Ainda hoje há inúmeras discussões sobre o uso ou não de Napalm pela tropa portuguesa. Os portugueses não confirmam a sua utilização, mas populações residentes então naquela área afirmam que desfolhantes foram utilizados na ofensiva militar.

direção da contestação. Aquilo que o MPLA chamou de uma “revolta de caráter tribal”, ao referir-se ao comando de Jibóia, ganhou novo sentido quando conduzido por Chipenda que somou àquelas reivindicações, acusações de caráter racial, nas quais afirmava terem os brancos e mestiços do MPLA melhores condições de vida e melhores postos do que os negros.

Em 1972, no decorrer do chamado “Movimento de Reajustamento”¹⁰ do MPLA, foi impossível chegar a uma solução para o impasse colocado pela Revolta do Leste. Para além disto, a situação da guerrilha do MPLA estava em tal estado de penúria, pelo fato da URSS ter diminuído o envio de armamentos e pelas ofensivas portuguesas serem cada vez mais constantes e violentas, que Agostinho Neto chegou a propor uma união com a FNLA, em dezembro de 1972, sendo formado um Alto Comando Único que lutaria contra o colonialismo português. Entretanto, o acordo malogrou, antes mesmo de começar a ser cumprido, quando os primeiros homens do MPLA que fizeram incursões no território do então Zaire, com vias de alcançar a I Região, foram presos por militares da FNLA. Ainda em decorrência deste acordo mal sucedido, surgiram acusações de dirigentes do MPLA à liderança de Neto, tendo como argumento que ele não poderia ter feito um acordo com aqueles que até então eram considerados “amigos do imperialismo” e “traidores da causa nacional”.

Na Frente Leste o problema continuava sem solução e os ódios acirravam-se entre os militantes pró-Chipenda, incluindo numerosos altos-quadros político-militares do MPLA, e “Netistas”, levando-os a vários confrontos armados. Com o agravar dos incidentes, principalmente em Lusaka, o governo da Zâmbia decidiu intervir, em outubro de 1973, propondo um encontro entre Neto e Chipenda na capital zambiana, marcado para o dia 7 de novembro de 1973. Mas a reunião resultou em fracasso total. Daniel Chipenda não teve suas

¹⁰ Ampla reunião de quadros, iniciada em 1972, sugerida por membros intermédios do Movimento que haviam recentemente regressado de estágios na China (daí a denominação “grupo da China” a estes militantes), influenciados pelos preceitos políticos e ideológicos da Revolução Cultural, e que estabeleceu um extenso diagnóstico dos problemas internos e externos do MPLA, com debates ocorridos entre os dirigentes e os militantes de base do movimento.

reivindicações atendidas, mas o MPLA também pagou o alto preço de um estilhaçamento da Frente Leste, perdendo quase todo o controle da região.

Quando tudo fazia crer que o MPLA perderia a guerra no Leste, ocorreu o 25 de abril de 1974 em Portugal, e a conseqüente derrubada da ditadura, decorrendo, posteriormente, na assinatura do cessar-fogo entre os três movimentos – UNITA, FNLA e MPLA – que pôs fim à luta anticolonial em outubro deste mesmo ano, modificando por completo o panorama que até aí se entevia.

O MPLA e a crise na Frente Norte

Na I e II regiões, da Região Norte, os problemas não eram menores nem menos graves. O isolamento da II região, composta por militantes em sua maioria bakongo do norte de Angola e de Cabinda, bem como de quadros político-militares e militantes de Nambuangongo/Dembos e Catete que estavam no escritório do MPLA em Leopoldville ou Brazzaville, foi sempre uma preocupação e consistiu num problema durante toda a guerra de libertação.

Dos quadros que se encontravam na II região, constavam muitos brancos e mestiços, na sua maioria “intelectuais”, ocupantes dos cargos mais altos na direção. Não seria correto afirmar que não havia privilégios para estes últimos, conforme destaca Jean Michel Tali:

“(...) os meios oficiais, e mais ou menos da elite social congoleza, eram freqüentados pelos quadros e intelectuais mestiços e brancos, ou por alguns raros dirigentes negros do MPLA, ao passo que, de uma maneira geral, e embora com exceções, havia de facto um MPLA “popular” que vivia no meio popular congolês e não tinha contactos com os meios oficiais congolezes a não ser no âmbito de acontecimentos específicos e, portanto, raros”¹¹.

Por meio dos contatos que tinham com a elite do Congo- Kinshasa, alguns quadros possuíam vantagens políticas, como a obtenção de passaporte e,

¹¹ TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. Volume 1. p.173

consequentemente, de privilégios diplomáticos. Colocados estes privilégios em comparação com a situação precária que viviam os militares das bases e os militantes civis da I e II região, iniciou-se uma crise que teve conseqüências que se desdobraram no pós-independência¹². A crise foi detonada com um incidente ocorrido nos primeiros dias de março de 1972, quando Lucio Lara, então representante do MPLA em Brazzaville, foi seqüestrado por membros militantes do próprio MPLA, que segundo se sabe vinham de Nambuangongo, na I região.

Em vista desse acontecimento, convocou-se uma assembléia geral em Dolisie, de 9 a 16 de abril de 1972. Os “revoltosos” já haviam redigido um “documento manifesto” em que apresentavam as suas reivindicações à direção do MPLA, dentre as quais, o papel desempenhado pelos brancos, mestiços e “intelectuais” na organização do Movimento, como se constata no Manifesto produzido por eles:

“Porquê se encontram em minoria os mestiços nas zonas de combate, com armas na mão? Se os deveres são iguais, porque é que não haja igualdade? São apenas os angolanos a ir em frente do canhão, enquanto que estes ocupam os postos na rectaguarda sobretudo o centro dos mestiços em Brazzaville? Este aspecto visa precisamente para conservar as suas vidas, para apenas amanhã serem chamados nas cadeiras dos ministros; porque na verdade eles não estão dispostos a dar suas vidas pela causa da Pátria, esperando que tudo se faça pelo sacrifício de alguém. (...)”¹³.

O isolamento, a falta de material mesmo para simples autodefesa, e a desconfiança crescente de que o movimento privilegiava a Frente Leste, reuniu homens em torno de críticas feitas à direção do MPLA. Como já era possível prever, não foi possível encontrar uma solução para os problemas expostos, até porque Agostinho Neto recusava-se veementemente em retirar os quadros brancos e mestiços dos postos que ocupavam na organização. Desta forma, foi

¹² Esta crise será tratada no capítulo posterior desta dissertação.

¹³ “Manifestação político-militar dos militantes da II região”, em Assembléia Regional Extraordinária das I e II regiões (Dolisie, 9 a 16 de abril de 1972).

apenas cerca de um ano depois da realização dessa Assembléia que o MPLA empreendeu o *Movimento de Reajustamento*, também na Frente Norte.

Para além do fato do MPLA não poder resolver sequer a crise de armamentos, uma vez que desde 1971, após o início da crise com Chipenda, a URSS havia deixado de contribuir com material de guerra, poucos militantes participaram do Movimento de Reajustamento. Daí resultou um grupo que se opunha à forma como estava sendo conduzido o Movimento de Reajustamento, e mais amplamente a luta de libertação nacional por parte do MPLA. Como consequência desta crise a Frente Norte do MPLA ficou praticamente inativa.

O MPLA e a crítica dos intelectuais: a *Revolta Activa*

Foi no fim do Movimento de Reajustamento da Frente Norte que surgiu a Revolta Activa como organização contestatória à direção do MPLA, em especial à figura de Agostinho Neto.

Em torno de Gentil Viana, membro do MPLA, surgiu um grupo de reflexão que congregaria os quadros do MPLA em Brazzaville que lecionavam no Instituto Angolano de Doilisie e quadros que residiam em Ponta Negra. Estes quadros haviam sido incumbidos de redigir um documento que deveria ser um balanço do que havia sido o Reajustamento. Deste documento já constava a acusação de falta de democracia interna ao Movimento, bem como da falta de gestão sobre o desenvolvimento da luta armada.

Este grupo, que se constituía na maioria por brancos e mestiços, com alguns poucos negros, decidiu pela via da contestação aberta à direção do movimento, embora só tenha distribuído seu manifesto, "Apelo a todos os militantes e a todos os quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola", a 11 de maio de 1974, portanto, quase um mês depois da queda do regime ditatorial português.

A acusação mais contundente desse movimento dissidente era a de exercício de "presidencialismo absoluto" por parte de Agostinho Neto, conforme aparece no Manifesto da Revolta Activa:

“O presidencialismo absoluto está na base das consecutivas crises de caráter ideológico, político, militar, organizativo e financeiro em que o Movimento tem estado mergulhado: é fonte de divisão interna no campo nacionalista”.

Para além do Apelo, os seus signatários reivindicavam a realização de um congresso do Movimento, onde fosse possível discutir os problemas apontados. Por seu lado, a “ala presidencialista” (pró-Neto) acusava os dissidentes, através de panfletos, de “intelectualizados”, termo pejorativo e que desqualificava a sua legitimidade em relação ao “povo”, e “oportunistas” que, ao pressentirem a nova configuração política que se desenrolava em Portugal, procuravam tomar a direção do Movimento.

A esta nova crise interna do MPLA, países da África Central e Oriental, nomeadamente Zâmbia, Congo, Zaire e Tanzânia, com o apoio do Comitê de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA) solicitaram que todas as facções do MPLA, isto é, a “ala presidencialista”, a Revolta do Leste, e a Revolta Activa, se reunissem num congresso que teria por objetivo a conciliação, para, posteriormente, com o MPLA “reunificado” encontrar-se com a FNLA em Bukavu (a leste do então Zaire), para formarem uma frente comum que negociaria as condições da independência de Angola com Portugal.

Uma das resoluções do primeiro encontro foi a coexistência das três facções até a realização do Congresso em Bakuvu. A outra marcava a data do Congresso de Lusaka para 28 de junho de 1974, embora este só tenha vindo a realizar-se em 8 de agosto do mesmo ano.

O encontro do MPLA com a FNLA em Bakuvu deu-se a 27 de julho de 1974, mesmo dia em que o General Spínola, novo chefe de estado português, anunciou que Portugal reconhecia o *“direito de todos os povos ultramarinos à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência”*¹⁴.

¹⁴ Em *Jeune Afrique*, No 709. Paris, 10 de agosto de 1974.

O encontro de Lusaka, realizado a 8 de agosto, falhou desde a cerimônia de abertura, quando Agostinho Neto, na qualidade de presidente do Movimento, recusou-se a ler seu relatório, pondo termo à legitimidade do Congresso. Sucedeu que a Revolta Activa e a “ala presidencialista” abandonaram Lusaka para assistirem à Conferência dos Chefes de Estado da África Central e Oriental, em Brazzaville, aonde previa-se discutir o caso de Angola. A facção Chipenda ficando sozinha em Lusaka, terminou o congresso e elegeu Daniel Chipenda como presidente do MPLA.

Das negociações em Brazzaville, saiu um chamado “Comitê Diretivo Provisório”, presidido por Agostinho Neto, e tendo Joaquim Pinto de Andrade, da Revolta Activa, e Daniel Chipenda, da Revolta do Leste, como vice-presidentes, acordo este que sequer chegou a ser posto em prática, visto que Chipenda assinou, em nome do MPLA, um acordo com a FNLA que previa a unificação dos movimentos. Por sua vez, a Revolta Activa encontrava-se cada vez mais fragilizada com a perda de apoio de autoridades congoleesas, que na figura de seu presidente Marien Ngouabi, estavam apoiando Agostinho Neto declaradamente.

O MPLA presidencialista de Neto enviou um comunicado aos seus militantes como que invalidando os acordos anteriores, como é possível perceber na leitura do documento:

“A realização do Congresso de Lusaka fora imposta a Agostinho Neto, como explicaos. A maneira como ele decorreu deu à “ala presidencialista” muitos motivos suplementares para, mais uma vez, se não sentir implicada nos acontecimentos e romper com ele”¹⁵.

Tendo rompido com as resoluções do Congresso de Lusaka, a “Ala presidencialista” do MPLA organizou uma “Conferência Inter-Regional de Militantes”, considerando-o como o seu “verdadeiro congresso”, realizado dentro das fronteiras de Angola. Como o afirma Jean Michel Tali:

¹⁵ *Declaração da direcção e dos delegados do MPLA (“Ala presidencialista”) ao Congresso” (Lusaka, 22 de agosto de 1974).*

“Tomou, pois, o cuidado de praticar o mais fundamental e mais simbólico acto que assinalou esta Conferência: a reestruturação das tropas da guerrilha e, conforme recomendação dos dirigentes militares, a ratificação da proclamação das FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – feita em Lusaka a 1 de agosto de 1974”¹⁶.

Outra importante particularidade dessa Conferência foi o fato de, pela primeira vez, reunir os militantes da luta clandestina urbana e os combatentes da guerrilha, contrapondo suas visões diversas dos discursos sobre a nação¹⁷. É importante notar que desta Conferência saíram as estruturas seminais do que seria o partido¹⁸ MPLA, com a criação de um Comitê Central e de um Bureau Político, em substituição ao Comitê Diretor, até então órgão superior de decisão política.

Neste quadro de dissensões ideológicas no âmbito do MPLA e de intenso conflito entre os movimentos e contra as tropas portuguesas, ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de abril de 1974, derrubando as estruturas do regime criado por Salazar e mantido por Marcelo Caetano. O novo poder instaurado em Lisboa anunciou – ainda que depois de três meses de indecisão, e da proposta apresentada pelo General Spínola de uma alternativa federalista em lugar da independência completa para Angola - que não tinha pretensões de manter a política imperialista, e que começariam logo as negociações políticas para conduzir os territórios coloniais portugueses à independência.

A UNITA foi o primeiro dos movimentos a assinar o cessar-fogo com Portugal, em 14 de junho de 1974, garantindo sua presença nas negociações que

¹⁶ OP. CIT. p.208.

¹⁷ Este aspecto será aprofundado no 3º Capítulo desta dissertação.

¹⁸ *Partido* está entendido aqui como: *“Partidos são, em sua essência mais íntima – por mais numerosos que sejam os meios que empenhem para conseguir a associação permanente de sua clientela -, organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contato”*. In: WEBER, MAX. *Op. Cit.* p. 544

levariam a independência. Foi seguida pela FNLA, que assinou o acordo em 12 de outubro de 1974. E, por fim, o MPLA de Neto, assinou o cessar-fogo em 21 de outubro de 1974, afirmando-se como a corrente que seguiria nas negociações para um governo de transição e deixando para trás as oposições à sua direção.

Era necessário ao MPLA afirmar a sua reorganização, e um dos meios seria o envio de seus quadros para a capital - em 8 de novembro de 1974, chega à Luanda a primeira delegação do MPLA, comandada por Lucio Lara.

3. Governo de Transição: o Acordo de Alvor e outros acordos para a independência

A todo este conturbado quadro político, seguiu-se a proposta de assinatura do Acordo de Alvor, a 15 de janeiro de 1975, que pretendia novamente conciliar os três movimentos populares de independência reconhecidos em Angola. Porém a proposta falhou, sobretudo, porque não houve jamais uma intenção real de nenhum dos três movimentos em dividir o poder entre eles, mas sim em travar uma luta para que apenas um deles se tornasse hegemônico.

Lembremos que uma semana antes da assinatura do Acordo, o MPLA, a FNLA e a UNITA reuniram-se em Mombaça para tratar de uma plataforma de intenções comuns que seria negociada com Portugal. A reunião de Mombaça teria sido proposta pela UNITA, que reconhecendo sua inferioridade em termos militares naquele período tinha interesse na formação de uma frente para governar Angola durante a transição política para a independência, e que o critério de escolha para a sua composição fosse a investida armada contra o colonialismo (daí que os três movimentos que participaram do governo de transição, FNLA, MPLA e UNITA, tenham sido escolhidos ou deliberados por sua chamada "*legitimidade revolucionária*", acordada em Mombaça).

Os Ministérios e Secretarias foram divididos entre portugueses e membros dos movimentos de independência e foi acordada a criação de um Estado-Maior Unificado, com força militar mista, que nunca existiu por falta de

disponibilização de efetivos pelas partes que, ao contrário, reforçavam suas forças autônomas para assegurar sua permanência nas áreas que controlavam. Desta forma, desrespeitaram um dos princípios básicos do Acordo passando, em seguida a convidar forças militares estrangeiras para atuar conjuntamente, internacionalizando a guerra civil – como o MPLA em relação aos cubanos, a FNLA com o apoio do regime de Mobutu no então Zaire, e, posteriormente, a UNITA com respaldo da África do Sul em pleno *apartheid*.

Houve ainda outra tentativa de conjugar forças para realizar um governo tripartite entre os movimentos de libertação, uma reunião realizada em Nakuru (Cimeira de Nakuru), entre 16 e 21 de julho de 1975, sem a presença de Portugal, assinada por Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA), aonde se lê:

“Analisada a situação geral no País, os movimentos de libertação – FNLA, MPLA e UNITA – constataram com apreensão, como causas principais de sua deterioração, o seguinte: 1º A introdução pelos Movimentos de Libertação de grandes quantidades de armamento após o 25 de abril e sobretudo depois da sua implantação em Luanda. Atribui-se essa corrida ao armamento ao facto dos Movimentos de Libertação terem permanecido na desconfiança mútua resultante das suas diferenças políticas e ideológicas e das divergências do passado. 2º Falta de tolerância política que se manifesta através da violência na actuação dos Movimentos de Libertação e dos seus militantes. 3º Existência de zonas ditas de influência e de regiões de pretensa movimentos de Libertação que agiam no território, bem como as demais facções do superioridade militar. 4º O armamento da população civil. 5º Os recontros militares entre os Movimentos de Libertação e a sua regionalização além de causarem numerosas vítimas inocentes agravam de igual modo a situação pois tendem a incrementar o tribalismo, o regionalismo e o racismo. 6º A agitação reaccionária ou de elementos estranhos ao processo de descolonização”¹⁹.

¹⁹ **Resoluções da Cimeira de Nakuru, Quênia.** In: CORREIA, Pedro de Pazarat. *Angola. Do Alvor a Lusaka.* Lisboa, Hugin Editores, 1996. p. 236

É possível observar através deste “*mea culpa*”, realizado quatro meses antes da proclamação da independência, é que os dirigentes dos Movimentos tinham plena consciência dos motivos que impediam o cumprimento do Acordo de Alvor, mas nada fizeram para modificar a situação. O Acordo falhou em todos os seus preceitos, ou seja: os movimentos de libertação não conseguiram levar a cabo as eleições acordadas para a Assembléia Constituinte; não realizaram o recenseamento populacional; e não aprovaram a lei eleitoral. Esse conjunto de fatores levaram a que a 11 de novembro de 1975, data prevista para a retirada do governo de Portugal de Angola, não estivessem ainda escolhidos os representantes angolanos que assumiriam o poder.

A ajuda portuguesa ao MPLA, por influência de Rosa Coutinho, então representante máximo de Portugal em Angola, manifestou-se novamente quando, no dia 5 de novembro de 1975, no momento em que Luanda encontrava-se cercada ao Norte pela FNLA e forças de Mobutu, e ao Sul pela UNITA, com apoio militar e bélico dos sul-africanos, foram os portugueses, então responsáveis pelo Ministério dos Transportes, que não impediram o desembarque e permanência em Luanda de quatro aviões cubanos com soldados e armas no território.

No entanto, a África do Sul, mais especialmente seu Ministro da Defesa, Pieter Botha, tinha arquitetado um plano para impedir que o MPLA declarasse a independência de Angola no dia 11 de novembro. Vejamos a síntese da operação:

“Nome da operação: Orange

Objectivo da operação: ocupar Luanda até 10 de novembro de 1975 (às dezoito horas desse dia, segundo os acordos de Alvor, as últimas unidades portuguesas deveriam deixar Angola). No dia seguinte, anunciar a independência de Angola, com a passagem do poder para as mãos do governo de coligação FNLA-UNITA.

Coordenação: um ataque do Sul ao longo da estrada Tsumeb – Pereira d’ Eça – Lubango- Benguela – Novo Redondo – Luanda. Um ataque do Norte, ao longo da estrada Maquela do Zombo – Carmona – Caxito – Luanda. Um ataque

simultâneo do leste, ao longo da estrada Nova Lisboa – Quibala - Dondo – Luanda.

Forças flanco Sul: unidades motorizadas do exército da África do Sul (apoio: unidades de voluntários portugueses, unidades da FNLA e da UNITA, e a força Chipenda).

*Flanco Norte: unidades da FNLA (apoios: Unidades do exército da República do Zaire, unidades de voluntários portugueses). Flanco leste: o mesmo que o flanco norte*²⁰.

Apesar da ofensiva militar imposta pelos sul-africanos ao sul, e pelo exército zaireense ao Norte, os cubanos conseguiram conter o avanço destas forças às portas de Luanda, permitindo que um único movimento, dentre os três que faziam parte do governo de transição, legalizado pelo Acordo de Alvor, tomasse o poder e passasse a ser reconhecido como o legítimo governante do Estado, o MPLA.

Durante todo o dia 10 de novembro havia ainda a expectativa sobre se conseguiriam ou não romper o cerco. Neste mesmo dia foram retiradas quase todas as estátuas que simbolizavam o poder português na cidade de Luanda (foram postas em frente ao estádio da Cidadela, e muitas delas estão lá ainda hoje). À meia-noite do dia 11 de novembro, Agostinho Neto declarava, em Luanda, “para a África e para o mundo a independência de Angola”. Ao longe se podia ouvir o barulho dos confrontos ocorridos em Caxito, a cerca de 60 quilômetros da capital.

Pelo rádio, era possível saber que a UNITA e a FNLA declaravam também a independência a partir do Huambo, na altura, a segunda maior cidade de Angola. O país nascia dividido em dois Estados, com fronteiras que mudavam de acordo com o avanço ou o recuo das tropas de um dos lados. Os jornais estrangeiros noticiavam que a partir de então teria início uma guerra diplomática, em que o MPLA, por um lado, e a coligação FNLA-UNITA, de

²⁰ KAPUSCINSKI, Richard. *Mais um dia de Vida. Angola 1975*. Porto, Campo das Letras, 1997. p.68

outro, disputariam o reconhecimento dos seus governos perante a comunidade internacional.

Nem por isto a batalha estava encerrada. A internacionalização da guerra havia transformado, o que havia começado como uma guerra de guerrilha, com o uso de armas ligeiras, em uma guerra de grandes proporções com equipamento bélico pesado, que compreendia desde armas de manuseio manual, até blindados, artilharia aérea e antiaérea. Esta guerra ainda se estenderia por longos 30 anos, com seus principais líderes mudando seus discursos de acordo com as novas configurações mundiais.

III – O HOMEM NOVO E O PROJETO DE NAÇÃO



1. A construção do sentimento de *ser angolano*

Ao partir do princípio da proposta da divisão da história dos movimentos nacionais em três fases principais¹, que se entende serem úteis também para compreender os caminhos que percorreram os movimentos de libertação na contestação ao colonialismo português em Angola, é possível propor que uma primeira fase ocorreu nos campos cultural e literário, e não implicou necessariamente em ações políticas. Numa segunda fase houve um grupo de vanguarda e militantes políticos que defendiam uma “idéia nacional”. E, por sua vez, uma última fase em que os programas dos nacionalismos adquiriram um apoio das massas que diziam representar. Para este último aspecto, Hobsbawm chama a atenção para o fato de que esta transição pode não ocorrer nem mesmo após a criação do Estado-Nação.

Em Angola, a partir do século XIX, após o estabelecimento das estruturas coloniais em território africano, houve o ascenso dos movimentos que se propunham a resgatar aspectos particulares das sociedades africanas, que haviam sido desprezados pelo colonialismo e de alguma forma afastados da população urbana. Essa tarefa era atribuída pelos intelectuais que viviam nas cidades e deram início ao resgate conhecido, mais tardiamente, como *literatura de acusação*.

¹ Ver: **HOBBSAWM**, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990.

É importante notar que a geração de africanos que fez parte do grupo de discussões políticas sobre a situação cultural nas colônias, como a geração dos fundadores da Liga Africana (fundada em 1920), entre outros movimentos conhecidos por “movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa”, e que reclamavam alguns direitos para os africanos, não contestavam, em sua maioria, a política assimilacionista. Ao contrário, procuravam adequar-se a ela com o intuito de levar também seus filhos a terem outras oportunidades que não o trabalho forçado. Assim os descreveu Mario Pinto de Andrade, filho de Cristino Pinto de Andrade, um dos fundadores da Liga Africana:

“(...) assimilados, eram homens que acreditavam serem verdadeiramente os defensores dos valores antigos, valores que os jovens começavam a esquecer... Consideravam que tinham lutado por uma promoção social ao lado dos brancos, por vezes contra os brancos. Eram funcionários exemplares – havia o culto da burocracia. O grupo que freqüentava a casa do meu pai tinha uma conversa que andava sempre à volta desta promoção social através da burocracia.”²

Num segundo momento, principalmente desde a Segunda Guerra Mundial, um “*senso de angolanidade*” se constitui a partir de uma contestação política ao regime colonial português, em oposição, ou seja, negando esta dominação, e continuou a se formar e ganhar um cariz político durante o período de luta pela libertação destes territórios. Esta nova efervescência teve como marco importante o início da publicação da Revista *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, conhecido depois por *Movimento Mensagem*, do qual já faziam parte Viriato da Cruz, Mario Pinto de Andrade e Agostinho Neto, homens da “vanguarda” na contestação e na ação política contra o domínio português em Angola.

² LABAN, Michel. *Mario Pinto de Andrade. Uma entrevista*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997. p.35.

Visto que a “consciência nacional” se deu primeiro a partir de um grupo de intelectuais, o MPLA investiu em formar uma consciência e identidade política entre seus quadros, promovendo debates no âmbito das bases militares, como demonstra o documento reproduzido abaixo:

“Portanto, integração nacional. Penso que a comunidade de cultura é um fator mais importante do que a comunidade de língua. Estamos a criar uma comunidade cultural nova em que antigos antagonismos entre “indígenas” e “assimilados”, “pretos” e “mestiços” perdem o seu sentido, no quadro da formação nacional angolana”³.

Deve-se aqui chamar a atenção para o fato de que Mario Pinto de Andrade frisou que não seria importante formar uma comunidade de língua, em um país marcado pela diversidade linguística como Angola, que se apresentaria como um entrave à construção de uma identidade nacional.

Desta forma, a unificação ocorreu em torno de um objetivo comum, que teve como principal elemento o acirramento dos ódios contra o colonialismo, forjando uma “identidade contrastiva”. Melhor explicando,, eram contrapostas as sociedades africanas à dos portugueses, principalmente os que viviam na África. Apostou-se numa espécie de consenso, em busca de uma unidade derivada da oposição comum ao colonialismo. Neste sentido, as culturas das sociedades africanas que viviam no território de Angola, eram valorizadas pelo seu caráter de resistência e pela não submissão ao sistema colonial imposto por Portugal. Eram vistas, portanto, como a “*antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino*”⁴. De toda forma, esta cultura como antítese, não foi característica do processo de independência

³ “A Guerra de Libertação Nacional – Factor Acelerador do Processo de Formação Nacional”. Kitexe II, em 18 de agosto de 1971. Debatedor: Mario Pinto de Andrade. Participantes: Kito – comissário político; Kituxo; Trois Hommes; Mulai – responsável da UNTA; Rangel – responsável do SRT.

⁴ SAHLINS, Marshal. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em vias de extinção. In: *Estudos de Antropologia Social*, vol. 3, no 1, Rio de Janeiro, PPGAS, 1997. p.59.

de Angola, ou dos demais territórios colonizados por Portugal. Já observava Frantz Fanon que “(...) há portanto na descolonização a exigência de um reexame integral da situação colonial” pois “a “coisa” colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta”⁵

Havia uma separação entre o processo de formação de quadros para os movimentos de libertação (homens que muitas vezes viriam a assumir posições de liderança), e a criação de uma consciência nacional que justificasse e desse legitimidade à luta pela libertação, dirigida principalmente aos trabalhadores rurais:

“A terra e o pão: que fazer para ter a terra e o pão? É este aspecto obstinado, aparentemente limitado, estreito, do povo e é em definitivo o modelo operativo mais fecundo e mais eficaz” [para atrair o povo para a luta] ⁶.

Os intelectuais à frente do MPLA perceberam que a consciência nacional devia ser forjada na luta, pois uma vez alcançada a independência e rompidos os laços com o colonialismo, o novo Estado que iria se constituir sobre novas bases, teria como fonte de legitimação as diversas comunidades humanas que viviam no território, e estas deveriam reconhecer-se não somente como nação territorial, mas também deveriam identificar-se como comunidade política participante de um projeto de nação, aqui entendida como um *“tipo muito nítido de sentimento e sensibilidade de lealdade e identificação”⁷.*

Partindo desse pressuposto, cresceu a preocupação em não dissociar as discussões teóricas da sua aplicabilidade em termos estratégicos e táticos no processo de luta armada⁸. Vale aqui salientar, que se entende por *estratégia* a forma de coordenar a ação das forças militares, políticas, econômicas e morais implicadas na condução de um conflito ou na preparação da defesa de uma

⁵ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979. (2ª edição). p.27

⁶ FANON, Frantz. OP.CIT. p.37

⁷ GELLNER, Ernst. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília. Editora da UNB, 1981. p.38.

⁸ HERNANDEZ, Leila Leite. *Os Filhos da Terra do Sol. A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. São Paulo. Summus, 2002.p.171

nação ou comunidade de nações. Por sua vez, *tática* se restringe a ações mais pontuais que dizem respeito ao sucesso da guerra de guerrilha.

Foi justamente no âmbito da guerra pela libertação nacional que o MPLA se deparou e explicitou a diversidade cultural que coexistia nos territórios de Angola. Puderam também, neste contexto, avaliar as dificuldades que teriam de ser transpostas para reunir diversas culturas em torno de um mesmo propósito, e que, ultrapassando a independência como fato político, tivessem as condições necessárias para formular um ideal de nação comum.

Ainda na luta pela independência, os dirigentes do MPLA tomaram consciência de que a tarefa de constituir o Estado apresentaria menos entraves, na medida em que este se formaria em torno de “variáveis objetivas”, quais sejam a da instituição do aparelho estatal, a representação de seu papel como “objetivador” das categorias subjetivas que compunham as identidades coletivas e, mais do que isto, como impositor de objetivos, por meio da prática política, não poucas vezes alheios aos pretendidos por essas mesmas coletividades⁹.

O MPLA pretendendo ser reconhecido como o órgão centralizador dos anseios da população por paz e prosperidade, previu os impasses de natureza histórica que constituiriam obstáculos à unidade, num primeiro momento à coordenação da luta pela independência e, num segundo momento, à coordenação política do Estado-Nação.

É possível afirmar que o MPLA buscou, ainda que por vezes somente no plano do discurso, uma fundação que não assentasse em convicções morais ou étnicas, partindo do pressuposto de que as convicções são aspectos

⁹ Ver JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2000. p.27

particulares que se pretendem universais, e tornam assim ainda maiores as possibilidades de conflito¹⁰.

Previa-se, desta maneira, que ao fim da guerra colonial as diversas identidades coletivas envolvidas no processo de luta passariam a exigir do novo Estado constituído que este levasse à prática os seus “projetos de futuro”, enquanto expressões da comunidade humana que se dizia representar e que, não por poucas vezes, levariam a tomar caminhos diversos que transformassem essas comunidades em uma *nação*.

E faz-se necessário lembrar que a direção do MPLA sabia das dificuldades que iria enfrentar para o estabelecimento da nação, mesmo antes do momento da independência. Ainda durante a luta pela independência, o MPLA buscava encontrar elementos que permitisse delinear uma identidade cultural e uma unidade política. Vale ainda ressaltar que o convívio entre os diversos grupos étnico-culturais na frente de combate, durante a luta de independência, promoveu um intercâmbio imposto como necessário entre grupos étnico-culturais coexistentes no território angolano. Podemos perceber isto através do relato de Costa Andrade, em sua autobiografia:

“Quando o tema é igualdade de direitos, ou o que se pensa ser igualdade de direitos, há sempre calor nas palavras e a escolha delas é mais cuidadosa. Sentimentos, ressentimentos, contas de somar e mais contas: diminuir, multiplicar os erros, dividir as conclusões. O melhor, naquela realidade, é o resultado igual a zero, para que se ultrapassem os problemas e não apareçam outros.”

(...)

“Está toda a gente de acordo, a diferença é de palavras. A maneira como se diz é que faz com que não se chegue ao acordo e se divida o grupo entre si. Estão de acordo quando presentes e em desacordo na ausência, porque alguém acentua diferenças que nada têm que ver com o caso” – Era Jika, o Comissário, e continuou: “o MPLA respeita a cultura de todos os povos que fazem um só povo e uma só nação em Angola. Mas o MPLA, também tem o dever de fazer entender o que é bom e o

¹⁰ Ver KOSELLECK, R. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.

que é mau, o que já não serve para o povo avançar. Mesmo a maçaroca tem alguns bagos estragados que são separados antes de pisar o milho para a fuba ficar saborosa, como é que nos hábitos das pessoas tudo é bom, tudo é perfeito? Ou tudo é mau e não presta, se vem de outra região? E se você aqui é angolano, no Huambo és angolano, no Lubango és angolano e em Cabinda és angolano, como é que não podes gostar e casar com uma angolana dessas terras que são todas Angola? Agora afinal, gostar é abusar? Cada homem e cada mulher só pode casar ou mesmo amigar com uma pessoa de sua região? Quem é que disse isso neste tempo de revolução. Se a revolução que está a custar tantas vidas é para o bem de todos, o povo sabe que o inimigo mata com as bombas dele não escolhe norte ou sul”.¹¹

Constata-se também que, historicamente, ou seja desde a década de 1940, em Angola os nacionalismos surgiram a partir da reflexão e organização por parte de intelectuais e escritores, ainda que suas “idéias de nação” tenham sido formadas e modificadas ao longo do tempo. Homens como Mario Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto (todos estes inicialmente vinculados ao MPLA), entre outros nomes igualmente importantes que poderiam ser aqui citados, eram acima de tudo *homens de cultura*, assim denominados por terem como objetivo primeiro o resgate, a valorização e a reabilitação da produção cultural *negro-africana*¹² de Angola. Estes homens de cultura comprometeram-se com a militância e com a política quando passaram a veicular as idéias de independência em relação à Portugal e, conseqüentemente, da formação de um Estado e de uma comunidade política.

2. Políticas Culturais e Nacionalidade

Falar em política cultural em Angola após a independência é também falar das estratégias utilizadas pelos representantes do nascente Estado na construção da nacionalidade, ou do sentimento de pertença a uma nação por aqueles que faziam parte, dentro dos limites territoriais definidos.

¹¹ COSTA ANDRADE. *Adobes de Memória. Tukayana*. 1º volume. Luanda, Editora Chá de Caxinde, 2002. p.76. grifo meu.

¹² Este termo, bem como outros como “negritude”, foram amplamente difundidos nos ideais expressos pelos ideólogos do movimento pan-africano.

Nação é um conceito de difícil definição. Grandes estudiosos ocuparam-se em defini-la e quase todos assumiram o quão árdua pode ser esta tarefa – “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”¹³. A questão sobre o que é uma nação levava-nos necessariamente a outra, qual seja sobre a possibilidade de definir critérios para *enquadrar* diversas comunidades humanas em um mesmo grupo ampliado.

Características mais objetivas foram largamente utilizadas. No caso de Angola, e de muitos outros países africanos e asiáticos que conheceram a independência tardiamente, e em meio à bipolaridade mundial, a opção pelo alinhamento político-ideológico com o bloco socialista incorporou o discurso sobre o que seria uma nação elaborado por Joseph Stalin, em 1912, como uma comunidade estável com linguagem, vida econômica, território e caracterização psicológica própria, manifestando-se assim numa comunidade cultural¹⁴.

A categorização da nacionalidade a partir de critérios tão objetivos não teve resultados positivos pela razão óbvia de que isto significava um ajustamento da diversidade de comunidades a uma universalidade que não existia. Neste sentido, a criação do *homem novo* em Angola pretendia representar esta universalidade, insistindo na conscientização de uma nacionalidade que exigia a supressão ou, nos melhores casos, uma sublimação de outros aspectos étnico-culturais e regionais que definiam anteriormente a identidade de determinado grupo, conforme ficou explicitado no Artigo 5º da Lei Constitucional:

¹³ **HOBSBAWM**, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990. p.11.

¹⁴ Podemos constatar esta afirmação a partir da citação que faz Mario Pinto de Andrade (“intelectual” angolano, um dos fundadores do MPLA, que depois se alia à Revolta Activa) em seu livro *Origens do Nacionalismo Africano*, quando se remete a Stalin: “*Alargando o debate, Estaline elabora uma definição sócio-histórica da nação. Vale a pena reproduzi-la aqui, para o entendimento das ilações que dela vamos tirar: “A nação é uma comunidade estável historicamente constituída, de língua, de território, de vida econômica e de formação psíquica que se traduz numa comunidade de cultura”*”. OP.CIT., p. 16.

“Será promovida e intensificada a solidariedade econômica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da liquidação das seqüelas do regionalismo e do tribalismo”¹⁵.

Desta forma, o discurso dos primeiros anos após a independência em Angola caminhava no sentido da criação de uma *Cultura Nova*, tentando alcançar a unidade nacional por meio da uniformização dos atos culturais. Este ideal ficou expresso na palavra de ordem propalada pelo MPLA, qual seja: *Angola, de Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação*.

Em discurso proferido por Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, em 8 de janeiro de 1979, que serviu posteriormente de inspiração para a criação do Dia da Cultura Nacional, o presidente reconhece a existência da cultura de *“várias nações angolanas”*, que estariam a partir de então *“fundidas numa só”*, para posteriormente denominá-las como sendo *“ex-nações”¹⁶*. Esta passagem indica que, ainda que não se pretendesse tratar a *diversidade como diferença*, ao ambicionar que os muitos grupos, anteriormente identificados como portadores de uma cultura própria, reconhecem-se com um novo todo, produto de uma reconstrução cultural dinamizada pelo Estado, propunha-se a conversão da diversidade num único e novo ideário de *ser angolano*.

Não queremos dizer com isso que se pretendia fazer *tábula rasa do passado*, mas sim que o princípio consistia em, através da *educação das massas*, construir uma nova mentalidade, princípio este bastante difundido em países socialistas. A própria idéia de fundir várias nações em uma, mostra-se extremamente representativa, uma vez que fundir, associada à idéia do trabalho que se faz com os metais, significa mudar a forma de algo, por meio de uma determinada técnica, ou ainda transformar em uma única peça aquilo que originalmente eram várias, através da fusão dos seus elementos. Ainda a

¹⁵ *Lei Constitucional*. Artigo 5º, p.8. Luanda, 1977.

¹⁶ AGOSTINHO NETO. *...Ainda o meu sonho... (Discursos sobre a Cultura Nacional)*. Discurso proferido na tomada de posse do corpo dirigente da União dos Escritores Angolanos para o biênio 1979/1980, em Luanda, a 8 de janeiro de 1979. p. 40 a 51.

este propósito, podemos encaminhar o pensamento para o conceito de nacionalidade forjada: esquentada a fogo, batida a ferro, buscava-se encontrar, após árduo trabalho, uma forma que promovesse uma identidade para a maioria, e a partir desta alcançar o projeto de nação:

“(...) a igualdade legal dos membros de uma comunidade política dentro de sua terra natal demarcada deveria indicar uma quantidade de valores e tradições comuns entre a população ou, pelo menos, da sua comunidade central. (...) as nações devem ter uma grande medida de cultura comum e uma ideologia cívica, um conjunto de critérios e aspirações, sentimentos e idéias, que unam a população na sua terra natal”¹⁷.

A subordinação de outras identidades já existentes à uma outra que se pretendia hegemônica, bem como a redução da nacionalidade a uma única dimensão (e veremos que para o caso de Angola esta era eminentemente política), fez parte de uma imposição levada a cabo pela força do discurso do Estado, que presumia uma adequação e um ajustamento das diversas comunidades humanas que dele faziam parte, e que ficou igualmente expresso na Lei Constitucional de 1977:

*“A República Popular de Angola combate energeticamente o analfabetismo e o obscurantismo e promove o desenvolvimento de uma educação ao serviço do povo e de uma **verdadeira cultura nacional**, enriquecida pelas conquistas culturais revolucionárias dos outros povos”¹⁸.*

Foi o ideal de nacionalismo que esteve expresso nas palavras de ordem do discurso do Estado após a independência, o qual impunha uma identidade nacional de base política, que tornou mais difícil o reconhecimento da população com o discurso nacional do Estado e se impôs como entrave a construção do sentimento de pertença a uma nação única.

No entanto, a busca pela identidade política recairia necessariamente no nacionalismo, definido por Gellner como *“fundamentalmente um princípio que*

¹⁷ SMITH, A. *Op. Cit.*, p.25.

¹⁸ *Lei Constitucional*, Artigo 13º, p.9. Luanda, 1977. (grifo meu).

sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente¹⁹. A procura por uma identidade que unisse a diversidade partiu sempre de cima, das aspirações dos intelectuais, não representando necessariamente as aspirações, esperanças, necessidades ou mesmo entendimento dos diversos grupos humanos como elementos que partilhavam uma mesma realidade territorial e política, sendo que algumas vezes, nem no interior de um mesmo movimento havia congruência de aspirações e reivindicações.

Por sua vez a abordagem de Benedict Anderson para definir nações, mostra-se por vezes insuficiente para interpretar o caso angolano, uma vez que ele afirma:

“Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.

Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão²⁰.

A proposta de Benedict Anderson parte do pressuposto de que esta comunidade imaginada é um *artefato cultural de tipo peculiar*²¹, e que apesar das nações serem limitadas sempre abarcará um número suficiente de pessoas que coexistem no mesmo território, reconhecidas com o sentimento nacional e dispostas a dar a vida pela nação.

O problema que se colocou em Angola no pós-independência, é que existiam diversas “fronteiras imaginadas” coexistindo dentro de um mesmo território politicamente definido, que não necessariamente se reconheciam com o todo,

¹⁹ Gellner, E. in: **HOBSBAWM**, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990. p.18

²⁰ **ANDERSON**, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989. p.14.

²¹ **ANDERSON**, Benedict. OP. CIT. p.12. *“Parto de que a nacionalidade, ou, como talvez se prefira dizer, devido às múltiplas significações dessa palavra, nation-ness, bem como o nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo peculiar”.*

mantendo o impasse com relação à legitimidade da governação da comunidade política.

No entanto, o MPLA, à frente do Estado a partir de 1975, dialoga com a população tendo como via de expressão a idéia nacional, mas não uma idéia baseada a partir do reconhecimento e de análise da diversidade cultural existente, mas sim propondo um novo ideal em que a diversidade se enquadrasse, utilizando-se de um *artefato* acima de tudo político, e não necessariamente cultural, o *homem novo*.

3. O Homem Novo: por uma adequação da diversidade

Se num primeiro momento a conscientização tinha como objetivo principal “*demonstrar os desequilíbrios, sobretudo ao nível social, provocado pelo colonialismo. (...) explorar as contradições sociais tais como os trabalhos forçados, a obrigação de pagamentos de impostos, o tratamento racista, etc.*”²², num segundo momento, o da implantação do Estado no pós-independência, o *homem novo* deveria ser o fio condutor para o estabelecimento de uma nova sociedade, assentada em novos princípios políticos.

Para o poder instituído, Angola já não mais comportava um homem “reacionário”, entendido aqui como tendo enraizadas as suas particularidades étnico-culturais ou regionais, nem ser um “assimilado”, produto da política colonial. Para além de ser um “novo homem”, adequado aos princípios adotados e defendidos pelo Estado, mas dele se esperava construir a unidade nacional.

No primeiro momento nota-se que a *cultura é entendida como estrutura*, para utilizar um termo de Frantz Fanon, no sentido em que ela é entendida como o “lugar” em que seria possível ocorrer a síntese de dois mundos, o das sociedades africanas e o trazido pelo colonialismo europeu, o ocidental²³. A

²² LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa. Edições 70. 1982. p.24.

²³ Para este tema ver: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979. (2ª edição) e *Sociologie d'Une Révolution (L'an V de la Révolution*

grande tarefa era a de construir uma identificação que ultrapassasse a territorial - “esta é a minha terra sem ser necessariamente a minha Nação” - na medida em que *patriotismo territorial*, em que povo e território pertencem um ao outro, e nacionalidade são duas opções distintas.

No segundo momento, após a independência, os conflitos se dão, em parte, porque a identidade nacional começa a ser formada a partir da constituição, administração e burocratização do aparelho de Estado em função de uma rearticulação com a sociedade. A procura por uma identidade nacional não poderia estar em dissonância com a ideologia do Partido e as opções no plano político e econômico visando o desenvolvimento, definido segundo os parâmetros ideológicos das experiências históricas de socialismo real, como a de Cuba e a da URSS.

Numa tentativa de explicação do problema, podemos supor que, ainda que os quadros da luta de libertação tenham se formado nas estruturas administrativas criadas pelo movimento, o Estado no pós-independência se organizou em bases que iam para além da compreensão das sociedades africanas, onde as particularidades fazem sentido quando se está dentro de um determinado grupo onde exista uma consonância entre *os que já foram, os que estão e os que virão*, em contraste à lógica das sociedades ditas “ocidentais”, caracterizadas pela dúvida, onde o “progresso” pode somente ser alcançado através do conflito.

Duas formas diferentes de ver, interpretar e entender as sociedades se confrontam: a das sociedades africanas e suas histórias de luta, e a lógica do Estado instituído, que buscava submeter à análise crítica as diversas culturas coexistentes nos territórios, designando quais seriam os chamados “valores positivos” das mesmas e que, em outras palavras, estariam adequadas aos objetivos do estabelecimento deste mesmo Estado.

Algérienne) (1959). Paris. François Maspero. 1968. **CHAVES**, Rita e **CABAÇO**, José Luis. *Frantz Fanon. Colonialismo, violência e identidade cultural*. 2003. (mimeo.)

Quanto àqueles que assumiram a tarefa de construir o Estado-Nação após a independência, pretendiam romper com as estruturas administrativas coloniais, principalmente no tocante ao diálogo que se havia estabelecido entre a administração central e as diversas comunidades que o compunham, para assim conquistar a legitimidade do seu poder²⁴, conforme afirmou o Presidente Agostinho Neto em alocução sobre a Lei do Poder Popular:

“Todos os esforços devem ser envidados, a capacidade criadora da Nação deve ser mobilizada no sentido de no mais rápido espaço de tempo fazer-se um combate rigoroso para que as estruturas anacrônicas, para que as estruturas do estado puramente colonizador desapareçam e em seu lugar, surja, qualitativamente e num grau superior, uma estrutura de Estado Revolucionário.

A luta pelo surgimento duma estrutura de qualidade superior, ali onde as massas finalmente não são puros ouvintes, onde o povo não participa como puro espectador do cenário político, nós deveremos dizer aos camaradas aqui que, essa tarefa, esse empreendimento, é de tamanha responsabilidade e que só é possível realiza-lo com serenidade e lucidez”²⁵.

No entanto, o problema que se colocou remeteu justamente a este diálogo entre os representantes do novo Estado e as populações. As tentativas de adequação empreendidas pelas vias da *massificação cultural*, tendo como instrumento a conscientização política, não foram amplamente aceitas ou observadas pelas diversas populações, o que se apresentou como entrave ao reconhecimento da legitimidade do Estado instituído.

²⁴ Entendendo as relações entre Estado e legitimidade como: “(...) por Estado deve-se entender uma empresa institucional de caráter político na qual o aparato administrativo realiza “com êxito” (erfolgreich) o monopólio da coação física legítima, fica claro que o “êxito” é colocado não como condição – continuamente verificável – que fundamenta a pretensão, mas sim como consequência previsível do fato de que a pretensão é legítima”. BOBBIO, Norberto. “Max Weber e os clássicos”. In: *O Filósofo e a Política. Antologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2003. p.101.

²⁵ *Lei do Poder Popular*. Edição do Ministério da Informação. Maio de 1976.

Entre os programas desenvolvidos pelo Estado, chamamos a atenção para a denominada *Política de Massificação Cultural*, que apareceu pela primeira vez nos *Programas de Desenvolvimento*, a partir da conversão do MPLA em Partido do Trabalho, em 1977, e se manteve atuante durante toda a década de 1980. Este programa era desenvolvido a partir de uma instituição subordinada a Secretaria de Estado da Cultura, a *Direção Nacional de Massificação Cultural*. É de notar que esta política tenha sido aplicada exatamente quando o MPLA adotou os princípios do marxismo-leninismo, e assumiu a preocupação em ter o partido como via da *“tomada de poder para e pelo proletariado e da construção da sociedade socialista que legitima a ação revolucionária do partido em nome da classe operária”*²⁶.

Desde então, a cultura passa a figurar nos documentos de Estado como um dos meios escolhidos para promover a unidade e construir uma identidade nacional compatível com o projeto político de Nação. Neste sentido, o percurso que deveria levar à transformação das múltiplas identidades em identidade nacional ganhou maior dimensão política através da “política de massificação cultural”.

Desde a independência, em 1975, que se propagava um ideal de nação unificada, que tendia a homogeneizar o *homem angolano* através da politização da sociedade entendida como um todo, uma vez que esta deveria ser portadora de uma cultura *científica, popular e revolucionária*, assim como o *novo homem angolano* estar a serviço da *revolução social*. Ao ser criada a Direção Nacional de Massificação Cultural, o Estado elaborou um discurso que teve como ponto de partida a cultura nacional, mas nele a identidade política tornou-se hegemônica em relação às demais identidades.

É possível aferir que a Secretaria de Estado da Cultura ocupou um importante papel no estabelecimento de práticas para a construção da identidade nacional, na medida em que cabe também a ela estabelecer “os programas de

²⁶ **BOTTOMORE**, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2001. p.3

*desenvolvimento material da nossa sociedade, tendo como sujeito e objeto a realização plena do homem angolano, elaboram-se visando a sua máxima adequação aos valores mais profundos e positivos da nossa história e da nossa cultura*²⁷.

A palavra a salientar é **adequação**. Este homem angolano deveria ser, na verdade, um *novo homem angolano*, adequado aos princípios adotados pelo Estado. Este novo homem deveria ser o fio condutor para o estabelecimento de uma nova sociedade, assentada em novos propósitos: não poderia ser um homem “reacionário”, nem mesmo ser um *assimilado* do colonialismo. Era através deste *novo homem* que se esperava encontrar a unidade nacional para o Estado recém-estabelecido.

Por sua vez, a identidade nacional deveria decorrer dos elementos constitutivos fundamentais da ideologia do MPLA-PT, pois era a unidade derivada da identidade que legitimaria o Partido que estava no governo do Estado, e cujo poder estava sendo contestado por um grupo opositor, a UNITA.

Dentre as várias formas criadas e utilizadas pelo MPLA na busca pela unidade nacional em torno do ideário comum de *ser angolano*, não podemos deixar de mencionar o sistema educacional²⁸, embora neste trabalho o abordemos sucintamente, e dentro deste salientar a importante participação e influência cubana nas bases adotadas para a criação do Ministério de Educação e Cultura de Angola, desde a formação de quadros até o conteúdo dos programas, conforme visto nos documentos “*Recomendaciones del equipo de cultura, de la delegacion cubana de educacion, cultura y desportes, que visito la Republica Popular de Angola durante el mes de septiembre de 1976*” e, “*Informe de la delegación del Ministerio de Educacion de la Republica de Cuba*”

²⁷ Documento produzido pela Direcção Nacional de Massificação Cultural, em 1984, sob o título “*Perspectivas e Acções a desenvolver no domínio da Massificação Cultural*”. P.3

²⁸ É importante lembrar que as crianças que frequentavam as escolas pertenciam a Organização dos Pioneiros de Angola – OPA incluía também uma forte incitação ao treino militar.

sobre la situación actual, la organización y el funcionamiento de la educación en la República Popular de Angola”, de 19 de outubro de 1976.

Estes documentos são importantes na medida em que nos permitem, num primeiro momento, perceber a profundidade da atuação cubana no que diz respeito à implementação de um projeto de reforma na educação em Angola, tendo em vista a inserção do pensamento político- ideológico desde a educação de base, como confirma o trecho abaixo:

*“El análisis e reorganización del sistema nacional de educación resulta una tarea compleja, puesto que no sólo se requiere abolir las viejas estructuras, sino crear estructuras nuevas y con un contenido nuevo capaces de dar respuesta a las exigencias del proceso revolucionario (...)”*²⁹

No que diz respeito ao sistema educacional, assim como em relação aos programas político-culturais, nota-se que as identidades regionais, ou de grupos, que já haviam sido fortemente combatidas durante o período da guerra de guerrilhas, o foi também no pós-independência, colocado sempre como um fator desagregador para a formação do sentimento da nacionalidade angolana.

Nesse sentido, é possível considerar que o Estado passa a trabalhar com o intento de dissipar as diversidades, criando um discurso onde todos seriam *homens novos*, a base política para o processo de construção da identidade nacional, neste caso, a formação da identidade política, hegemônica em relação às demais identidades, implementada como plano de ação do Estado desde a infância e atuava em diversas esferas.

*“Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo”*³⁰.

²⁹ *“Informe de la delegación del Ministerio de Educacion de la Republica de Cuba sobre la situación actual, la organización y el funcionamiento de la educación en la República Popular de Angola”*, de 19 de outubro de 1976. p.16

³⁰ *Texto da Proclamação da Independência*. In: **Resistência Popular Generalizada**. MPLA/DIP. Luanda, 1979.

4. Organizações de Massa

Se admitirmos que a individualidade é composta por múltiplas identidades, entre elas a regional, a étnica, a religiosa, a de de profissão, a de gênero, de idade, entre outras, é possível compreender melhor a incorporação de Organizações deste tipo pelo Estado angolano, bem como o estímulo que receberam por parte deste para a sua manutenção.

Os documentos elaborados pelo MPLA apontam para o fato de que as Organizações de Massa forneciam ao Estado angolano mais uma base para a mobilização coletiva, e para o controle político-ideológico que estas poderiam exercer sobre a comunidade que agrupavam. A partir destas Organizações criavam-se *personalidades coletivas* que definiam e localizavam o indivíduo socialmente, atenuando a força da *personalidade individual* que como afirmou A. Smith:

“A busca da personalidade individual e o relacionamento do indivíduo com ela continua a ser o elemento mais desconcertante do projeto nacionalista”³¹.

Ao enquadramento das personalidades coletivas seguiu-se a adequação político-ideológica. Se num primeiro momento as Organizações foram criadas para defender direitos específicos de um determinado grupo com aspirações comuns, num segundo momento o Estado lhes imputa a obrigatoriedade de assumirem-se enquanto bastiões da preservação da linha político-ideológica e difusores das mesmas, para, num terceiro momento, subjugar as suas características primordiais, aquela que os uniu, em nome da defesa dos seus interesses.

Nesse caso específico, é interessante destacar que este processo se deu nas três principais Organizações de Massa que existiam em Angola, entre os anos de 1975 a 1979, ainda que todas elas tenham surgido na organização interna do MPLA durante a luta pela independência.

³¹ SMITH. A., *Op. Cit.*, p.32

Naquilo que toca ao enquadramento e a adequação de seus membros para a construção do *homem novo* enquanto projeto nacional., destaca-se, primeiramente, a OMA – Organização da Mulher Angolana, que foi criada em 1961, quando o MPLA mantinha sede em Leopoldville, e que, se num primeiro momento, atuou, principalmente, em ações junto à população refugiada naquela cidade, posteriormente passou também a desenvolver ações educativas e de conscientização política das mesmas.

Conforme remete o nome dado a organização, esta foi formada a partir do gênero, uma categoria das mais estáveis e mobilizadoras, e que no contexto africano ganha força também pela reivindicação da igualdade de direito das mulheres em relação aos homens, e pela possibilidade de atuar na luta pela independência. No entanto, da mesma forma que o gênero é uma categoria universal e de natureza abrangente, sua base pode se tornar menos coesa porque permite que se alie outras identificações, como as regionais, étnicas ou religiosas, segundo processos que respondam a demandas mais específicas. Apesar desta característica a tornar mais difusa, um ponto em comum permanece e está presente no Hino da OMA, qual seja, a condenação ao “tribalismo”, uma das formas de identidade mais combatidas pelo Estado angolano, elemento mobilizador mais atuante nos níveis local e regional:

“Avante OMA, Avante

Acabemos com o fascismo

O colonialismo

E com todo o tribalismo”³².

Em seguida, destaca-se a JMPLA – Juventude do MPLA, organização que após a independência conheceu um ascenso significativo no número de membros, uma vez que era desta Organização que o Estado pretendia organizar os quadros para ocuparem postos no governo dos próximos anos. Dela faziam parte homens e mulheres de 14 a 35 anos de idade que se ocupavam em realizar cursos de formação político-ideológica e integrar as

³² Refrão do Hino da OMA. In: Resistência Popular generalizada. MPLA/DIP. Luanda, 1979.

campanhas de alfabetização, de inequívoco objetivo pedagógico doutrinário, sendo igualmente responsável pela Organização dos Pioneiros de Angola.

É importante notar a repetição intensa que se faz sobre a necessidade de subjugar as identidades religiosas, regionais e raciais à identidade política também nos princípios doutrinários da JMPLA:

“A JMPLA é uma organização juvenil do MPLA que tem por função histórica mobilizar, enquadrar e organizar todos os jovens sem exceção de sexo, região, raça ou ordem religiosa a partir dos 14 aos 35 anos de idade.

Este enquadramento é feito através de uma estrutura que permite o controle político e o combate a todos os desvios dE linha política traçada pela vanguarda revolucionária do povo angolano, o MPLA, que possam aparecer na juventude.

A JMPLA possui núcleos da juventude em algumas fábricas, enquadra ainda jovens nas escolas através de comitês d'acção de escolas e nos bairros através das nossas subdelegações da JMPLA”³³.

Por sua vez, a OPA – Organização dos Pioneiros de Angola, que incluía entre os seus membros crianças de 6 até 14 anos de idade, estava, na maior parte das vezes, a cargo da JMPLA. Configurou-se como uma Organização que tinha por objetivo primordial garantir a instrução político-ideológica desde a infância, mas também assumiu contornos de carácter militar, uma vez que seus membros recebiam treinamentos militares básicos, incluindo desde a disciplina voltada para a luta armada, a marcha, até a construção de armas em madeira com as quais desfilavam, como é possível observar nas imagens 35 e 36, inseridas ao fim do trabalho.

A OPA caracterizou-se como o primeiro lugar do encontro entre o indivíduo e o Estado, o primeiro a que a ideologia política do *homem novo* influenciava e o ponto de partida de onde esperava-se obter maior lealdade política ao projeto nacional do Estado angolano.

³³ In: *Resistência Popular Generalizada*. MPLA/DIP. Luanda, 1979.

“A organização de pioneiros angolanos, surgiu da necessidade de enquadramento e da organização de todas as crianças até os 14 anos, em torno da vanguarda revolucionária do povo angolano, o MPLA. Para deste modo se começar a educar as crianças dentro do espírito do Homem Novo, defensor intransigente da liberdade dos povos e combatente intrépido contra a exploração do homem pelo homem.

São deveres do pioneiro angolano: ser estudante, estudar e difundir a justa linha política da vanguarda do nosso povo, o MPLA; lutar energicamente contra qualquer manifestação tribal, religiosa, regional e racial. (...) Levar ao conhecimento dos órgãos superiores todas as informações que possuam e possam interessar ao movimento e ao governo”³⁴.

Aspirando representar todos os angolanos, expresso na máxima cunhada pelo MPLA “O MPLA é o povo. O povo é o MPLA”, o Estado agiu esperando garantir a lealdade de sua comunidade política enquadrando-a em organizações em que mesmo que não fossem mobilizados para a ação política supunha-se que estivessem adequados às suas aspirações nacionalistas.

“Podemos dizer, hoje, que o MPLA tem estado a funcionar bem, que o nosso partido tem estado a ultrapassar as barreiras tribais, as barreiras regionais, para nos fundirmos, verdadeiramente, num só povo e numa só nação.

(...).

“Nós todos queremos trabalhar, não é assim? Nós todos queremos trabalhar?”

- Sim, respondeu o povo.

(E o líder da Revolução Angolana exortou o Povo a proferir as palavras de ordem: “Disciplina disciplina, disciplina; Produção, produção, produção, produção; Vigilância, vigilância, vigilância”)³⁵.

³⁴ Resistência Popular generalizada. MPLA/DIP. Luanda, 1979.

³⁵ “Temos estado a ultrapassar barreiras tribais e regionais para nos fundirmos num só povo e numa só nação”. Discurso proferido pelo presidente Agostinho Neto, durante a visita de trabalho no Moxico. 05/08/78.

IV. O PODER DAS IMAGENS, AS IMAGENS DO PODER: OS USOS DA FOTOGRAFIA PELO PARTIDO-ESTADO

Neste capítulo está apresentada a maneira pela qual o governo da República Popular de Angola controlou a produção imagética e igualmente a sua divulgação, bem como analisa os usos que o Estado deu para as imagens produzidas, naquilo que concerne ao discurso de conscientização política e ideológica para a consecução do *homem novo*, entre os anos de 1975 a 1979.

A pesquisa recaiu, sobretudo, no estudo das intenções que levaram a que se registrasse determinado acontecimento, bem como sobre a utilização deste material pelo Estado, que também fazem parte da realidade histórica que circunscreve o momento registrado, do mesmo modo que afirma Boris Kossoy a respeito da fotografia:

“Interessam sobretudo as imagens que documentam a diversidade de assuntos que foram objeto de registro no passado, na medida em que representam exemplos da utilização da fotografia nas mais diferentes áreas. Também são importantes para essa história as próprias circunstâncias ligadas ao processo que deu origem a estas imagens, bem como o uso que delas se fez enquanto testemunho visual de certa situação ou fato”¹.

Dentre o material imagético que utilizamos para esta análise, o primeiro conjunto faz parte de um acervo de cerca de 150.000 negativos fotográficos, que começou a ser reunido ainda sob o regime colonial por um órgão de nome CITA, Centro de Informação e Turismo de Angola, que existiu por 25 anos.

Este acervo foi absorvido pelo Departamento de Informação e Propaganda do MPLA – DIP, em 1977. O DIP era um órgão de controle para várias esferas da vida política, cultural e social de Angola, que manteve as ações de registros em fotografia, porém agora sob outro foco, passando a priorizar o registro de visitas de chefes de Estado estrangeiros a Angola, ações do governo, prisões

¹ KOSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003. p.56.

de mercenários sul-africanos, sabotagens realizadas pelo grupo opositor, a UNITA, durante a guerra civil, bem como acontecimentos importantes da vida social do novo país sob regime de partido único.

O segundo conjunto de imagens faz parte de pintura-mural realizada por artistas cubanos e angolanos nos muros do Hospital Militar de Luanda, em 1976, e que ainda hoje ali permanecem, embora alguns murais originais tenham sido substituídos por outros que retratam temas da atualidade como a prevenção à SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

O terceiro conjunto são fotografias que fazem parte de uma publicação oficial, impressa em edição trilingue (inglês, francês e português), intitulada *República Popular de Angola. Ministério da Informação. Documentos Fotográficos*, com data de 1979, e que, segundo nos foi relatado por Mena Abrantes, em entrevista concedida em Luanda, em dezembro de 2004, foi utilizado como meio de divulgação exterior de ações que apresentam internacionalmente uma imagem política do MPLA, ao mesmo tempo que estigmatizava as ações dos outros dois movimentos pela independência, a FNLA e a UNITA.

O quarto e último conjunto de imagens foram encontradas numa sala do órgão que congrega jornalistas em Angola, denominado Centro de Imprensa Aníbal de Melo – CIAM. A palavra *encontrada* não foi utilizada por acaso, uma vez que as fotografias estavam, de maneira desorganizada, em caixas numa sala do prédio do CIAM, sem que alguém cuidasse de sua preservação e organização. Estas fotos estavam, em sua maioria, reveladas em tamanho 40x50, pois foram utilizadas para exposições, em forma de jornal-mural, nas laterais do prédio do CIAM até a década de 1980.

Buscou-se também compreender a utilização da fotografia pelo DIP, uma vez que o órgão se servia deste material para identificar supostos suspeitos de sublevação ou conspiração contra o Estado, bem como para fins de investigação policial, como, por exemplo, as fotos de mercenários capturados. Esta atuação sugere a hipótese de que a partir do uso das fotografias para este fim específico, era possível conseguir um maior enquadramento da diversidade

dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Estado sobre como deveria ser o *homem novo* angolano, quais as suas formas de comportamento, organização e atuação, para além de condenar as características que deveriam ser extintas por serem consideradas retrógradas e incompatíveis com os objetivos do Estado angolano.

Este uso da fotografia deixou marcas profundas na sociedade angolana, principalmente nas gentes que viviam na capital, Luanda, onde foi possível observar, em trabalho de campo ali realizado durante um ano (2003/2004), que as pessoas comuns não se deixam fotografar por acreditarem que estão sendo alvos de investigação policial e que sofrerão posterior acusação. A reação negativa ao ser fotografado torna-se evidente na foto a seguir:



Mercado do Roque Santeiro. Luanda, 2004.

A respeito deste comportamento, Susan Sontag refletiu que “Fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto. Numa das versões da sua

*utilidade, o registro da câmera incrimina*². Neste sentido, a produção fotográfica, dada também a sua finalidade de documentação e denúncia de comportamentos político-ideológicos contrários aos impostos, passou a ser vista como uma arma temível, passível de toda sorte de manipulações, principalmente porque era aceita como *expressão da verdade*.

Neste trabalho, as fotografias são analisadas por meio dos processos que as originaram, e do objetivo com que foram feitas, uma vez que a escassez de documentação escrita, criou obstáculos à investigação. Partiu-se do princípio de que os processos que levaram a que alguns momentos fossem dignos de serem congelados no tempo e no espaço, marcou uma intenção do Estado naquilo que concernia a sua posterior utilização pelo mesmo, e àquilo que pretendeu criar como memória histórica.

Divulgação de atos cívicos e políticos, identificação de pessoas que poderiam estar envolvidas em ações contra o poder ou que se pensasse estarem envolvidas, trabalhadores e toda sorte de produção, os estragos da guerra perpetrada pelo inimigo, o enorme tapete bordado com o rosto de Lênin sobre a cabeça do presidente Agostinho Neto, manifestações de apoio ao sistema instituído e multidões em comícios, visitas de chefes de Estado. São componentes de uma realidade que pretendia ser divulgada pelo Estado, uma vez que toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de congelar em imagem um dado aspecto, em determinado lugar e época. Por sua vez, permite silenciar outros tantos que não foram registrados.

Tomados os devidos cuidados, colocando sempre as perguntas sobre o alcance e o limite das fotografias enquanto meio de conhecimento do passado, isto é, enquanto instrumento de investigação e interpretação da história e sobre a veracidade de seus conteúdos, acredita-se que esta análise pode vir a preencher um espaço no silêncio que se impôs sobre um período relativamente longo que se tornou um *tabu* para a história recente de Angola.

² SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2004. p.16.

O período escolhido para tratar, entre os anos de 1975 a 1979, pode ser designado como um “tempo forte”, na expressão de Michel Vovelle, onde as mudanças constantes dão a tônica ao momento. Neste sentido, buscou-se compreender as imagens relativamente à forma como poderiam atingir a diversidade cultural existente em Angola, e, desta maneira, impor o padrão identitário político pretendido. É importante salientar o fato de que não só a diversidade cultural justificou que o Estado se utilizasse de um sistema de símbolos para difundir maciçamente suas “idéias-força”, mas que no caso de Angola, e da África subsaariana como um todo, é preciso relativizar o primado da escrita, por se tratar de sociedades predominantemente ágrafas.

Escolher analisar o discurso do Estado, no período imediatamente posterior à independência em Angola, sobre a construção do *homem novo* angolano, não significou deixar de considerar as fontes, particularmente àquelas produzidas pelo próprio Estado a que tivemos acesso, no entanto, muitas perguntas colocadas ao documento escrito e que permaneceram sem resposta, algumas foram encontradas no entrecruzamento destas fontes com as fotografias e imagens produzidas por esse mesmo Estado, explorando o aspecto para que nos chamou a atenção Michel Vovelle:

“(...) construir os corpora com base numa problemática inicialmente definida, jogando com a diversidade de olhares que esses permitem entrecruzar e explorando a alternância que se pode delinear entre um corpus e outros corpora que alicerçam a pesquisa”.³

Não obstante as dificuldades impostas para a compreensão e análise das fotografias enquanto fontes de pesquisa, ainda assim como o Estado era o único produtor de discursos e imagens, a deturpação de determinados acontecimentos históricos foi objeto de um cuidado permanente na análise apresentada.

³ VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a idade média até o século XX*. São Paulo, editora Ática, 1997. p.18.

As imagens foram tratadas agrupadas em conjuntos representativos considerados a partir da análise das mesmas, após estabelecidos os questionamentos a serem feitos sobre as representações contidas em cada uma delas. Todas as imagens foram submetidas à mesma “grade de tratamento”, sendo esta constituída das seguintes perguntas:

- a) qual evento retrata;
- b) quando e onde acontece o evento;
- c) quem está retratado;
- d) para quem está dirigida a imagem;
- e) qual a “imagem-força” do retrato;
- f) o que não está retratado.

Sobre os itens a, b e c pouco há o que explicar. São as perguntas que estabelecem a primeira divisão das imagens, que posteriormente podem migrar para outra categoria dependendo das respostas obtidas a partir dos três últimos itens. O item d) *para quem está dirigida a imagem*, traz informações sobre a natureza do discurso representado na imagem, uma vez que ela pode ter sido produzida para o consumo interno (para os angolanos que viviam no território), sendo passível de variantes, para a circulação externa, como forma de conquistar a opinião pública internacional visando o reconhecimento da legitimidade do poder instituído, além de angariar reforços financeiros ou militares necessários em um país marcado pela guerra.

Com relação ao consumo interno das imagens, elas podem ser utilizadas em jornais-murais (imagens 1, 2 e 3), no Jornal de Angola, de circulação diária, ou em livros de circulação restrita (como o que foi utilizado neste trabalho, intitulado **Documentos Fotográficos**. MPLA/DIP, 1976).

Produzida as imagens, seja para o consumo interno ou externo, todas elas trazem uma imagem-força, sendo esta uma corporificação do sonho do novo futuro e expressão dos valores do Estado, na medida em que os múltiplos sentidos dos testemunhos gráficos podem refletir o tempo do acontecimento conforme foi construído, e pode exprimir a história como foi vivida e

organizada, principalmente no tempo curto da implementação dos ideais revolucionários.

O último item da *grade de tratamento* estabelecida nesta pesquisa busca dar conta do fato de que por ser a imagem um testemunho direto nem por isso impede que apresente uma informação menos oblíqua, conforme afirmou Michel Vovelle, “por trás da limpidez aparente das imagens, todo um mundo de fantasmas sem dúvida menos nítido”⁴. Partindo deste pressuposto, procurou-se perceber o que não estava representado nas imagens, e esta caracterização das omissões foi possível principalmente através do entrecruzamento com as fontes escritas.

Neste sentido, é possível, através da análise das linguagens do discurso escrito e do discurso das imagens produzidos pelo Estado angolano, identificar para quais homens ele falava, objetivamente os *homens novos*, quais sejam, aqueles que deveriam ser forjados para se enquadrarem às instituições de um novo sistema político.

Em um período no qual a política ocupa e desempenha papel privilegiado, torna-se mais efetiva a produção de fontes tão diversas quanto a imprensa, a música, os cantos cívicos, todas tendo as opções políticas como mote principal, sendo as imagens também um reflexo da “aventura revolucionária”.

Em Angola, principalmente a partir de 1977, ano da fundação do MPLA-PT, as imagens passaram a ser, cada vez mais, um reflexo do almejado futuro revolucionário, o que permite afirmar que atue como “crônicas em imagens dos acontecimentos”⁵. Neste sentido, entendendo a importância do registro imagético, torna-se imprescindível não subordinar as imagens à escrita, o que as tornariam ilustrações da mesma e perderiam seu valor de fonte primária.

⁴ VOVELLE, M. *Op. Cit.*, p.30.

⁵ VOVELLE, M. *Op. Cit.*, p.151.

Considerando as imagens e os documentos escritos, e comparando-os entre si, podemos constata-se que mesmo que o Estado em seus documentos escritos por vezes se declarasse preocupado com o tratamento e manutenção das diversas culturas do território angolano, as imagens produzidas por esse informam que as palavras de ordem estavam sempre apontando no sentido da formação do *homem novo*, como projeção do Estado, a serviço da revolução social, que não deveria ser regionalista ou tribalista, ou seja, impunha-se dirimir as identidades que os diferenciavam como grupos culturais dentro de um mesmo território, sob a égide de um mesmo Estado com uma população plurinacional.

Ainda que seja imprescindível o cuidado redobrado do distanciamento crítico, uma vez que as imagens podem dar a ilusão de um “efeito de realidade”, nos termos de Roland Barthes - no sentido de que seria possível imaginar e reconstituir o passado como algo tão próximo -, a imagem foi analisada enquanto objeto por meio do qual é igualmente possível perceber estruturas de pensamento e representações de uma época, conforme o afirmou Peter Burke: *“Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosas e política de culturas passadas”*⁶.

No entanto, não raro, as imagens se mostram como testemunhas mudas, principalmente naquilo que concerne à intenção específica de sua produção, objeto de nossa análise. Outro ponto que poderia ser aqui levantando, ligado, mormente, à produção fotográfica, seria o da identidade do fotógrafo e sua participação na concepção do registro, mas aqui deve-se destacar o fato de que ainda que a indagação seja pertinente ao trabalho, não o inviabiliza, uma vez que as fontes consultadas foram produzidas por instituições que se encontrava, a cargo do Estado.

Faz-se importante notar que por serem as imagens “testemunhas mudas”, ainda que por vezes possam parecer como narrativas mais objetivas do que os

⁶ BURKE, Peter. *Testemunho Ocular. História e Imagem*. São Paulo, EDUSC, 2004. p.16.

textos, elas também são passíveis de processos de distorção, e, para esta análise, eles próprios são evidências da construção de um ideal pretendido, a ser comunicado através das imagens.

É também importante notar que as imagens produzidas pelo Estado visavam atingir interlocutores específicos, fazendo-o por meio de associações políticas e, ao mesmo tempo, recriminando as associações que se formassem em bases étnico-culturais ou regionais. Muitas dessas imagens, como as do muro do Hospital Militar e as de Jornal Mural, estavam acompanhadas de um “iconotexto” (imagem 4) que expressava igualmente as palavras de ordem. Funcionando *per si* ou como reforço da oralidade, ilustrada em discursos, comícios ou reuniões políticas de bairro, desempenhavam uma função primordial, sobretudo numa sociedade de alfabetização diminuta e de multiplicidade lingüística.

No caso específico da expressão do alinhamento político-ideológico por meio das imagens, são em particular interessantes aquelas em que estrangeiros aparecem caricaturados (imagem 5). Já para as que retratam os eventos mais importantes do Estado angolano, como a chegada do MPLA a Luanda (imagem 6), poderiam comprovar uma adesão importante àquele movimento, bem como as visitas oficiais de chefes estrangeiros com os quais Angola manteria estreitas ligações políticas e ideológicas (imagem 7), e viagens presidenciais a “países amigos” (imagem 8). Por fim, os usos das imagens serão objeto das considerações apresentadas a seguir.

Produção e Utilização de Imagens

O critério adotado foi dividir e analisar as imagens, associando-as aos eventos que elas retratam ao longo do tempo de seus acontecimentos, uma vez que verificamos que a produção, na maior parte das vezes, está intimamente vinculada aos objetivos do Partido-Estado, o MPLA e seu governo, em um momento preciso.

Também é interessante registrar que no período imediatamente anterior à independência, entre os anos de 1974 e 1975, a intenção demonstrada era o esforço do MPLA em se fazer reconhecer como legítimo representante de Angola e de sua população como um todo. Lembremos que durante todo o ano de 1975, após a assinatura do Acordo de Alvor, junto à UNITA, FNLA e o governo português, travaram-se batalhas entre os movimentos de libertação pelo direito de governar o país após a independência, desrespeitando os acordos para o governo de transição, que previa um cessar-fogo e a distribuição de cargos aos três movimentos. Em Angola, homens que participaram deste governo afirmaram ter havido tensão e contradição desde os primeiros dias da vigência do acordo, ocorrendo casos de integrantes levarem armas para as reuniões do Conselho de Ministro e para as reuniões do Governo.

Do ponto de vista militar, a FNLA era o grupo opositor mais forte em relação ao MPLA, uma vez que a UNITA ainda não havia realizado seus acordos com a África do Sul. Assim sendo, a 15 de março de 1975 – dia do aniversário das ações da FNLA no Norte de Angola, em 1961 -, apenas dois meses após a assinatura do Alvor, a FNLA realizou-se uma tentativa de tomada do poder pela força, tendo adentrado nos bairros, chamados musseques, travando ali uma batalha. Após este acontecimento, o MPLA reagiu, ainda que estivesse em enorme desvantagem militar em relação à FNLA, apoiada pelo Zaire de Mobutu, conforme nos relatou José Mena Abrantes, então funcionário da Rádio Nacional:

“Então, o MPLA tinha um problema grave porque não tinha sequer armamento, haviam chegados uns elementos já vindos da guerrilha, havia pra aí umas armas perdidas, depois alguns elementos simpatizantes do MPLA no Exército Português desviaram umas armas.... Havia também uns portugueses de esquerda que facilitaram a saída de algumas armas, mas eram muito... eram insuficientes porque a FNLA trouxe com ela exército do Zaire, portanto a diferença era ostensiva na rua. Do lado do MPLA às vezes vinha um sujeito com uma calça militar, uma camisa civil, umas sapatilhas, ou mesmo chinelo de dedo, e os soldados da FNLA, portanto os zairenses, vinham impecavelmente fardados, bota militar, armas à sério, jipes militares, faziam rondas com todo o aparato mesmo de um exército organizado. E o MPLA pareciam (...) assim, chapéus estranhos, fitinhas na cabeça, sapatos extravagantes, calças também, não se sabia aonde é que descobriam aquilo tudo...

E então houve uma primeira intervenção dos jugoslavos, trouxeram um barco carregado de armas, depois de uma viagem que... acho que o Iko Carreira mas uns elementos do MPLA fizeram ao exterior, os jugoslavos aproximaram-se aqui da Costa com um navio carregado de arma e conseguiram iludir a vigilância, e com a conivência, muita gente fechou os olhos, atracaram durante a noite, portanto, as armas estavam em jipes, os jipes saíam já (...) do navio, saíam ali praquelas barrocas da Boa Vista logo, ali ao pé do porto. Então, depois de terem conseguido estas armas é que as forças do MPLA conseguiram organizar ações assim mais, mais... com mais êxito, né... atacaram lá a Fortaleza de São Pedro da Barra, onde se diziam que eram torturados, estava ocupada pela FNLA, onde se dizia que era para lá que eram levados todos aqueles indivíduos que durante.... e ao cair da tarde havia permanentemente em circulação uns carros da Brigada da Juventude Revolucionária, a BJR, que era umas brigadas da FNLA e que andavam pra aí a rondar, a partir das cinco ou cinco e meia da tarde, quando começava a escurecer, eles andavam a circular pela cidade e raptavam muita gente, quando identificavam alguém, ou prendiam alguém ao MPLA, e levava-os e normalmente levavam para São Pedro da Barra, ou para sede deles aqui na Avenida do Brasil, onde torturavam e matavam. Então, o MPLA fez uma ação,

depois do golpe de força, em 15 de março, o MPLA reagiu e atacou São Pedro da Barra e acabou também por destruir a sede da FNLA.

A UNITA não se mexia na altura... não é? A UNITA, pelo contrário, pretendia sempre surgir como a grande conciliadora, o Movimento da paz, que queria aproximar os irmãos desavindos, o discurso era todo orientado nesse sentido”⁷.

Esta batalha travada militarmente⁸, em que o MPLA se encontrava em desvantagem, levou a que alguns de seus quadros buscassem um outro plano em que ela pudesse se desenrolar, onde pudessem fazer frente à superioridade militar da FNLA.

A escolha recaiu no enfrentamento propagandístico. Após as invasões do MPLA à sede da FNLA e à Fortaleza de São Pedro da Barra, fizeram circular fotografias que seriam do interior destes lugares, com câmaras de tortura (imagem 9), mortos a vários dias (imagem 10), e vísceras humanas congeladas em frigoríficos (imagem 11). Estas vísceras, ainda segundo o testemunho de José Mena Abrantes (e outros que optaram por não se identificar), foram expostas à população, no Largo da Independência, nas supostas caixas em que se carregavam os órgãos, causando um enorme sentimento de revolta contra a FNLA, agora diabolizada pela acusação de canibalismo.

A força das imagens que se fizeram circular teve enorme impacto, em particular sobre a população de Luanda, mas também no interior mais próximo, sendo aceitas como provas incontestáveis de possíveis atos brutais e do canibalismo praticados pela FNLA. Em momento algum houve um questionamento sobre a origem e veracidade das imagens divulgadas. Vários integrantes do MPLA não souberam que havia se tratado de uma montagem, com o intuito de

⁷ Entrevista concedida por José Mena Abrantes. Luanda, 19 de dezembro de 2004.

⁸ *“Em princípios de março de 1975, zairenses e fantoches da FNLA desencadeiam grandes ofensivas militares para a expulsão do MPLA do Noroeste de Angola. Os combates estendem-se a Luanda, donde os fantoches são definitivamente expulsos no mês de agosto. Era a segunda guerra de libertação nacional”.* In: **MPLA. Relatório do Comitê Central ao 1º Congresso do MPLA.** Imprensa Nacional de Angola, 1977.

deslegitimar a ação da FNLA. É oportuna a reprodução do depoimento de José Mena Abrantes, militante do MPLA na altura dos acontecimentos, sobre a eficácia do uso destas imagens pela direção do MPLA:

“Ainda hoje, em 2004, tem muita gente que acredita que eles tinham na geleira carne humana para comer. Mas que foi eficaz, foi eficaz. Para além de carne, não sei se era humana ou não, nós vemos nas fotos eu não sei distinguir a dói boi ou do homem qual é. Para além disto, ainda tiraram dos hospitais frascos com órgãos, coisas assim e expuseram no Largo da Independência para a população poder ver, então era uma revolta, uma coisa diabólica porque, se vê aqui, até as caixas de madeira em que eles levavam os órgãos humanos para comer, circularam por aí como sendo de verdade.

Mesmo nós que estávamos envolvidos no processo, quase todos acreditamos. Havia um círculo muito, muito restrito, que tinha tido a idéia e que tinha lançado a história, e que gozavam com a nossa cara também porque nós acreditamos. Eu cheguei a ir, já de agosto a outubro de 75, com essas fotos pelo mundo, foram dez países em três meses, e em todo o lado eu falava com convicção, porque eu também acreditava que era verdade. Portanto, as pessoas viam e mesmo que pusessem detector de mentira não ia dar porque eu estava dizendo aquilo em que eu acreditava”.

O horror que estas imagens provocaram – e aqui é importante salientar que as legendas desempenham um papel primordial, uma vez que foram elas, somadas as informações orais - que muitas vezes condicionaram o olhar, se não no caso dos mortos, certamente no da identificação das vísceras. A indignação quanto ao emprego da violência física e dos atos de canibalismo causou a revolta da população⁹. Por certo, estimulou a repulsa à FNLA, mas, por outro lado, também aumentou a militância em favor do MPLA, considerado

⁹ Como também afirmou Susan **SONTAG**: “(...) não cometeu o erro de supor que fotos de virar o estômago e de partir o coração simplesmente falariam por si mesmas. Cada foto tem uma legenda pungente em quatro idiomas (...), e a perversidade da ideologia militarista é recriminada e escarneada em cada página”. In: *Diante da dor dos outros*. São Paulo, Cia das Letras, 2003. p.18.

o corajoso revelador das atrocidades, e levando-o a ser identificado como o grande combatente aos desmandos da guerra.

Em julho de 1975, também a UNITA havia sido expulsa de Luanda, após uma batalha travada contra o MPLA na sua base de Pica-Pau. Apenas o MPLA atuava em Luanda, foi quando o seu Bureau Político proclamou, a 26 de julho, a Resistência Popular Generalizada. Como parte desta ação, teve continuidade a produção de imagens que estigmatizavam os grupos opositores, ganhando agora o reforço do argumento de que aqueles faziam acordos com países estrangeiros que poderiam ficar no governo de Angola após a independência. Assim, o MPLA aguçou na população o apego ao território de Angola e a criação de um novo tipo de comunidade – a **nação territorial**, em que *“povo e território devem pertencer um ao outro”*¹⁰. Também deu início a uma produção de imagens que pretendia “provar” a ligação dos grupos opositores – FNLA, UNITA – a estrangeiros, como zairenses, sul-africanos sob o *apartheid* e mercenários portugueses (imagens 12, 13 e 14).

Imagens como estas não circulavam somente no interior de Angola, mas também em órgãos centrais representantes do continente africano, como a Organização da Unidade Africana (OUA), e em países que poderiam simpatizar com o MPLA pelo seu divulgado alinhamento ao bloco socialista. O reconhecimento externo da legitimidade do MPLA em Angola fazia-se extremamente importante para garantir que não houvesse uma tentativa de colocar os três movimentos de libertação no poder após a proclamação da independência, bem como para contar favoravelmente no caso de ocorrer uma disputa diplomática por reconhecimento de um governo legal. Para este fim, o MPLA contou com imagens que demonstravam, sempre como provas incontestáveis, o apoio que tinha das massas angolanas, e o repúdio das mesmas aos seus opositores como estão registradas nas imagens seguintes - fotografias de comício com enorme participação popular em que faixas de apoio ao MPLA estão em primeiro plano. Pode-se observar ainda que durante a visita de integrantes da Comissão Conciliadora da Organização da Unidade

¹⁰ SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997. p.23.

Africana à Luanda, em junho de 1975, viam faixas em inglês e francês, para atender os dirigentes que não compreendiam o português, demonstrando uma prévia intenção do MPLA em ser reconhecido como “legítimo representante do povo angolano” por parte daquele órgão (imagens 15, 16 e 17).

Da mesma forma, foram registrados os momentos da proclamação da independência pelo MPLA em Luanda como uma catarse popular em que figuram milhares de pessoas apoiando a unilateralidade do governo pós-independência, a despeito dos termos do Acordo de Alvor. Não encontramos imagens que divulgassem a proclamação igualmente declarada pela UNITA e FNLA na província do Huambo.

As fotos já intituladas como sendo do “primeiro governo angolano” com membros somente do MPLA, podem servir também para demonstrar para a população quem havia tomado o poder e quem os governaria a partir de então, e não está demonstrada qualquer intenção de levar em conta a existência de outros dois movimentos e das disputas diplomáticas que daí poderia advir, antes pelo contrário (imagens 18, 19, 20 e 21). De fato, o MPLA conseguiu previamente o reconhecimento por parte dos países do bloco socialista e, posteriormente de outros países, como o Brasil, o primeiro país fora do bloco a reconhecer aquele governo como legal.

Uma vez instituído legalmente o primeiro governo, o MPLA declara no momento da independência que *“os órgãos da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas diretrizes superiores do MPLA, mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado”*¹¹.

Em meio ao esforço por se legitimar no poder, e colocar em funcionamento a burocracia do novo Estado, havia a preocupação maior com a defesa e manutenção do poder conquistado. Tendo sido proclamada a independência em meio a batalhas travadas contra a UNITA e a FNLA - com apoios sul-africanos e zairenses, respectivamente, força que só foi possível conter com o

¹¹ *Acta da proclamação da Independência*. 11 de novembro de 1975.

auxílio militar principalmente de Cuba - a guerra contra os sul-africanos só cessou em 27 de março de 1976, quando da expulsão destes do território angolano. Pudemos constatar que durante este curto período, as imagens veiculadas em sua maioria diziam respeito aos estragos, humanos ou materiais, que a guerra empreendida pela UNITA, com o apoio da RSA, causava por onde passava (imagens 22, 23 e 24). Nas palavras de Susan Sontag este tipo de artifício é utilizado com a intenção primeira de alcançar a população que vive longe da frente de batalha, fazendo com que esta se posicione contra aqueles que estão sendo mostrados como os inimigos, neste caso os sul-africanos e a UNITA:

“Mas a argumentação contra a guerra não depende de informações sobre quem, quando e onde; o caráter arbitrário do morticínio implacável constitui prova suficiente. Para as pessoas seguras de que o certo está de um lado e a opressão e a injustiça estão do outro, e de que a luta precisa prosseguir, o que importa exatamente é quem é morto por quem”¹².

Este período se encerra com a expulsão dos sul-africanos de Angola e com o esfacelamento da UNITA em termos militares, e se inicia um outro denominado pelo MPLA como *“a fase de luta pela Reconstrução Nacional, para a consolidação da independência Nacional, pela implementação e generalização do poder popular e pela criação do partido da classe operária”¹³.*

Ao assumir a intenção de edificar um Estado de base marxista-leninista, e a posterior conversão do MPLA em partido do trabalho, as imagens, muitas vezes acompanhadas de palavras de ordem e diretrizes, passam a representar e reforçar a importância dos indivíduos se assumirem como pertencentes a uma classe social – operário ou camponês – com a finalidade maior de que a identidade eminentemente política dirimisse conflitos chamados “divisionistas” ou “sectaristas”, os de origem étnica ou regional, e que pudessem influenciar

¹² SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo, Cia das Letras, 2003. p. 14.

¹³ *Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA*. Luanda, 23 a 29 de outubro de 1976.

positivamente para a mobilização e integração nacional (imagens 25, 26, 27 e 28).

Já as imagens de camponeses e operários exercendo suas respectivas funções, seguem o modelo do governo pós-revolução de 1917 e de seus desdobramentos como a celebração do trabalho em fábricas e campos coletivos, reforçando ainda uma identidade coletiva sócio-econômica da qual emerge a importância da produção e da troca, não só como meio de desenvolvimento econômico, mas também enquanto resistência¹⁴ (imagens 29, 30, 31 e 32).

Para a criação e personificação do *homem novo* angolano, o Estado valeu-se ainda da institucionalização de Organizações de Massa – sendo que a maior parte já existia na estrutura do MPLA durante a luta de independência – por meio das quais tencionava assegurar uma cultura coletiva pública comum através da forja de personalidades coletivas que definiam o lugar e o papel de cada indivíduo no todo da sociedade. Assim sendo, foram organizações de maior destaque a Organização da Mulher Angolana – OMA, a Organização dos Pioneiros de Angola – OPA, a JMPLA – Juventude do MPLA e a UNTA – União dos Trabalhadores de Angola, que atuavam na formação da identidade política desde a infância como forma de enquadramento, adequação, e submissão das identidades étnicas e regionais (imagens 33, 34, 35 e 36).

No mesmo terreno da ação promovida pelo Partido-Estado para a construção do *homem novo*, está a importância atribuída à divulgação de atos cívicos em apoio ao governo do MPLA e ao presidente Agostinho Neto. Cabe mencionar que algumas fotografias que retratam manifestações de apoio popular depois de maio de 1977, podem ser entendidas como resposta à tentativa de golpe de Estado acontecida neste mês, encabeçada pelo então Ministro Nito Alves. Sobre este período, talvez pela violência com que foi realizado o contra-golpe por parte do Estado (estima-se 45.000 mortes nos primeiros dez dias), não encontramos imagens que narrassem o acontecimento. Todavia, pode-se

¹⁴ Ver: SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997. p. 137.

inferir que este “emudecimento visual” retrata a complexidade e a seriedade do tema tratado, ou ainda que a violência empreendida pelo Estado pretendeu ser ocultar, empenhando-se para o seu esquecimento da memória coletiva. (imagens 37 e 38).

Sobre este mesmo tema há inúmeras imagens produzidas em contextos de assinaturas de acordos de cooperação política com países do bloco socialista, fazendo-se registrar para a população e para a comunidade internacional o alinhamento político-ideológico do Estado angolano, principalmente a partir da conversão do MPLA em Partido Trabalho, em dezembro de 1977 (imagens 39, 40, 41 e 42).

Por último, chamamos a atenção para a produção da denominada *arte totalitária*¹⁵, descrita como aquela que heroiciza e diviniza líderes também através da representação de suas imagens em enormes retratos que são carregados em desfiles, comícios, entre outras cerimônias públicas envolvendo a população civil, visando ter reconhecida a legitimidade histórica do Estado-Nação.

Para o caso angolano pós-1975, podemos entender que o líder histórico do MPLA e primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, personificava os ideais e valores do MPLA e do Estado. Diante de tantos momentos de crise, a figura de Agostinho Neto, alvo de devoção nacional, sempre estimulada tinha a habilidade política e o carisma para recuperar a autoconfiança e a crença nos planos expressos por ele. O estímulo à devoção à Neto partia do próprio Partido-Estado, oferecendo espetáculos públicos em que retratos de Agostinho Neto, em tamanhos cada vez maiores, eram distribuídos à população, assim como camisetas, posters e panfletos, com sua imagem como herói. . Como consequência dos mecanismos e instrumentos postos em prática, não tardou aos comportamentos públicos serem padronizados, de tal forma que as imagens podem levar à crença em que havia se constituído uma cultura

¹⁵ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. São Paulo, EDUSC, 2004. p.92.

cívica homogênea, centrada na identidade política, fundadora da unidade nacional (imagens 43, 44 e 45 a e b).

As razões que levaram a escolha deste conjunto específico de imagens estiveram centradas no que representam no tocante qual informação chegou, e como chegou, à população angolana, e de igual modo compreender de que forma as imagens atuaram na formação do *homem novo* angolano. Afinal, não raras vezes, essas imagens mediaram as aspirações do Estado junto a população a que se reportava, principalmente no que dizia respeito à legitimidade da autoridade e do poder do Partido, e à formação da identidade política e nacional, conforme afirmou Anthony Smith:

“Uma linguagem e um simbolismo nacionalistas são mais vastos do que uma ideologia ou um movimento ideológico; associam com freqüência essa ideologia aos “sentimentos de massa” de segmentos mais amplos da população designada, em particular através de slogans, ideais, símbolos e cerimônias”¹⁶.

Em última instância, do conjunto de imagens coletadas, analisamos as mais representativas do próprio fluxo de produção imagética para o período. Também fica evidente que por meio das imagens é possível alcançar outras linguagens e simbolismos que narravam a ação do Estado em relação à população governada em função de um projeto de nação fundado num crescente sentimento de unidade nacional.

¹⁶ SMITH. *Op. Cit.* p. 97.

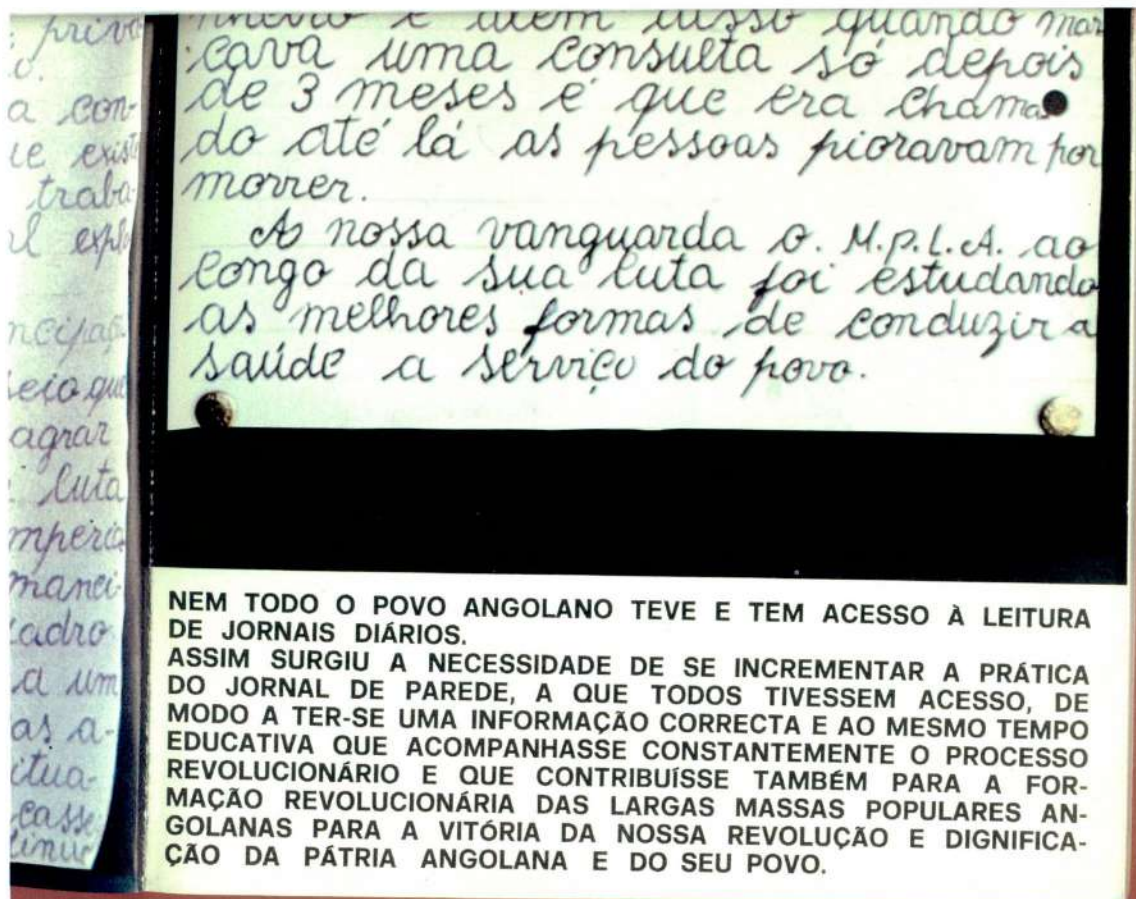


Imagem 1. Jornal Mural.

Fonte: *Resistência Popular Generalizada*.

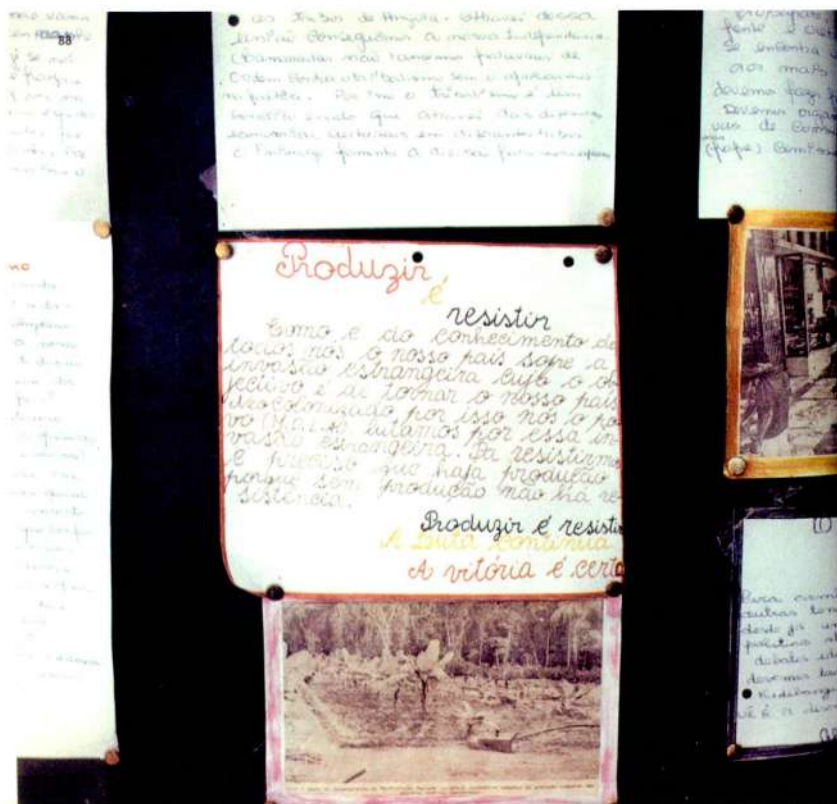
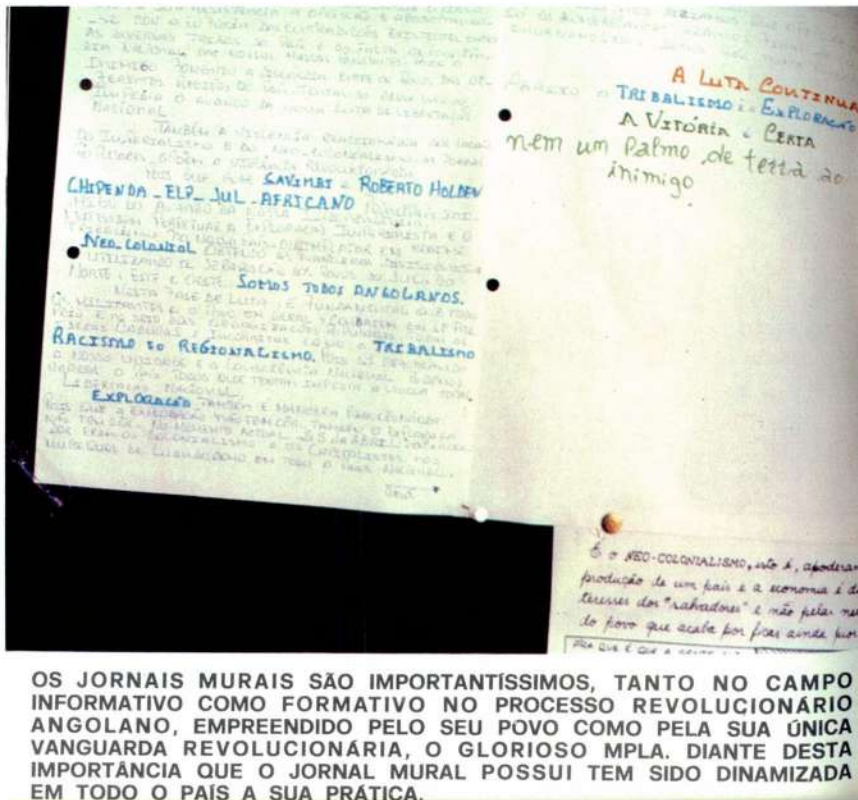


Imagem 2. Jornal Mural.

Fonte: *Resistência Popular Generalizada*, 1979.



OS JORNAIS MURALS SÃO IMPORTANTÍSSIMOS, TANTO NO CAMPO INFORMATIVO COMO FORMATIVO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO ANGOLANO, EMPREENDIDO PELO SEU POVO COMO PELA SUA ÚNICA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA, O GLORIOSO MPLA. DIANTE DESTA IMPORTÂNCIA QUE O JORNAL MURAL POSSUI TEM SIDO DINAMIZADA EM TODO O PAÍS A SUA PRÁTICA.

Imagem 3. Jornal Mural

Fonte: *Resistência Popular Generalizada*, 1979.

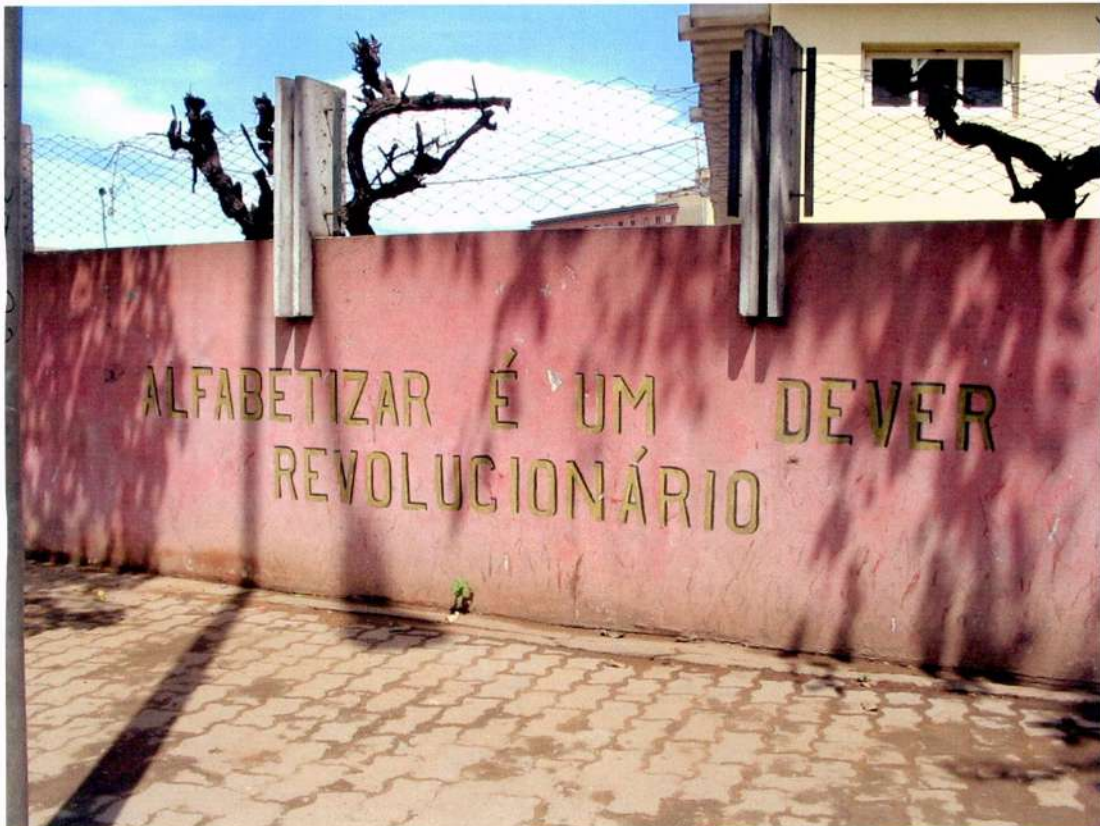


Imagem 4. Imagem e iconotexto.
Fonte: *Muro do Hospital Militar*. Luanda.

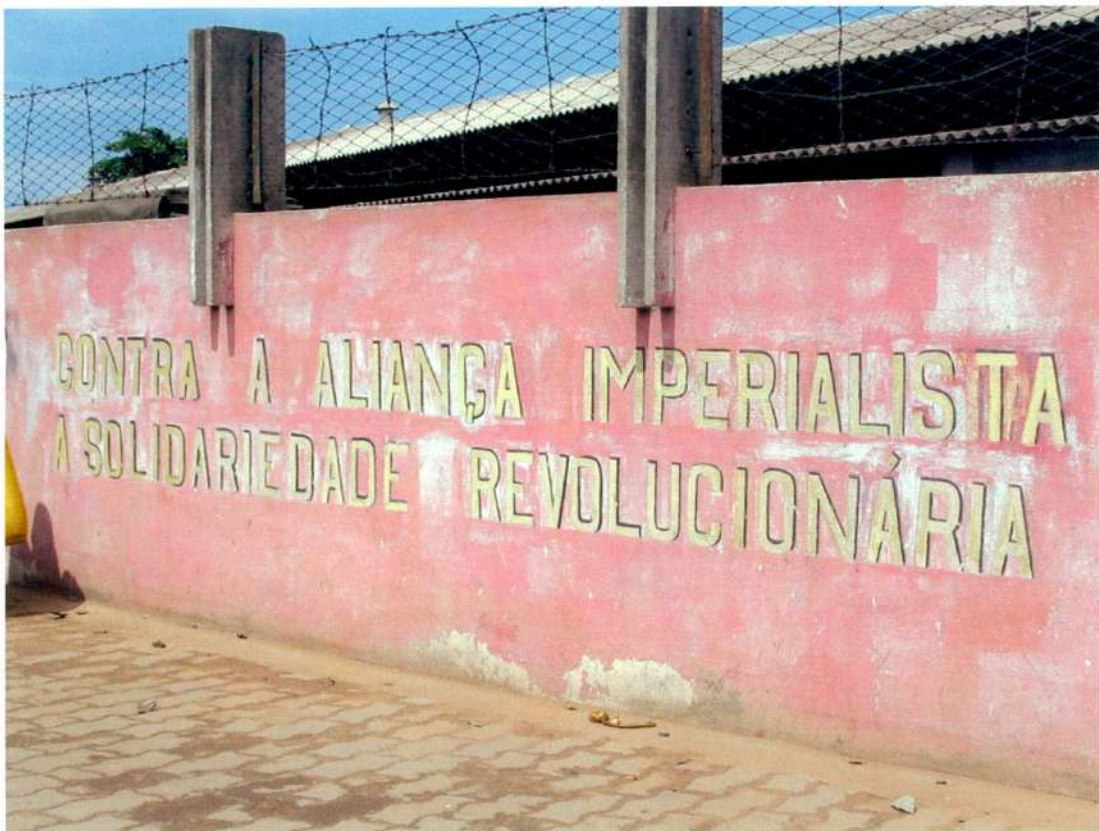


Imagem 5. Estrangeiros brancos são expulsos de Angola
Fonte: *Muro do Hospital Militar*. Luanda.





Imagem 6.

a) Chegada de Agostinho Neto e outros dirigentes do MPLA a Luanda. 4 de fevereiro de 1975.

Fonte: *Catálogo fotográfico DIP*. 1977.

b) Chegada de Neto a Luanda.

Fonte: *Muro do Hospital Militar*. Luanda.



Imagem 7. Assinatura dos acordos de cooperação política entre Angola e Cuba. 1976. (Fonte: *A FOTO - DIP*)



Imagem 8. Assinatura dos acordos URSS – Angola (na Bulgária). 1976 (Fonte: A FOTO – DIP)



Imagem 9. Câmara de Tortura na “Casa do Povo” da FNLA, no Bairro do Cazenga, Luanda. Maio 1975. (*Doc. Fotográficos, DIP. 1976*)



Imagem 10 (a, b, c). Mortos que teriam sido encontrados na “Casa do Povo” da FNLA, Cazenga, Luanda. Junho, 1975. (Notar que na primeira fotografia há uma marca no corpo que a legenda do documento de onde foram retiradas as fotografias afirma ter sido “*por onde lhe arrancaram o coração*”). (Fonte: *Doc. Fotográficos, DIP*. 1976)





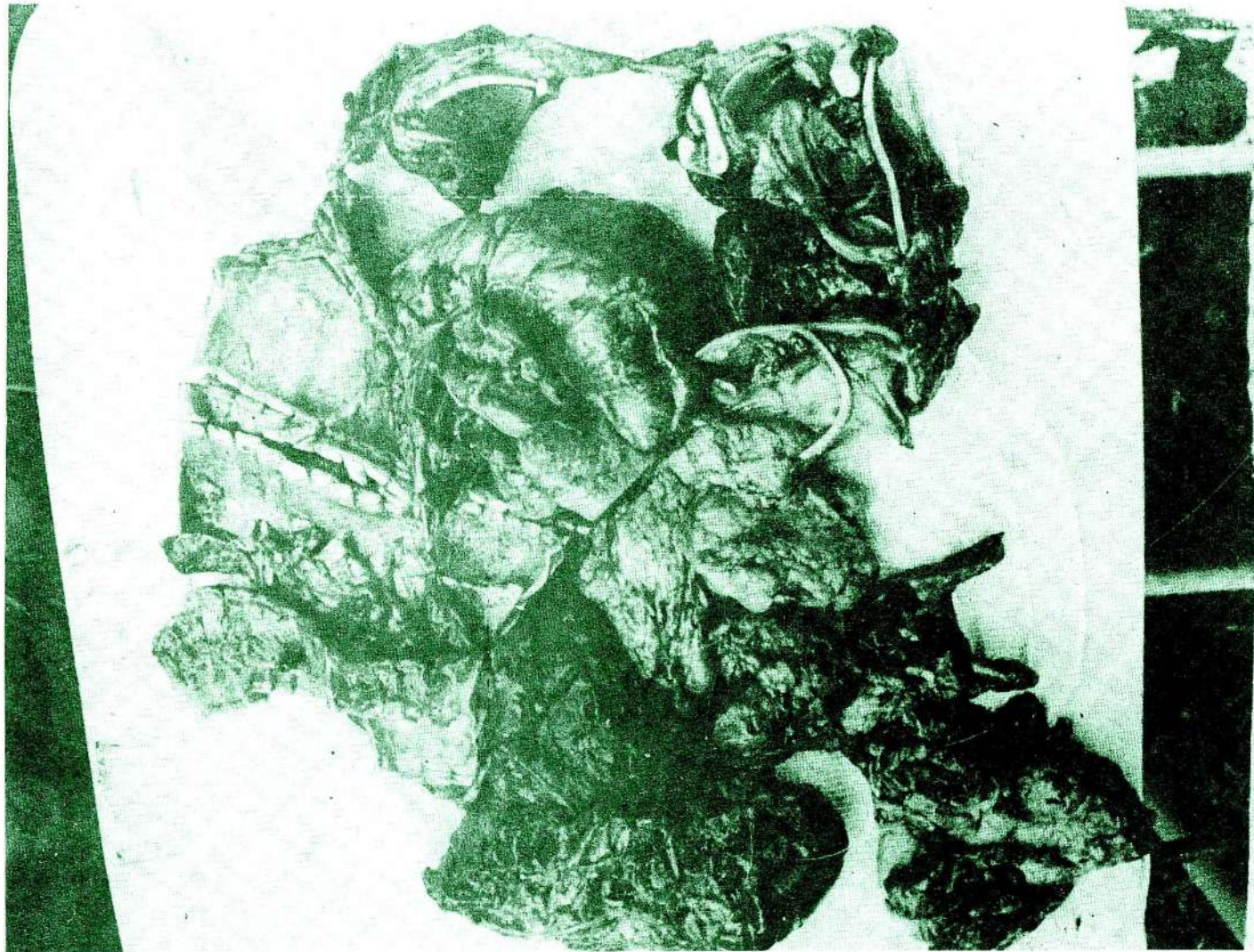


Imagem 11. Vísceras, coração e pulmões que teriam sido encontrados num frigorífico do CNI (Centro Nacional de Informação) da FNLA, após a sua expulsão de Luanda, em 18 de julho de 1975. (Fonte: *Doc. Fotográficos*, DIP. 1976)



Imagem 12. Mercenários zaienses e portugueses a serviço da FNLA. Caxito, setembro de 1975. (Fonte: *Doc. Fotográficos*, DIP, 1976)



Imagem 13. Um dos quatro soldados da RAS (República da África do Sul) capturados na Cela, em dezembro de 1975, quando apresentados à imprensa (Fonte: Doc. Fotográficos, DIP, 1976).



Imagem 14. A legenda do documento diz: “Mala encontrada numa das bases da UPA/FNLA, prova incontestável da ingerência de Mobutu na questão angolana”. (Fonte Doc. Fotográficos, DIP, 1976).



Imagem15. Manifestação de apoio ao MPLA no Luso, Moxico. Maio, 1975. (Fonte: Doc. Fotográficos, DIP, 1976).

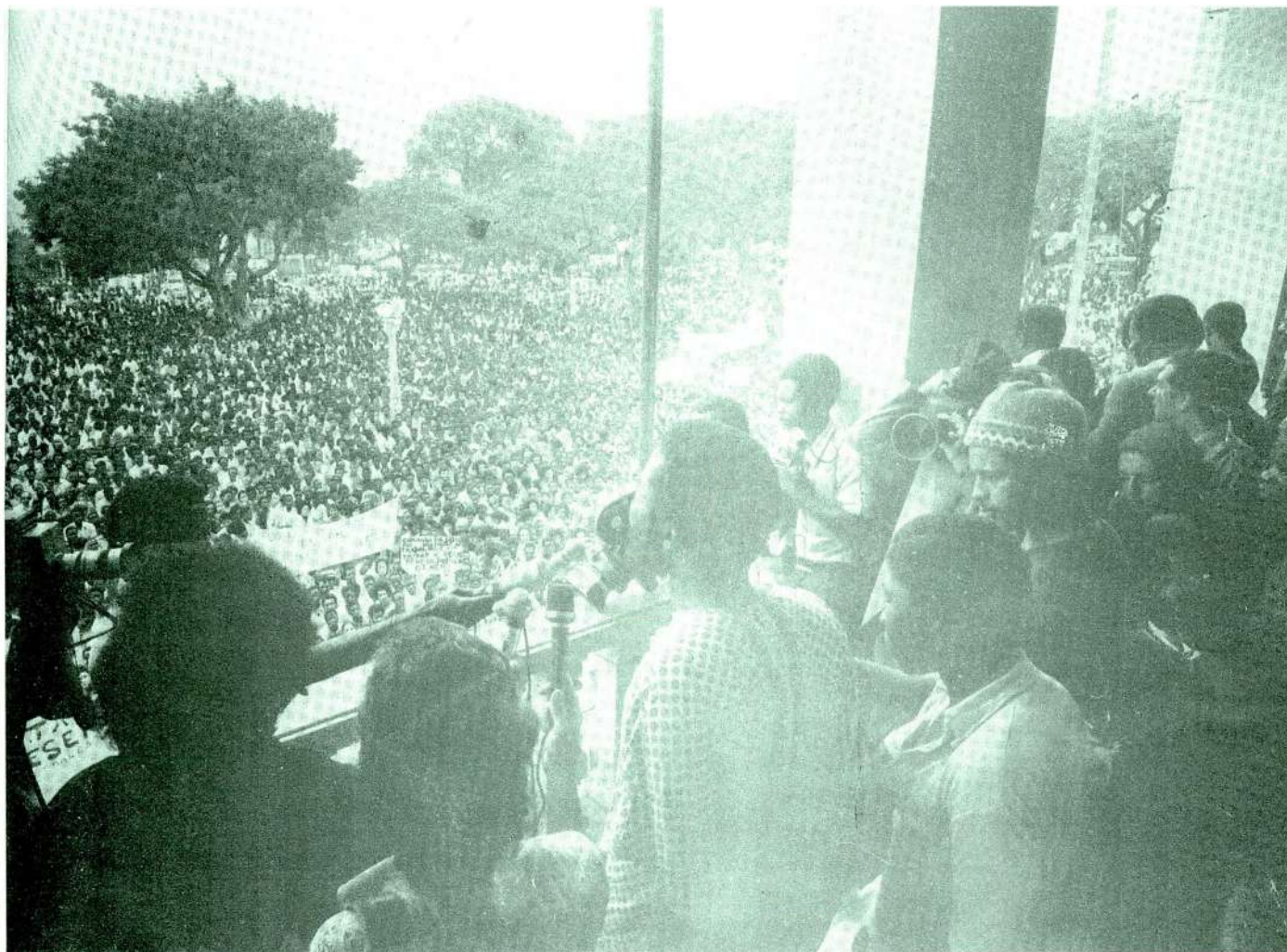


Imagem 16. Manifestação de apoio dos trabalhadores de Luanda às medidas tomadas pelo governo de transição – consta da legenda “*é de notar que o governo era representado somente pelo MPLA, uma vez que a UNITA e a FNLA abandonaram Luanda*”. (Fonte: Doc. Fotográficos, DIP, 1976).





PROBLEMS OF
MERCENARIES FROM ZAIRE AND
SOUTH AMERICA ARE KILLING ANGOLANS TODAY

THE
MPLA AND PRESIDENTS NEW

ORDER IN REVOLUTION

INDEPENDENCE

A UPA/FNLA/UNITA SUBAM A GUA

LEGACAO DA
PRESENTE QUE PE
DINHEIRO DE
AVANTE O MPLA

MPLA MEANS
PEACE AND PRO-
GRESS FOR OUR
PEOPLE

OS TRABALHADORES
DA RARO
ESTAB COM

NO TO ALL
THINGS OF ANGOLAN
ECONOMY
UPA/FNLA/UNITA

PLEASE INQUIR INTERFERE
IN ANGOLA ANGOLAN PEOPLE

ANGOLAN PEOPLE SUPPORTS AGOSTINHO NETO

POVO
unificado

VIVA A SOLIDARIEDADE AF
VIVE LA SOLIDARIEETE A
LE PEUPLE ANGOLAINE I
A L'ENGERENCE E TRANO

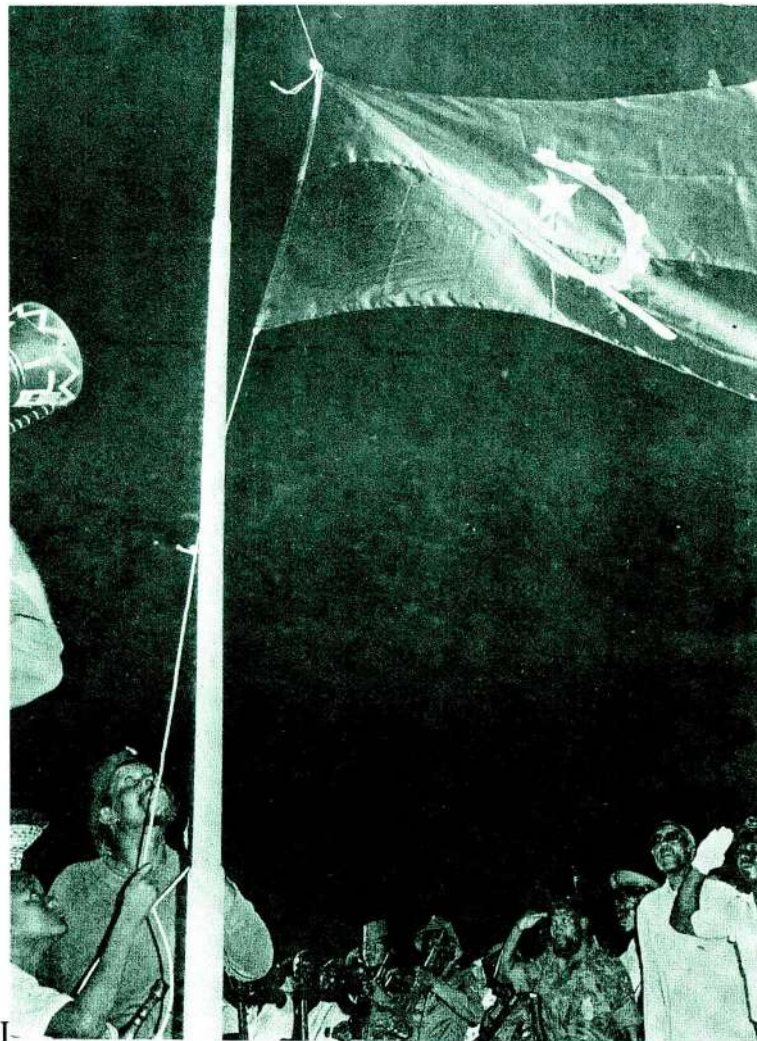


Imagem 18. Um sobrevivente do 4 de fevereiro de 1961 e um pioneiro hasteiam a bandeira da proclamada República Popular de Angola. 11 de novembro de 1975. Luanda. (Fonte: *Doc. Fotográficos, DIP*, 1976).



Imagem 19. Proclamação da Independência por Agostinho Neto. Luanda, 11 de novembro de 1975. (Fonte: *Doc. Fotográficos, DIP, 1976*).

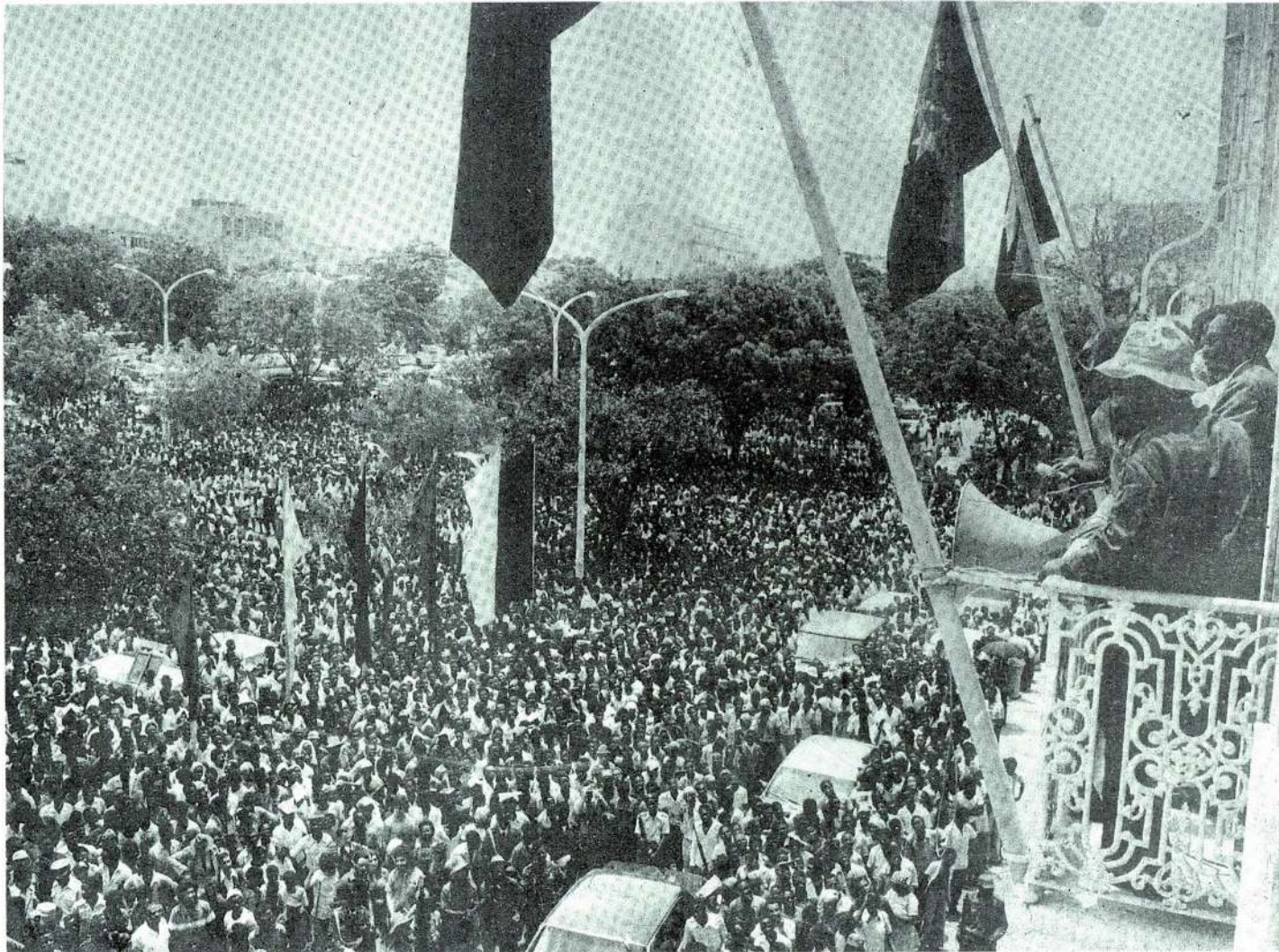


Imagem 20. Saudação popular à Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola. 11 de novembro de 1975. (Fonte: *Doc. Fotográficos, DIP, 1976*)

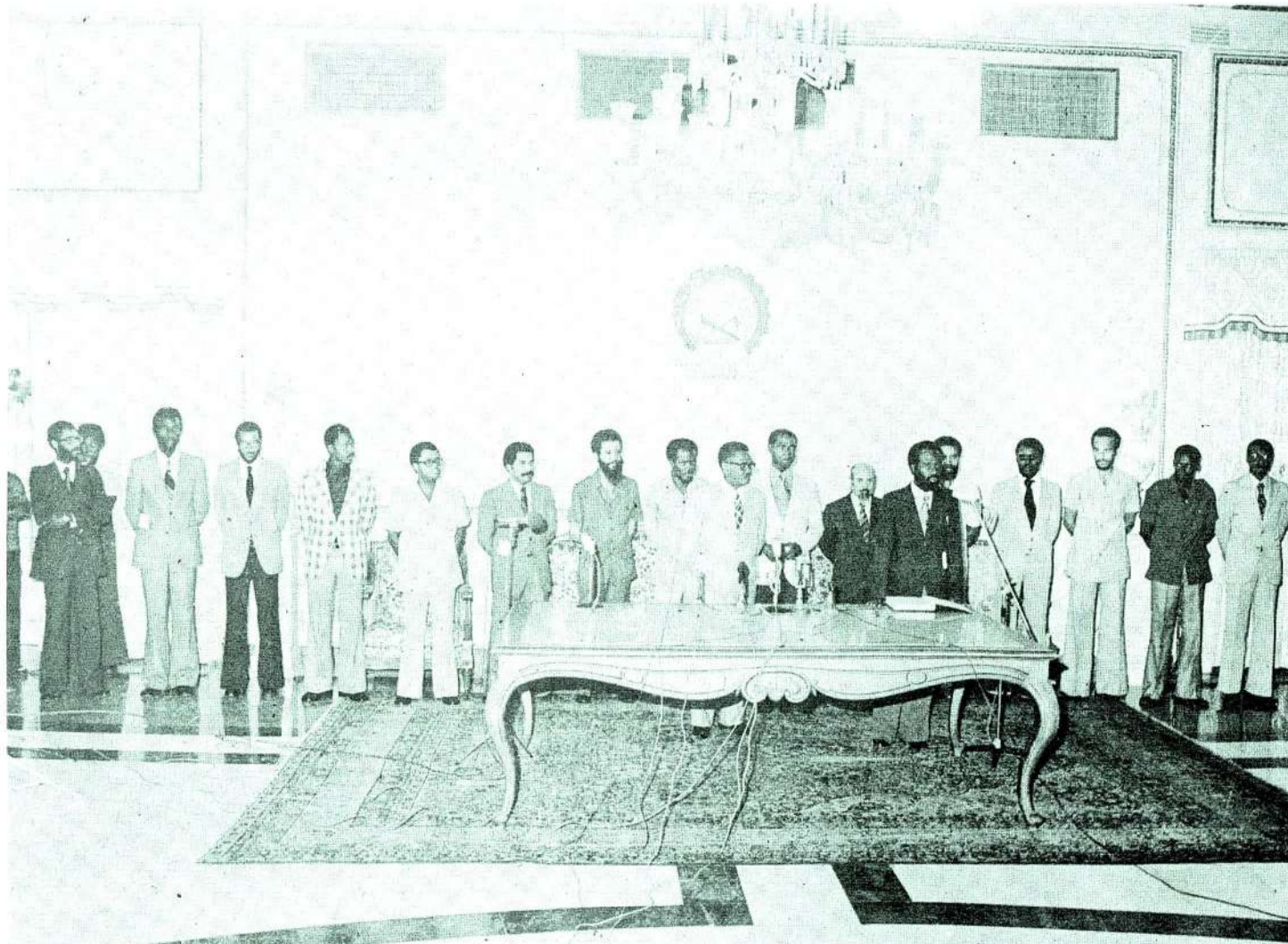


Imagem 21. Membros que constituem o primeiro governo da República Popular de Angola. 11 de novembro de 1975 (Fonte: *Doc. Fotográficos, DIP, 1976*).



Imagem 30. Muro do hospital Militar de Luanda. 1976.



Imagem 31. Camponeses. Fonte: *Resistência Popular Generalizada*. MPLA/DIP. 1976.



Imagem 32. Unidades Fabris, 1977. Fonte: *Centro de Imprensa Anibal de Melo – CIAM.*



Imagem 33. *Muro do Hospital Militar de Luanda. 1976.*



A JMPLA É UMA ORGANIZAÇÃO JUVENIL DO MPLA, QUE TEM POR FUNÇÃO HISTÓRICA MOBILIZAR, ENQUADRAR E ORGANIZAR TODOS OS JOVENS SEM EXCEÇÃO DE SEXO, REGIAO, RAÇA OU ORDEM RELIGIOSA A PARTIR DOS 14 ANOS AOS 35 ANOS. ESTE ENQUADRAMENTO É FEITO ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA QUE PERMITE O CONTROLE POLÍTICO E O COMBATE A TODOS OS DESVIOS DE LINHA POLÍTICA TRAÇADA PELA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA DO POVO ANGOLANO, O MPLA, QUE POSSAM APARECER NA JUVENTUDE. A JMPLA POSSUI NÚCLEOS DA JUVENTUDE EM ALGUMAS FÁBRICAS, ENQUADRA AINDA JOVENS NAS ESCOLAS ATRAVÉS DE COMITÉS D'ACÇÃO DE ESCOLAS E NOS BAIRROS ATRAVÉS DAS NOSSAS SUBDELEGAÇÕES DA JMPLA.

Imagem 34. A JMPLA. Fonte: *Resistência Popular Generalizada. MPLA/ DIP. 1979.*



SÃO DEVERES DO PIONEIRO DO MPLA: SER ESTUDANTE, ESTUDAR E DIFUNDIR A JUSTA LINHA POLÍTICA DA VANGUARDA DO NOSSO POVO O MPLA; LUTAR ENERGICAMENTE CONTRA QUALQUER MANIFESTAÇÃO TRIBAL, RELIGIOSA, REGIONAL E RACIAL.
PARTICIPAR ACTIVAMENTE NO CAMPO DA PRODUÇÃO.
LEVAR AO CONHECIMENTO DOS ÓRGÃOS SUPERIORES DA ORGANIZAÇÃO TODAS AS INFORMAÇÕES QUE POSSUAM E POSSAM INTERESSAR AO MOVIMENTO E AO GOVERNO.
EXECUTAR AS DIRECTRIZES DOS ÓRGÃOS SUPERIORES DA ORGANIZAÇÃO. «TUDO PELO POVO» É A DIVISA DOS PIONEIROS DO MPLA, LUTAM PELA LIBERDADE COM A CERTEZA DA VITÓRIA.

Imagem 35. OPA. Deveres do Pioneiro. Fonte: *Resistência Popular Generalizada. MPLA/ DIP. 1976*



Imagem 36. Os pioneiros e a criação do homem novo. Fonte: *Resistência Popular Generalizada*. MPLA/ DIP. 1979.



Imagem 37. Manifestação de apoio ao Presidente Agostinho Neto e ao MPLA. Dezembro de 1977. Fonte (*A FOTO/DIP*)



Imagem 38. Manifestação de apoio às resoluções do 1º Congresso do MPLA. Dezembro de 1977. (Fonte: *A FOTO/DIP*)



Imagem 39. Assinatura dos Acordos Cuba-Angola pelo Cda. Fidel Castro e o Cda. Pres. Agostinho Neto. 27/07/1976. (Fonte: *A FOTO/DIP*)



Imagem 40. Assinatura dos acordos URSS (presidente Brejnev) – Angola (presidente Neto), na Bulgária, 15/10/1976. Fonte: *A FOTO/DIP*)



Imagem 41. Gravação de mensagem do Presidente Agostinho Neto. s/data. (Fonte: *A FOTO/DIP*)



Imagem 42. 1º Congresso do MPLA. Ano da criação do Partido. 4 e 5 de dezembro de 1977. Presidente Neto recebe o delegado da Coréia. (Fonte: *A FOTO/DIP*). *note-se o busto de Lênin em bronze à direita da foto.



Imagem 43. Pres. Agostinho Neto presidiu o grandioso comício no Cazenga (de apoio às resoluções do 1º Congresso). 14/02/1978. *note que à frente estão crianças pertencentes à OPA, e imediatamente atrás, com lenços à cabeça, as mulheres da OMA. (Fonte: *A FOTO/DIP*)

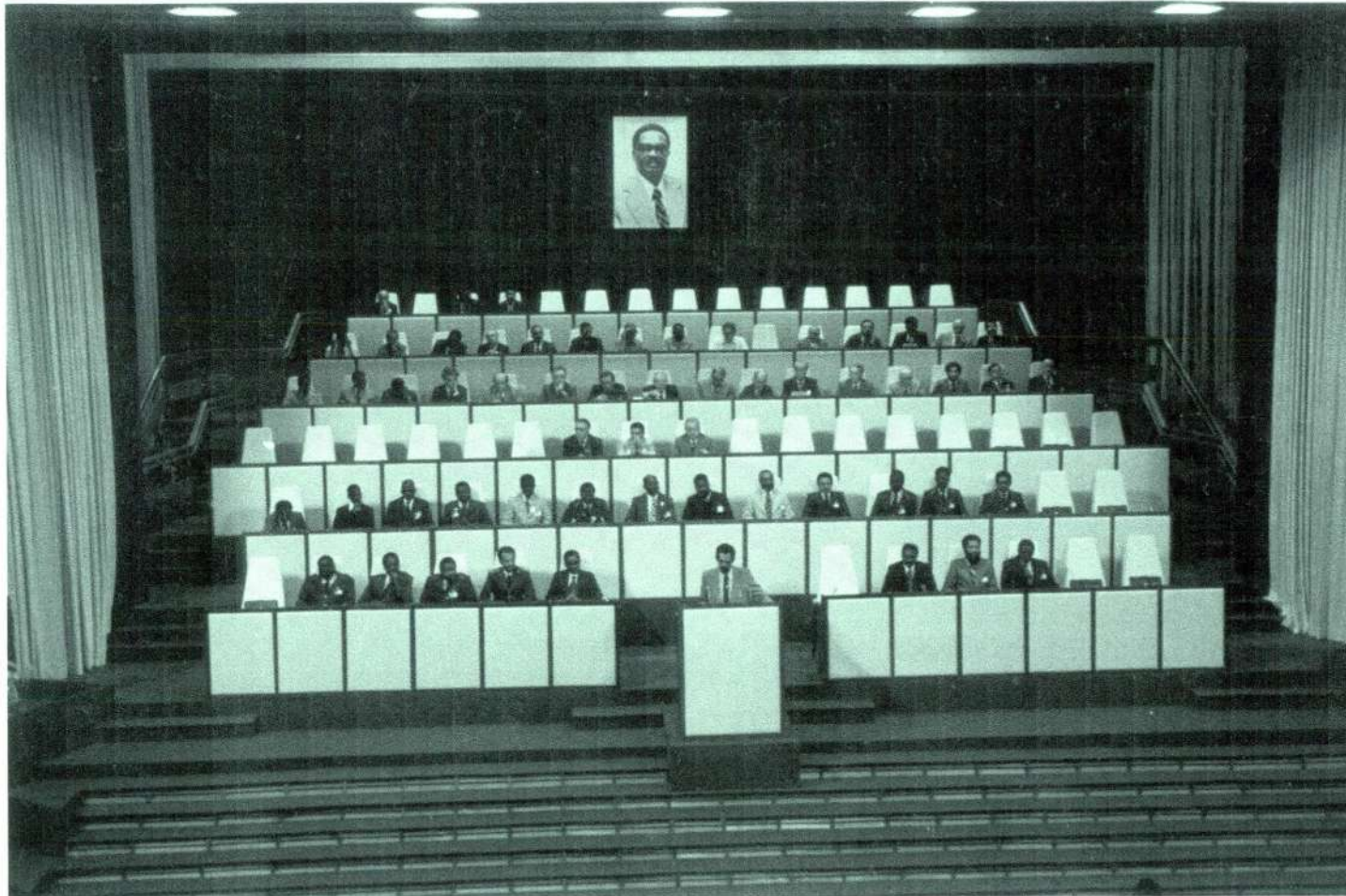


Imagem 44. Lucio Lara discursa no 1º Congresso do MPLA. Dezembro de 1977. (Fonte: *A FOTO/DIP*) *note-se a imagem de Agostinho Neto ao fundo





Imagem 45 A e B. Chegada de Agostinho Neto a Luanda, 4 de fevereiro de 1975. (Fonte: *Documentos Fotográficos*. DIP, 1976)



Imagem 22. Material apreendido aos mercenários sul-africanos. s/localização. 1976. (Fonte: *Centro de Imprensa Aníbal de Melo - CIAM*)



Imagem 23: Sabotagem aos Caminhos de Ferro de Benguela. s/local. 1976 (Fonte: *CIAM*)



Imagem 24. Massacre de população civil. s/Local, s/data (provavelmente, 1975). (Fonte: CIAM)



Imagem 25. *Muro do Hospital Militar de Luanda. 1976.*



Imagem 26. *Muro do Hospital Militar de Luanda. 1976.*



Imagem 27. *Muro do Hospital Militar de Luanda. 1976.*



Imagem 28. *Muro do Hospital Militar Luanda. 1976.*



Imagem 29. Muro do Hospital Militar de Luanda. 1976.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Muro do Hospital Militar de Luanda. 1976.

Lei Constitucional da República Popular de Angola. Artigo 81º, página 26. 1977:

“A insígnia da República Popular de Angola é formada por uma roda dentada e por uma ramagem de milho, café e algodão, representando respectivamente a classe operária e a produção industrial e a classe camponesa e a produção agrícola.

Na base do conjunto, existe um livro aberto, símbolo da educação e cultura e o sol nascente, significando o novo país. Ao centro, está colocada uma catana e uma enxada, simbolizando o trabalho e o início da luta armada. Ao cimo figura a estrela, símbolo do internacionalismo e do progresso.

Na base inferior do emblema, está colocada uma faixa dourada com a inscrição República Popular de Angola”.

Ao analisar os argumentos do Estado angolano sobre aquilo que se impunha como mais importantes entraves ao projeto nacional, notamos que se menciona, mormente, as confissões religiosas e os elementos étnico-culturais¹ e regionais, em contrapartida é considerado como um grande argumento conciliador o da lembrança de ser uma comunidade de destino político comum – pela trajetória de contestação ao colonialismo português - o que faz com que a identidade territorial e política sejam consideradas como as opções mais adequadas para forjar o sentimento de pertença à nação angolana, que ainda conta com suas trajetórias de guerra de guerrilha contra um inimigo comum, o colonialismo português, na medida em que:

“(...) a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura de dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso a determinar, inequivocamente, sua orientação para um objetivo”².

No entanto, mesmo no interior dos movimentos organizados contra a dominação colonial portuguesa, eram muitos os contrastes que surgiam, na medida em que havia uma coexistência de identidades coletivas no interior dos movimentos e entre eles.

Estas diversidades, em muito amenizadas pela união possibilitada pela luta contra um inimigo comum, reaparecem ou se fortalecem após a independência, quando cada uma das identidades coletivas passa a expressar projetos de nação diversos, na medida em que o potencial do nacionalismo chamado *anticolonial* se esgota com a conquista do seu objetivo de independência em relação ao poder colonial³.

O MPLA pretendendo ser reconhecido como o órgão centralizador dos anseios da população por paz e prosperidade, previu os impasses de natureza histórica que constituiriam obstáculos à unidade, num primeiro momento à coordenação da luta pela independência e, num segundo momento, à coordenação política do Estado-Nação.

¹ Ver SMITH, A. *Op. Cit.*; WEBER, Max. *Op. Cit.*

² WEBER, Max. *Op. Cit.*, p. 187.

³ SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa Gradiva, 1997. p. 136.

Por meio da leitura de documentos produzidos pelo Estado, bem como através da análise de material imagético, é possível afirmar que o *homem novo* angolano do pós-independência deveria estar *adequado* para compor a nova sociedade que se pretendia fundar. Teria que abandonar suas características regionais ou étnico-culturais, em nome de algo maior: o projeto e construção da nação angolana.

A opção que fez o MPLA pela adoção dos preceitos marxistas-leninistas, significou colocar a **identidade política**, pautada pela divisão de classes, hegemônicas em relação às étnico-culturais e regionais, conforme aqui podemos constatar:

“Foi necessário ultrapassar barreiras nocivas à unidade nacional revolucionária, barreiras como o tribalismo, o racismo e talvez até, muito particularmente, aquilo que se tem chamado o ‘complexo do colonizado’”⁴.

Uma vez adequados e convertidos em *homens políticos*, a almejada unidade do sentimento nacional dar-se-ia pelas vias da hegemonia da identidade política, através da qual seria possível alcançar uma homogeneidade e o conseqüente reconhecimento da população angolana com o Estado.

No entanto, a aceitação ao projeto nacional do homem novo nem sempre correspondeu aos objetivos do Estado, seja pelo seu alcance limitado territorialmente, seja pela resistência de algumas populações em abandonar aspectos identitários formadores de sua coletividade, criando contradições que impediam a unidade da nação.

Um dos problemas postos em Angola no pós-independência, é que existiam diversas “fronteiras imaginadas” coexistindo dentro de um mesmo território politicamente definido. Estas fronteiras podiam abarcar uma região ou um grupo de cem ou duzentas pessoas que se reconheciam entre si, mas não necessariamente se reconheciam com o todo, desta forma manteve-se o impasse com relação à legitimidade da governação da comunidade política, e isto esteve no centro das causas de instabilidades que perduraram e se manifestaram em vinte e cinco anos de guerra civil, para citar somente um exemplo das conseqüências desta contradição.

⁴ ABRANCHES, Henrique. OP.CIT., p.13.

Ao ler este trecho de um discurso proferido por Agostinho Neto, pode-se supor se não adveio do fato do Estado não ter levado em conta as múltiplas identidades existentes no território angolano e, antes pelo contrário, ter estigmatizado-as e incentivado a sua “condenação pela consciência da nação”, a força que encontraram para se perpetuarem e se manterem, como, ademais, se mantêm.

“Foram alcançados resultados significativos no respeitante à unidade nacional e o racismo, o tribalismo, o regionalismo, são hoje fenômenos que ao manifestarem-se são imediatamente condenados pela consciência da Nação e principalmente pelos militantes do MPLA”. Id. Ibid. p.6/7. “Temos estado a ultrapassar barreiras tribais e regionais para nos fundirmos num só povo e numa só nação”⁵.

⁵ Discurso proferido pelo presidente Agostinho Neto, durante a visita de trabalho no Moxico. 05/08/78.

ANEXOS

ÁFRICA ATUAL





VI. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Geral (livros, teses e monografias)

- ABRANTES, Mena. *O Cinema em Angola*. Luanda, Chá de Caxinde, 2002.
- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente*. Ensaios. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.
- ALENCASTRO, Luis Filipe. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo. Cia. das Letras. 2000.
- ALMEIDA, Pedro Ramos. *História do Colonialismo Português em África*. Lisboa. Editorial Estampa. 1979.
- AMIN, Samir (et. alli). *A Construção da Nação em África. Os Exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Bissau. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. INEP. 1989.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo. Editora Ática. 1989.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1966.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1997.
- _____ (coord.) *A Arma da Teoria. Unidade e Luta (Obras Escolhidas de Amílcar Cabral) Volume I*. Lisboa. Seara Nova. 1978.
- _____ "Discours d'Ouverture Prononcé M. Mario de Andrade, President de la Conference". *Conference des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises*. Casablanca, 18 – 20 Avril 1961. (Secrétariat Permanent de la Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises (CONCP). Rabat, Maroc.
- _____ "O mito lusotropical". (trecho do artigo "Qu'est que c'est le lusotropicalisme?", *Présence Africaine*, n. 4). São Paulo, Revista *Isto É*, 19/03/1980.
- _____ "Literatura e Nacionalismo em Angola". In: *Mario Pinto de Andrade. Um intelectual na política*. Lisboa, Colibri, 2000.

- _____ *Liberte pour l'Angola*. Paris, François Maspero, 1962.
- _____ "Discours d'Ouverture de Mario de Andrade, chef du Departement des Affaires Exterieures". In: *Première Conférence Nationale du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola (MPLA)*. Decembre, 1962.
- _____ "Ghana et les zones de silence en Afrique Noir". Paris, *Présence Africaine*, n. 12 – Fevrier-Mars, 1957. (p. 71-72). *Artigo escrito sob o pseudônimo de Buanga Fele.
- _____ "Angola: Agonie de 'Empire et Crise du Nationalisme". Bruxelas, *Remarques Congolaises & Africaines*. n. 4 du 11-7-1964. (p. 323 a 338).
- _____ "Formação e papel do intelectual africano: o exemplo de Amílcar Cabral". São Martinho, 20 de janeiro de 1988. (mimeo)
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1999.
- ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1978.
- AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros. Atualidade da Antropologia*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BENDER, Gerald. *Angola. Mito y Realidad de su Colonización*. Madrid. Siglo XXI. 1980.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte. UFMG. 2001.
- BIRMINGHAM, David. *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*. Londres. James Currey. 1992.
- BOBBIO, Norberto. *O Filósofo e a Política*. Antologia. Rio de Janeiro, Contraponto, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo. Cia. das Letras (4ª ed.). 2001.
- _____ *Literatura e Resistência*. São Paulo. Cia das Letras. 2002.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2001.

- BOXER, Charles. *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1925)*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1967.
- BRAGANÇA, Aquino de e Immanuel Wallerstein. *Quem é o Inimigo?* (3 Vols.). Lisboa. Iniciativas Editoriais. 1978.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. São Paulo, EDUSC, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CARREIRA, Iko. *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Contribuição Histórica*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.
- CARVALHO, Ruy Duarte. *O Camarada e a Câmera. Cinema e Antropologia para além do filme etnográfico*. Luanda, INALD, 1984.
- _____. *Vou lá Visitar Pastores. Exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2000.
- CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. *História de Angola*. Porto. Afrontamento. s/d.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Edições 70, 1972.
- CHAVES, Rita. *A Formação do Romance Angolano. Entre Intenções e Gestos*. São Paulo, 1999. Coleção Via Atlântica No. 1.
- DAVIDSON, Basil. *Angola no Centro do Furacão*. Lisboa. Edições Delfo. 1974.
- _____. *A Política da Luta Armada*. Lisboa. Editora Caminho. 1978.
- _____. *O Fardo do Homem Negro. Os efeitos do Estado-Nação em África*. Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2000.
- DEBRAY, Régis. *Vida e Morte da Imagem. Uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979. (2ª edição).
- _____. *Sociologie d'Une Révolution (L'an V de la Révolution Algérienne)* (1959). Paris. François Maspero. 1968.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Os Tabus da História. A face oculta dos acontecimentos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
- FRY, Peter. (org.). *Moçambique. Ensaios*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2001.
- GALVÃO, Henrique. *Da Minha Luta Contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*. FAPLE. 1965.
- GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto. Afrontamento. 1991.
- GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília. Editora da UNB, 1981.
- GONÇALVES, José. *Angola a Fogo Intenso*. Lisboa. Editora Cotovia. 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1968.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira (7ª ed.). 1989.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- HEIMER, Franz-Wilhelm. *O Processo de Descolonização de Angola (1974-1976)*. Lisboa. A Regra do Jogo. 1980.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *Os Filhos da Terra do Sol. A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. São Paulo. Summus, 2002.
- HOBSBAWM, Eric e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.
- _____. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2000.
- KANDJIMBO, Luís. *Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica*. Luanda. INALD. 1997.
- KI-ZERBO, Josef. *História da África Negra*. (2 Vols.) Lisboa. Publicações Europa-América. 1972.

- KOSELLECK, R. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- LABAN, Michel (coord.). *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*. Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2004.
- _____. *Mario Pinto de Andrade. Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa. Editora João Sá da Costa, 1997.
- LARA, Lúcio. *“Um Amplo Movimento...”*. *Itinerário do MPLA Através de Documentos e Anotações*. Vol I. Luanda, Litocor, 1997 (45 pgs.).
- LAZITCH, Branko e Pierre Rigoulot. *Angola 1974-1988. Um Fracasso do Comunismo em África*. Lisboa. Edições Referendo. 1988.
- LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa. Edições 70. 1982.
- MAO TSÉ-TOUNG. *La Guerre Révolutionnaire*. Paris, Union Générale D'Éditions, 1969.
- MARCUM, John. *The Angola Revolution. Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*. (Vol. 2). Cambridge. MIT Press. 1978.
- MARCUSE, Herbert. *Counter-Revolution and Revolt*. Toronto. Beacon Press. 1972.
- _____. *Le marxisme soviétique*. Paris, 1963. (Collection “Ideés”)
- MATOS, Norton de. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, vol. IV, 1945 (2ª ed.).
- MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador (1957)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra (3ª ed.). 1989.
- MENEZES, Solival. *Mamma Angola. Sociedade e Economia de Um País Nascente*. São Paulo. Edusp/Fapesp. 1999.
- MENEZES Jr., Carlos Teles de. *O Nacionalismo Musical Angolano*. Monografia. Rio de Janeiro. CEAA/UCAM. 1998.
- MORENO, Nahuel. *Angola. La Revolución Negra en Marcha*. Bogotá. Editorial Pluma. 1977.
- MOURÃO, Fernando Augusto A. *A Sociedade Angolana Através da Literatura*. São Paulo. Ática. 1978.
- N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo. Último Estágio do Imperialismo*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1967.

- _____. *Africa Debe Unirse*. Buenos Aires. EUDEBA. 1965.
- NIELING, Sebastian Paul Santos. *A União Nacional para a Independência Total de Angola (1966-1992). Vinte Seis Anos de Luta do Galo Negro*. Monografia. Rio de Janeiro. CEAA/UCAM. s/d.
- O'da SILVA, Alvaro. *Afrique Australe. À la Recherche d'Une Identité*. Paris. Éditions L'Harmattan. s/d.
- OLIVEIRA, Mário Antonio Fernandes de. *Luanda, "ile" créole*. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. 1970.
- _____. *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1997.
- PANTOJA, Selma e José Flávio S. Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1999.
- PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas (1845-1941)*. Lisboa. Editorial Estampa. 1986.
- PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Regressados na Cidade de Luanda: Um Estudo Sobre Identidade Étnica e Nacional em Angola*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP. 1999.
- PINTO, Marcelo Bittencourt. *As Linhas que Formam o "EME". Um Estudo Sobre a Criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP. 1996.
- _____. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense. 2001.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Cia. das Letras. 1995.
- _____. *Cultura e Política*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos (Coimbra)*. Coimbra Editora, 1935.
- SERRANO, Carlos. *Angola: Nasce uma Nação. Um Estudo sobre a construção da identidade nacional*. São Paulo. 1988. Tese de doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Depto. De Antropologia da FFLCH/USP
- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2004.
- SPÍNOLA, António de. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1974.
- STALIN. *Les bases du léninisme*. Paris, Union Générale D'Éditions, 1969.

- _____. *O materialismo dialéctico. O materialismo histórico*. Lisboa, Livraria Julio Brandão, 1972.
- SWAPO. *Nasce Uma Nação. A Luta de Libertação da Namíbia*. Departamento de Informação e Publicidade/Zed Press. Luanda/Londres. 1981.
- TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. 2 volumes.
- TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru. EDUSC. 2000.
- VÁRIOS. *Luandino. José Luandino Vieira e Sua Obra. (Estudos, Testemunhos e Entrevistas)*. Lisboa. Edições 70. 1980.
- VIEYRA, Paulin Soumanou. *Le Cinema Africain, Des origines à 1973*. Paris, Présence Africaine, 1975.
- VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin. Triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004. 2 volumes.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora UNB; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de SP, 1999. 2 volumes.
- WESSELING, H. L. *Dividir Para Dominar. A Partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro. UFRJ/REVAN. 1998.
- ZIMMER, Christian. *Cinema et Politique*. Paris, Editions Seghers, 1974.

2. Artigos de Livros e Periódicos

- AGUALUSA, José Eduardo. "Tentativa de explicação de Angola". In *Política Internacional No. 6*. Lisboa. 1993. pp. 73-81.
- _____. "De língua de cobra à língua mátria". In VÁRIOS. *Angola, a Festa e o Luto*. Lisboa. Vega. 2000. pp. 258-265.
- APPIAH, Kwame A. "Cultura, comunidade e cidadania". In VÁRIOS. *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1999. pp. 219-250.
- BINET, Jacques, BOUGHEDIR, Ferid e BACHY, Victor. *Revue CinémAction. Dossier Cinémas noirs d'Afrique*. No 26. Paris, L'Harmattan, s/d.

- CARVALHO, Ruy Duarte de. "Notas para um debate sobre as categorias de Estado e Nação referidas à Angola". Universidade Agostinho Neto. Angola.
- CARVALHO FILHO, Silvio. "O Escritor angolano e sua literatura: um approach ao seu papel político (1975-1985)". In *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 25*. Rio de Janeiro, UCAM. 1993. pp. 207-224.
- CHAVES, Rita. "O Passado presente na literatura angolana". In *Via Atlântica*. São Paulo. 1999. pp. 245-257.
- COELHO, Virgílio C. R. "Agostinho Neto: kilamba kyaxi da nossa esperança". In *A Voz Igual. Ensaios Sobre Agostinho Neto*. Luanda, Angolê Artes e Letras. s/d.
- D'ADESKY, Jacques. "Estado-Nação e pluralidade étnica na África negra". *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 13*. Rio de Janeiro, UCAM. 1987. pp. 37-46.
- FERNANDES, Mário Antônio de Oliveira. "A Poesia nos jornais de Angola no primeiro ano de independência". *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 3*. Rio de Janeiro, UCAM. 1982. pp. 90-102.
- HERNANDEZ, Leila Leite. "Movimentos político-ideológicos". In *Seminários FUNDAP. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*. São Paulo. FUNDAP. 1992. pp. 59-74.
- LOPES, Carlos. "A Questão nacional na Guiné-Bissau: elementos". *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 11*. Rio de Janeiro, UCAM. 1986. pp. 132-141.
- MAGNY, Joel (org). *Revue CinémAction*. No 20. Paris, L'Harmattan, s/d.
- MESSIANT, Christine. "L'Angola dans la guerre". In *Politique Africaine No. 57*. 1995. pp. 3-11.
- _____. "Social and political background to the democratization and the peace process in Angola". In *Democratization In Angola – Seminar*. Leiden, Netherlands. 1992. pp. 13-31.
- MINTER, William. "Account from Angola. Unita as described by ex-participant and foreign visitors". In *African-European Institute*. Amsterdam. 1990. pp. 1-48.
- NETO, Maria da Conceição. "Será o "angolês" do futuro uma língua bantu ou neo-latina?"

- NZATUZOLA, João Batista. "Eleições e multipartidarismo em Angola". In *Revista Africana da Universidade Portucalense* (Separata do No. 17). Porto. 1997. pp. 47-57.
- OHLSON, Thomas. "África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação". In *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 19*. Rio de Janeiro, UCAM. 1990. pp. 149-180.
- PEPETELA. "Breve resenha do crescimento de Luanda". In *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 32*. Rio de Janeiro, UCAM. 1997. pp. 237-244.
- PINTO, Marcelo Bittencourt. "A Questão étnica e racial nas eleições angolanas". In *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 25*. Rio de Janeiro, UCAM. 1993. pp. 225-250.
- SAHLINS, Marshal. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em vias de extinção". In: *Estudos de Antropologia Social*, vol. 3, no 1, Rio de Janeiro, PPGAS, 1997.
- SANTOS, Daniel. "Sociedade política e formação social angolana (1975-1985)". In *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos No. 32*. Rio de Janeiro, UCAM. 1997. pp. 209-220.
- SCHOCHAT, Ella. "Egypt: Cinema and Revolution". In: *Critical Arts*. No 4, Vol. 2. Johannesburg, 1983. pp. 22 a 32.
- WOORTMANN, Klaas. "O Colonialismo português em Angola". In *Revista Debate e Crítica No. 3*. São Paulo. 1974. pp. 27-60.
- "MPLA Consagra Mudança" In *Jornal Expresso*, Lisboa, Sábado 8 de Dezembro de 1990.
- "MPLA: uma história de crises". In *Jornal Expresso*, Lisboa, Sábado, 8 de Dezembro de 1990.
- "A Morte da Utopia. Entrevista com Pepetela". *Jornal Público*, Lisboa, 7 de Agosto de 1992.
- "O Golpe Militar de 1977 em Luanda". *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 de Maio de 1996.
- "Aos Portugueses, basta o privilégio da língua. Entrevista com Jonas Malheiros Savimbi", *Jornal Expresso*, Lisboa, 20 de Junho de 1992.
- "Luanda: O grito que veio do silêncio". Lisboa, *Jornal Diário de Notícias*, 14 de fevereiro de 1998.

"Trago em mim o inconciliável. Entrevista com Pepetela". Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1997.

"Aqui o socialismo não passou do papel. Entrevista com José Eduardo dos Santos". Lisboa, *Jornal Expresso*, 18 de julho de 1992.

"Não há que temer a história. Entrevista com a Dra. Conceição Neto". Lisboa, *Jornal Correio da Semana*, 10 de setembro de 1995.

"Guerra civil em Angola foi... Entrevista com Lucas Ngonda". Luanda, *Folha 8*, 17 de março de 1998.

3. Romances e Literatura relacionados ao tema

AGUALUSA, José Eduardo. *A Conjura. Relato dos infaustos acontecimentos que se deram nesta nossa terra de São Paulo da Assunção de Luanda no dia 16 de junho de 1911*. União dos Escritores Angolanos. 1989.

_____. *Estação das Chuvas*. Gryphus, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Nação Crioula*. Rio de Janeiro. Griphus. 1998.

ANDRADE, Costa. *No Velho Ninguém Toca. (poema dramático com jika)*. Luanda, União dos Escritores Angolanos (2ª ed.). 1985.

_____. *Adobes de Memória*. Luanda, Editora Chá de Caxinde, 2002. 2 volumes (*Tukayana e Chegadas*).

COUTO, Mia. *Cada Homem é Uma Raça*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1998.

JAMBA, Souza. *Patriotas*. Lisboa, Cotovia. 1991.

MENDES, Pedro Rosa. *Baía dos Tigres*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 2001.

MINGAS, Saydi. *Poemas*. Luanda, União dos Escritores Angola. s/d.

NETO, Agostinho. *A Renúncia Impossível. Poemas inéditos*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985.

PEPETELA. *A Geração da Utopia*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.

_____. *Mayombe*. Luanda, União/Endiama. 1989.

VIEIRA, José Luandino. *Luuanda. Estórias*. Luanda, União dos Escritores Angolanos/Edições 70, 1977. 6ª edição.

_____. *Nós, os do Makulussu*. Lisboa. Sá da Costa Editora (3ª ed.) 1977.

XITU, Uanhenga. *Cultos Especiais*. Luanda, Ponto Um/Intergráfica. 1997.

4. Fontes Primárias

AGOSTINHO NETO. *Discursos de Agostinho Neto. Seleção de Discursos 1962-1978*. Luanda, DEPI, 1979.

_____. *...Ainda o meu Sonho (Discursos sobre a cultura nacional)*. Lisboa, União dos Escritores Angolanos/Edições 70, s/d.

ABRANCHES, Henrique. *Reflexões sobre Cultura Nacional*. Lisboa, Edições 70, 1980.

ALVES, Nito. "Lei do Poder Popular". Discurso Proferido no Conselho da Câmara Municipal de Luanda. Luanda, 1976.

"Recomendaciones del equipo de cultura, de la delegacion cubana de educacion, cultura y desportes, que visito la Republica Popular de Angola durante el mes de septiembre de 1976"

"Informe de la delegación del Ministerio de Educacion de la Republica de Cuba sobre la situacion actual, la organizacion y el funcionamiento de la educacion en la Republica Popular de Angola", a 19 de outubro de 1976.

FOLHA 8. "Nito EstáVivo". No. 211, 27 de Maio de 1997.

KRAPIVINE, Vassili. "O que é a ditadura democrática revolucionária?". 2º Congresso do MPLA, (mimeo), 1985.

JEUNE AFRIQUE. *Savimbi. L'Unita et l'Angola*. Collection Marchés Nouveaux (Hors Série). Avril 1996.

_____. No 709. Paris, 10 de agosto de 1974.

JORNAL DE ANGOLA. *Semanário*. 30 de dezembro de 1977.

_____. *Cadernos de Cultura*. Janeiro de 1975 a dezembro de 1981.

MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO DE ANGOLA. *Angola Rumo à Independência. O Governo de Transição, Documentos e Personalidades*. Luanda, Imprensa Nacional de Angola. 1975.

MPLA.

- _____ “Manifestação político-militar dos militantes da II região”, em Assembléia Regional Extraordinária das I e II regiões (Dolisie, 9 a 16 de abril de 1972).
- _____ “Declaração da direcção e dos delegados do MPLA (“Ala presidencialista”) ao Congresso” (Lusaka, 22 de agosto de 1974).
- _____ *Informação do Bureau Político Sobre Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio*. Luanda. 12 de julho de 1977.
- _____. *Angola. A tentativa de Golpe de Estado de Maio de 1977*. Lisboa, Edições Avante. 1977.
- _____. *Boletim do Militante* Ano I, No. 3. Luanda, 27 de junho de 1977.
- _____. *Boletim do Militante* Ano I, No. 7. Luanda, 29 de outubro de 1977.
- _____. *Boletim do Militante* Ano II No. 37. Luanda, setembro de 1978.
- _____. *Boletim do Militante* Ano II, No. 57. Luanda, março de 1979.
- _____. “Sobre o Movimento de Rectificação. 3º Seminário Nacional de Organização. Luanda, s/d. (Boletim do Militante).
- _____. *Sobre o Movimento de Rectificação. Algumas Perguntas e Respostas*. Edição DEPI. Luanda, Novembro de 1978.
- _____. *Segundo Seminário Nacional Sobre o Movimento de Rectificação. Textos Para Estudo*. Kabinda, Gráfica Popular, junho de 1978.
- _____. *Quarto Seminário Nacional Sobre o Movimento de Rectificação*. Angola, Gráfica Popular, maio de 1979.
- _____. *Oitavo Seminário Nacional de Organização Sobre o Movimento de Rectificação*. Moçamedes, Gráfica Popular, junho de 1980.
- _____. *O MPLA Partido. Documentos (Separata do Jornal de Angola)*. Outubro de 1977.
- _____. *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso Extraordinário do Partido*. Luanda, 1980.
- _____. *Documentos, 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA*. Luanda, Outubro de 1976.
- _____. *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*. Imprensa Nacional de Angola. Outubro, 1977.
- _____. *Teses e Resoluções. 1º Congresso do MPLA – PT*. Imprensa Nacional de Angola. 1º de dezembro de 1977.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *Legislação Penal Revolucionária. Lei de Disciplina do Combatente Base III (Recompensas, Condecorações, Punições)*. Luanda, 10 de julho de 1966.

_____. *Legislação Constitucional*. Diário da República No 209, 1ª série, de 1981.

RESISTÊNCIA POPULAR GENERALIZADA. Editado sob o patrocínio do Ministério da Informação da República Popular de Angola. S/data.

REVISTA LAVRA & OFICINA. GAZETA DA UEA. Nos. 14, 16, 17/18, 19/20, 21/22, 52, de 1979 até 1985.

_____. *Caderno Especial Dedicado à Literatura Angolana em Saudação à VIª Conferência dos Escritores Afro-asiáticos* (Luanda, 26 de junho a 3 de julho de 1979). Luanda, 1979.

SAVIMBI, Jonas. *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa, Edição da Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

UNITA. *The Unita Leadership*. Jamba. The National Union for the Total Independence of Angola. June, 1990.

UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos). *Actas e Intervenções na Iª CNTA (Conferência Nacional dos Trabalhadores)*. Luanda, Outubro de 1976.

“27 de Maio. Treze Teses em Minha Defesa”. *Folha 8*, Luanda, Maio até Agosto de 1977. Declarações de Nito Alves.

“Angola: Colonialismo e libertação. Entrevista com Lúcio Lara”. *Jornal Tempo – African Communist*, Maputo, 11 de junho de 1978.